



FICS - FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

REGINALDO NEVES MARTINS

**ANALISAR A CAPOEIRA COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO DE
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO DO MUNICÍPIO DE SERRA DO
RAMALHO, BA**

Bom Jesus da Lapa - BA

Agosto de 2019

REGINALDO NEVES MARTINS

**ANALISAR A CAPOEIRA COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO DE
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO DO MUNICÍPIO DE SERRA DO
RAMALHO - BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação
da FICS - FACULTAD INTERAMERICANA DE
CIENCIAS SOCIALES, como requisito para obtenção do
título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Rozangela Conceição Oliveira

Bom Jesus da Lapa

Agosto de 2019

FICHA CATALOGRÁFICA

REGINALDO NEVES MARTINS

**ANALISAR A CAPOEIRA COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO DE
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO DO MUNICÍPIO DE SERRA DO
RAMALHO - BA**

Total de páginas: 153

Tutor: Prof. Dr. Márcio Wendel Santana Coêlho

Dissertação Acadêmica de Mestrado em Ciências da Educação

FICS - Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Asunción-Paraguay, 2019.

Áreas temáticas:

Capoeira; Empoderamento; Adolescentes.

Código da Biblioteca:

REGINALDO NEVES MARTINS

**ANALISAR A CAPOEIRA COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO DE
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO DO MUNICÍPIO DE SERRA DO
RAMALHO - BA**

Tese submetida à aprovação da Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação da FICS -
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales para a obtenção do título de Mestre em Ciências
da Educação.

Tese aprovada em 22 de Agosto de 2019.

Aprovado (x) Aprovado com ressalvas () Reprovado ()

Nota: máxima = 10,0

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Wendel Santana Coêlho
Orientador

Prof. Dr. Evanildo Bragança Mendes
Membro da Banca Examinadora

Prof. Dr. Ismael Fenner
Director General da FICS / Membro da Banca Examinadora

Profª. Dra. Susana Marília Barbosa Galvão
Membro da Banca Examinadora

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Boaventura de Souza Santos

DEDICATÓRIA

Dedico primeiramente a Deus, autor do meu destino; minha mãe Adelaide Neves Martins grande exemplo de perseverança; minha esposa Taniele Martins Pereira e meus filhos Thwaverton Oliveira Martins e Thweveny Neves Martins por apoiar e compreender os tempos ausentes dedicados à pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Venho agradecer primeiramente a Deus que me concedeu o dom da vida e a capacidade de sonhar com ela e sempre crescer como ser humano; a minha querida e amada Orientadora Doutora Rozângela Conceição Oliveira por abrilhantar com sua dedicação e carinho essa dissertação; aos meus pais Leobino Alves Martins e Adelaide Neves Martins que me proporcionaram a vida e a educação capaz de desejar sempre mais com vossos incentivos de ser um cidadão de bem; a minha esposa Taniele Martins Pereira que esteve presente durante a pesquisa apoiado, compreendendo e incentivando a ir em frente; a meus filhos Thwaverton Oliveira Martins e Thweveny Neves Martins por serem meus pilares de vida sendo a motivação de sonhar com o melhor para mim e para eles; a diretora, professores, funcionários, pais e alunos da Escola Nossa Senhora Aparecida por permitir e participar da pesquisa; ao meu professor e contramestre de capoeira Nan-Ná por me ensinar os primeiros movimentos e a arte da Capoeira; aos mestres Gilvan e Nitinho da Associação de Capoeira Camarada a qual faço parte e obtenho total incentivo e apoio dos mesmos para a pesquisa e crescer enquanto membro da capoeira; ao Doutor Márcio Wendel Santana Coêlho por proporcionar a possibilidade de cursar este mestrado; enfim, a todos que compartilharam o conhecimento comigo neste curso, na minha formação pessoal e profissional. Meus sinceros agradecimentos a todos!

RESUMO

No primeiro capítulo denominado de **Antecedentes** – Descrevem os documentos nacionais e internacionais que trata da educação inclusiva e suas possibilidades de aplicação na educação brasileira, desde os documentos da Organização das Nações Unidas, legislações brasileiras a documentos municipais e escolares que fundamentam a educação. **Objetivo** - Analisar se a capoeira com seus elementos contribui para o Empoderamento dos adolescentes em situação de risco do Município de Serra do Ramalho, Bahia da Escola Nossa Senhora Aparecida. **Métodos** – pesquisa qualitativa de caráter exploratório, com orientação analítico-descritiva, mediante entrevista com questionários semiestruturados com questões abertas aplicados em um grupo de amostra compostos de 20 professores e 20 alunos totalizando 40 sujeitos pesquisados diretamente. A população total observada foi constituída por 242 sujeitos vinculados à Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08 e a Associação de Capoeira Camarada. **Resultados** - A taxa de retorno dos questionários representa um percentual maior que 100% por ter a possibilidade de optar por mais de uma opção. Sendo que 45% dos entrevistados considera a capoeira um jogo; já a dança é descrita como 52,5%, enquanto que 60% diz que a capoeira é uma luta, já o que afirma ser um esporte são 62,5%, mas em sua maioria, representando 85%, diz que a capoeira é uma cultura. Na visão dos docentes a capoeira se destaca pela usabilidade de aplicação dos instrumentos e a musicalidade da capoeira enquanto que para os alunos a pessoa muda, se envolve e acolhe um ao outro através da prática da capoeira. **Conclusões** - Os dados mostram que a capoeira é um instrumento de socialização, interação, resgate, valorização, empoderamento e inclusão pedagógica e social. Podendo ser recomendada como instrumento de inclusão em sua aplicabilidade pedagógica dentro da educação formal, utilizando seus variados instrumentos pedagógico como: instrumentos musicais, o jogo, a dança, a luta e a esportivação.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescentes. Capoeira camarada. Educação inclusiva. Ações biopsicossociais. Ações interventivas.

ABSTRACT

In the first chapter called the Background - They describe the national and international documents dealing with inclusive education and its possibilities of application in Brazilian education, from United Nations documents, Brazilian legislation to municipal and school documents that base education. Objective - To analyze if the capoeira with its elements contributes to the empowerment of adolescents in risk situations of the Municipality of Serra do Ramalho, Bahia of the Nossa Senhora Aparecida School. Methods - qualitative exploratory research, with descriptive and analytical orientation, through interviews with semi-structured questionnaires with open questions applied in a sample group composed of 20 teachers and 20 students totaling 40 subjects directly surveyed. The total population was composed of 242 subjects linked to the Municipal School Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08 and the Capoeira Comrade Association. Results - The rate of return of the questionnaires represents a percentage greater than 100% because it has the possibility to opt for more than one option. Being that 45% of the interviewees considered capoeira a game; the dance is described as 52.5%, while 60% say that capoeira is a fight, since what it claims to be a sport is 62.5%, but in its majority, representing 85%, says that capoeira is a culture. In the view of the teachers, capoeira stands out for the usability of the instruments and the musicality of capoeira, while for the students the person changes, gets involved and welcomes one another through the practice of capoeira. Conclusions - The data show that capoeira is an instrument of socialization, interaction, recovery, valorization, empowerment and pedagogical and social inclusion. It can be recommended as an instrument of inclusion in its pedagogical applicability within formal education, using its varied pedagogical instrument such as musical instruments, game, dance, struggle and sportification.

KEYWORDS: Adolescents. Capoeira comrade. Inclusive education. Psychosocial actions. Intervention actions.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Visão geral dos professores e alunos sobre a capoeira.....	95
Tabela 2 – Visão geral dos professores sobre a capoeira	107
Tabela 3 – Visão geral dos alunos sobre a capoeira	112
Tabela 4 – Categorias dos professores	112
Tabela 5 – Categorias dos alunos	112

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICO

Quadro 01 - Categorias e eixos temáticos das dissertações	66
Quadro 02 - Análise das dissertações	67
Quadro 03 - Considerações das dissertações	68
Quadro 04 – Desenho de triangulação	86
Gráfico 01 – Visão geral dos professores e alunos sobre a capoeira	95

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE – CP	Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNDEB	O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBC	Instituto Benjamin Constant
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento humano
INES	Instituto Nacional da Educação dos Surdos
ONEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
LDBEN	Ministério da Educação
MEC	Mercado Comum Sul-Americano
MERCOSUL	Ministério da Saúde
MS	Objetivos e Desenvolvimento do Milênio
ODM	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ODS	Organização Mundial da Saúde
OMS	Organização das Nações Unidas
ONU	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PISA	Plano Nacional de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação Especial
PNEE	Políticas Públicas de Educação Especial
PPEE	Projeto Político Pedagógico
PPP	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -
TCLE	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
UNESCO	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNICEF	

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 ANTECEDENTES E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	21
2.1 ANTECEDENTES DA POLÍTICA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	21
2.2 ANTECEDENTES DA POLÍTICA NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	27
2.3 ESTUDOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	35
2.4 TESE DE MESTRADO E DOUTORADO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	39
2.5 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	45
2.5.1 Perguntas de pesquisa	47
2.6 OBJETIVOS DA PESQUISA	48
2.6.1 Objetivo geral	48
2.6.2 Objetivos Específicos	48
2.7 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	49
3 MARCO TEÓRICO	51
3.1 A CAPOEIRA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E CULTURAL	52
3.2 A CAPOEIRA ENQUANTO FORMAÇÃO DE IDENTIDADE	56
3.3 A CAPOEIRA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	60
4 MARCO METODOLÓGICO	65
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	66
4.2 ANÁLISE DAS TESES ELEGIDAS PARA TRIANGULAÇÃO DAS CATEGORIAS E UNIDADES TEMÁTICAS	71
4.3 ENFOQUE EPISTEMOLÓGICO DA PESQUISA	73
4.4 TIPO DE ESTUDO	78
4.4.1 Campo de Pesquisa: Município de Serra do Ramalho – Bahia	78
4.4.2 A Escola Nossa Senhora Aparecida	79
4.4.3 Associação de Capoeira Camarada	81
4.4.5 Participantes do Estudo	81
4.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E SUA JUSTIFICAÇÃO	82
4.6 TRIANGULAÇÃO METODOLÓGICA: DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA DO TIPO DE DESENHO DA INVESTIGAÇÃO	86

4.7 AS UNIDADES DE ANÁLISE	90
4.8 RISCOS E BENEFÍCIOS	92
4.9 COMITE DE ETICA - VALIDAÇÃO DO ESTUDO INVESTIGATIVO	92
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	95
5.1 COMO VOCÊ COMPREENDE A CAPOEIRA?	95
5.1.1 O potencial biopsicossocial da multidisciplinaridade da capoeira	97
5.1.2 Traços multifatoriais favorecendo o engajamento biopsicossocial dos adolescentes	99
5.1.3 A polissemia da capoeira nas disposições pedagógicas biopsicossociais	101
5.1.4 Professores e alunos e suas especificidades como matéria de integração, aceitabilidade, inclusão e construção de significados.	103
5.1.5 O contexto da antiviolença e da interação pacífica arraigados nas matrizes inclusivas e biopsicossociais da capoeira	106
5.1.6 Aspectos subjetivos, históricos e sociais: o apaziguamento das diferenças e sua função inclusiva.	108
5.1.7 Escola e capoeira: uma fusão necessária ao exercício inclusivo de natureza biopsicossocial.	112
6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
6.1 REALIDADE DOS ADOLESCENTES	116
6.2 A RELAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA CAMARADA COM A ESCOLA NOSSA SENHORA APARECIDA.	117
6.3 A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES QUE LECIONAM NA ESCOLA NOSSA SENHORA APARECIDA SOBRE A CAPOEIRA COMO PRÁTICA SOCIAL	117
6.4 A CONTRIBUIÇÃO DA CAPOEIRA COMO AÇÃO INTERVENTIVA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.	118
6.5 A INCLUSÃO DA PRÁTICA DE CAPOEIRA NO CURRÍCULO DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO.	118
6.6 CONCLUSÕES GERAIS	118
6.7 Considerações Finais para as Políticas Educacionais	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
REFERENCIAS DO PROJETO	130
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	131

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) DIRECIONADO	134
APENDICE C – CARTA DE INFORMAÇÃO À INSTITUIÇÃO	136
ANEXO 01- DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR	138

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a educação inclusiva, utilizando da capoeira como instrumento de intervenção biopsicossocial de adolescentes nos tempos atuais tornou-se uma questão crucial em todas as modalidades de educação. Desde os documentos internacionais aos nacionais passando pelo crivo da realidade nacional e suas peculiaridades específicas de cada localidade. O nível internacional tem as conferências realizadas pela ONU que discute a educação especial e a educação inclusiva propondo a inserção dos portadores de necessidades educacionais especiais na escola normal sem qualquer tipo de descrição física, psicomotora mental ou social garantindo assim, o direito universal da educação para todos.

Além de diferenciar a educação especial da educação inclusiva que retrata toda e qualquer forma de educar de maneira em que haja a educação inclusiva para todos justa, no sentido de justo meio, sem excluir quaisquer que seja o sujeito da educação. Apesar das diversas crises de afirmação das políticas educacionais, o sistema neoliberal tem aberto um leque imenso de possibilidades na universalização educacional, porém tem demonstrado na prática ineficiência no preparo de profissionais e adequações físicas e pedagógicas para atuarem ativamente na implementação da educação inclusiva como tal.

Apesar de tantas políticas educacionais e diretrizes que legitimiza a educação inclusiva, ainda está longe de ser uma realidade concreta, em que o sujeito portador de quaisquer necessidades educacionais especiais possam ser integralmente beneficiados e atendidos em seus direitos em sua totalidade.

A capoeira, em toda sua história, tem demonstrado seu papel de resistência, persistência e possibilidade de efetivar a prática de inclusão. Desde sua origem, seja nos terreiros religiosos ou nas senzalas imundas e animais, tem representado uma dimensão de reconstrução de identidade pessoal e/ou grupal resgatando a cultura e tradição afrodescendente, possibilitando o reencontro do indivíduo com sua própria identidade de ser humano e inserido na sociedade como sujeito de sua própria história e de sua realidade empoderando da sociedade que vive.

A Associação de Capoeira Camarada que direciona a prática da capoeira na Escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08, no Município de Serra do Ramalho – Bahia também exerce a função de fundamentar a capoeira em suas raízes. A base inicial da Associação de Capoeira advem do terreiro de condômbé, coordenada pela Mãe Vina, como era reconhecida na Cidade de Santa Maria da Vitória – Bahia, a qual, incentivou seus filhos, Mestre Gilvan e Mestre Josenito (nitinho), hoje mestres de capoeira reconhecidos nacionalmente pelo belo trabalho realizado na cidade de Santa Maria da Vitória e, em Serra do Ramalho através do pesquisador e professor de capoeira Reginaldo Neves Martins e diversas outras regiões através de seus alunos formados e discípulos da capoeira Camarada.

Entre os trabalhos realizados podemos citar a socialização e prática inclusiva de reabilitação com uso da capoeira na APAE com crianças, jovens e adolescentes com necessidades educacionais especiais, executada pelo próprio mestre geral da associação Gilvan Batista de Oliveira, além dos grupos de capoeiras nas academias e bairros de periferias das cidades que habitam os alunos e formados da associação. Como resultado desse processo que sugiu o objeto dessa pesquisa que são os adolescentes da Escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08 no Município de Serra do Ramalho. Sendo que, esta escola não é a única no referido Município que tem a prática da Capoeira Camarada, sendo ela a escolhida para fazer parte da pesquisa. Dela foi feita a pesquisa com apenas 40 sujeitos determinados como amostra, sendo que 20 pertenciam ao quadro de mestres e professores e, 20 ao quadro de discentes que praticam a Capoeira Camarada dentro da escola como instrumento de reforço na prática da educação inclusiva.

Apesar de variados problemas encontrados, foram às práticas positivas que prevaleceram desde ao observar do pesquisador até os resultados encontrados após a análise de dados e resultados. Todos os sujeitos contactados aceitaram participar livremente da pesquisa, respondendo com muita ética as perguntas semiestruturadas de forma que vem a fortalecer o objetivo da pesquisa que é analisar se a capoeira com seus elementos contribui para empoderamento dos adolescentes em situação de risco do Município de Serra do Ramalho da Escola Nossa Senhora Aparecida.

A prática da Capoeira Camarada dentro da Escola Nossa Senhora Aparecida reforça a ideia de que a capoeira é um instrumento de intervenção e de inclusão de adolescentes dentro da prática pedagógica e conseqüentemente dentro do meio em que ele vive. Pode se perceber nas entrevistas dos alunos que a capoeira os tornam melhores a cada dia que se convivem uns com os outros. Além de ser confirmada pelos professores que as dimensões da capoeira ajudam com que os alunos se interagem mais e os tornam diferentes e mais participativos em sala de aula.

Para reforçar essas ideias, foram utilizados vários teóricos e documentos reconhecido no mundo científico e acadêmico distribuídos no capítulo I denominado de antecedentes nacionais e internacionais que trata da educação inclusiva e da educação brasileira; o capítulo II refere aos teóricos que fundamentam as ideias da prática da capoeira como elemento de empoderamento e inclusão; já o capítulo III a metodologia e seu processo de realização da pesquisa; no capítulo IV refere à análise de discussão de dados e o capítulo V com as conclusões e considerações finais.

O capítulo I com o título: “Antecedentes e formulação do problema”, na primeira parte que trata da política internacional de educação inclusiva para crianças e adolescentes apresenta os índices relacionados à ONU sobre a educação e a saúde das pessoas com necessidades educacionais especiais, além de sinalizar o compromisso da UNESCO através de suas conferências que resultaram em documentos assumidos pelos países signatários. Em uma segunda parte que trata das políticas nacionais brasileiras de educação, observada as conferências internacionais busca assegurar a educação para todos, fundamentada de forma justa e inclusiva a partir da declaração de Jomteim (1990), Salamanca (1994) e DAKAR (2000), da Constituição Federativa Brasileira de 1988, a LDB 9394 de 1996 e suas adequações atuais que regulam a educação em geral e a educação inclusiva como processo. Por fim, contextualiza a formulação do problema dessa pesquisa, os objetivos gerais e os específicos, bem como as perguntas de investigação que tecerão todo o decorrer dessa pesquisa.

O capítulo II com o título de “Marco teórico” começa descrevendo a capoeira em sua perspectiva histórica e cultural na concepção de Silva (2016) reafirmando a origem da capoeira como africana e/ou brasileira; também com Oliveira e Leal (2009) afirma a trajetória de perseguição e resistência; Araújo (2017) justificando sua

legitimidade através da autoridade conquistada, reconhecida pelo IPHAN (2010) a capoeira como um Patrimônio Histórico Imaterial da Humanidade, assegurando o aspecto de identidade e reconhecimento de seu valor histórico na formação acadêmica das academias de capoeiras a partir dos mestres Bimbas e Pastinhas. Assegurando ao currículo escolar através dos PCNs (1997) e atualmente a BNCC (2017) no componente curricular de Educação Física, na unidade temática de Luta a capoeira como objeto de conhecimento. Para consolidar e reafirmar a importância da prática da capoeira com suas múltiplas possibilidades de ensino e aprendizagem Andrade (2016), expondo uma ação pedagógica fundamentada em teorias educacionais, de forma que o ensino não seja confundido com treinamento de academias ou grupos organizados, a pesquisa não seja confundida com levantamento de opiniões e a extensão, com prestação de serviço. Sendo assim, tentando responder o objetivo dessa pesquisa onde busca analisar se a capoeira com seus elementos contribui para o empoderamento dos adolescentes em situação de risco do Município de Serra do Ramalho na Escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08.

O capítulo III, intitulado “Marco metodológico”, descreve a epistemologia da pesquisa, os conceitos inerentes à pesquisa científica na visão de Minayo (2002), Gil (2007) e Sampieri et. al. (2013) que aborda o conhecimento científico como aquele conhecimento que provém de uma pesquisa que respeitou a determinados métodos estabelecidos e que é possível comprovar a validade dos resultados alcançados. Essa pesquisa utiliza o método científico para analisar o problema abordado. Assim, através de uma pesquisa de campo Sampieri et. al. (2013) que se procede uma abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo por meio de uma triangulação metodológica: questionários semiestruturados, dados bibliográficos e análise de dados. O campo de pesquisa foi no Município de Serra do Ramalho, Bahia - Brasil, na Agrovila 08 na Escola Nossa Senhora Aparecida, tendo como foco de investigação da pesquisa, especificamente os alunos praticantes da capoeira coordenado pela Associação de Capoeira Camarada. Esses sujeitos envolvidos totalizaram 242 pessoas observadas, das quais, tivemos como amostra investigada, uma totalidade de 40 pessoas, sendo 20 professores e mestres e 20 alunos envolvidos na prática da capoeira dentro da escola.

O capítulo IV, denominado: “Apresenação e análise dos resultados” relata e discute os resultados alcançados na pesquisa de campo, os quais foram obtidos através

de questionários aplicados aos alunos do Ensino Fundamental anos finais, professores e mestres de capoeira no período compreendido entre junho e setembro do ano de 2018. Conforme apêndice no final dessa dissertação, os questionários seguiram um modelo semiestruturado com questões tanto abertas como fechadas. As questões eram claras e as respostas visavam responder as perguntas de investigação e atingir os objetivos propostos expressos no capítulo I. Os resultados foram tabelados e dispostos em tabelas para melhor compreensão.

O capítulo V, nomeado de “Conclusões e considerações Finais”, apresenta uma conclusão da investigação, aborda discussões teóricas a partir das questões levantadas através dos resultados da pesquisa e apontam projeções gerais, sugestões para políticas educativas, sugestões para formação de professores na concepção da educação inclusiva a partir da prática da capoeira atendendo a modalidade luta apresentada na BNCC (2017) pelo componente de Educação Física na área de linguagem oferecendo subsídios teóricos e práticos para tal feito.

1 ANTECEDENTES E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Este capítulo apresenta os antecedentes nacionais e internacionais que tratam da educação inclusiva, além de mencionar estudos científicos que o caracterizam; apresenta a justificativa, pergunta de investigação, objetivo geral e Objetivos específicos.

“Não eduques as crianças nas várias disciplinas recorrendo à força, mas como se fosse um jogo, para que também possas observar melhor qual a disposição natural de cada um”. (Platão)

1.1 ANTECEDENTES DA POLÍTICA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

As políticas públicas do Brasil voltadas para a educação formal estão quase todas embasadas nas diretrizes internacionais, especialmente a partir do período pós Segunda Guerra Mundial de 1945, onde princípios humanos foram dilacerados com as barbaras causadas pela a Guerra. Ainda em sentimentos de destruição, as nações aliadas ao bloco capitalista, proposto pelos Estados Unidos das Américas, reuniram-se em virtude da constituição dos Direitos Humanos e conseqüentemente a criação da Organização das Nações Unidas – ONU. Entre tantas as atribuições em favor da vida, várias nações do mundo estão fundamentando suas políticas públicas e sociais nos princípios norteadores dos direitos humanos pautados pela ONU.

A Carta das Nações Unidas foi elaborada pelos representantes de 50 países presentes à Conferência sobre Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco, Estados Unidos da América de 25 de abril a 26 de junho de 1945. As Nações Unidas, entretanto, começaram a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta por China, Estados Unidos, França, Reino Unido e a ex-União Soviética, bem como pela maioria dos signatários. O 24 de outubro é comemorado em

todo o mundo como o “Dia das Nações Unidas”. Surge então a maior organização internacional da história em defesa da vida e da preservação das futuras civilizações. A ONU por ser uma entidade internacional e com objetivos claros em defesa da vida e dos valores democráticos desenvolveu vários segmentos para atender as necessidades das nações, entre outros órgãos.

Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS, com dados de 2011, 1 bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência – isso significa uma em cada sete pessoas no mundo. A falta de estatísticas sobre pessoas com deficiência contribui para a invisibilidade dessas pessoas. Isso representa um obstáculo para planejar e implementar políticas de desenvolvimento que melhoram as vidas das pessoas com deficiência. Ainda mais quando se trata de uma região distante dos grandes centros urbanos e políticos administrativos, como é o exemplo da Região do Semiárido baiano, onde as políticas sociais e econômicas vivem à mercê dos grandes senhores, sejam eles latifundiários e empresários ou políticos que exercem a função de “donos” partidários de determinado curral eleitoral sem visar o desenvolvimento humano desta determinada região. A Organização Mundial da Saúde - OMS tem um papel político fundamental nestes países em desenvolvimento, responsabilizando a quem é de se responsabilizar e ajudar a encontrar alternativas viáveis para as políticas públicas voltadas à saúde.

Conforme dados da Organização Mundial da Saúde, ainda que 80% das pessoas que vivem com alguma deficiência residem nos países em desenvolvimento. Ter alguma deficiência aumenta o custo de vida em cerca de um terço da renda, em média. Completar a escola primária também é um desafio maior para as crianças com deficiência: enquanto 60% dessas crianças completam essa etapa dos estudos nos países desenvolvidos, apenas 45% (meninos) e 32% (meninas) completam o ensino primário nos países em desenvolvimento.

A OMS no Brasil tem como objetivo principal maximizar, de maneira coordenada o trabalho da ONU voltado para a Saúde pública e de qualidade, para que o sistema possa proporcionar uma resposta coletiva, coerente e integrada às prioridades e necessidades nacionais, no macro dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e dos demais compromissos internacionais. A política de Assistência e desenvolvimento aos portadores de necessidades especiais no Brasil vem sendo assessorada e coordenada

pela OMS, de forma que se possa oferecer a melhor condição de vida e sociabilidade do indivíduo em estudo. As demandas são enormes, como relata os dados acima, o elevado índice de crianças e adolescentes com alguma necessidade especial dificulta as precárias políticas sociais do País que ainda vivem crises de identidade política.

Este trabalho voltado para a educação inclusiva na perspectiva de um empoderamento de adolescentes em situação de risco busca uma intervenção biopsicossocial da capoeira utiliza dos valores da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, criada no Brasil em 1945, também no contexto da Segunda Guerra Mundial, para promover a paz e os direitos humanos, além de acompanhar o desenvolvimento mundial e auxiliar os estados membros na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades. Faz parte dos Direitos Humanos todo um conjunto dos quais todos os seres humanos, de todos os povos e nações, devem usufruir pelo simples fato de existirem, independentemente de sua classe social, etnia, gênero, nacionalidade ou posicionamento político. Conforme diz o artigo 7 dos Direitos Humanos, “todos somos iguais perante a lei”, o que significa que os direitos das pessoas independente de sua classe e condição social não devem ser tratados de forma diferenciada. Lei que assegura a igualdade e a equidade de direitos.

No setor da Educação, a principal diretriz da UNESCO é auxiliar os países membros a atingir as metas da Educação para todos, promovendo o acesso e a qualidade da educação em todos os níveis e modalidades, incluindo a educação de jovens e adultos. Para isso, a Organização desenvolve ações direcionadas ao fortalecimento das capacidades nacionais, além de prover acompanhamento técnico e apoio à implementação de políticas nacionais de educação, tendo sempre como foco a relevância da educação como valor estratégico para o desenvolvimento social e econômico dos países.

Em uma de suas áreas de atuação, a cultura, tem como fundamento da identidade, da energia e das ideias criativas dos povos, a cultura, em toda sua diversidade, é fator de desenvolvimento e coexistência em todo o mundo. Nesse sentido, a UNESCO elabora e promove a aplicação de instrumentos normativos no âmbito cultural, além de desenvolver atividades para a salvaguarda do patrimônio cultural, a

proteção e o estímulo à diversidade cultural, bem como o fomento ao pluralismo e ao diálogo entre as culturas e civilizações.

Segundo informações da ONU, no Brasil, a UNESCO tem atuado em cooperação com as autoridades e instituições nacionais em diversas iniciativas para a preservação do patrimônio cultural, seja no apoio à preservação do Patrimônio Mundial e no fortalecimento dos museus, bem como na salvaguarda do rico patrimônio imaterial brasileiro. Também colabora para a proteção e a promoção da diversidade cultural do país, em atividades de formação e elaboração de políticas culturais nas áreas do artesanato, das indústrias culturais e do turismo cultural, entre outras.

Sobre as grandes investigações efetuadas sobre orientações da UNESCO, algumas delas apresentadas nas conferências internacionais e assumidas como compromisso para todos, entre elas estão o Fórum Mundial de Educação para Todos na Tailândia em 1990.

De acordo com a UNESCO (1990) a Declaração de Jomtien, também chamada Declaração Mundial de Educação para Todos, tem como objetivo último:

“Satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos... e o esforço de longo prazo para a consecução deste objetivo pode ser sustentado de forma mais eficaz, uma vez estabelecido objetivo intermediário e medido os processos realizados.” (Declaração de Jomtien, 1990, art 10).

Na referida conferência participaram educadores de vários países incentivados a elaborar um Plano Decenal, visando superar a exclusão social, especialmente nos países pobres e em desenvolvimento que atendessem as necessidades básicas de aprendizagem da população em idade escolar.

Responsabilizando dessa forma, aos estados de adotarem todas as medidas cabíveis e adequada na perspectiva de eliminar os obstáculos em vista dos sujeitos em estudo. Mesmo assim, ainda não assegurava o direito de aprendizagem totalmente de forma inclusiva. Para tal, surge a necessidade da conferência de Salamanca na Espanha no ano seguinte.

A Declaração de Salamanca (1994) desenvolveu um planejamento sistemático e criterioso para criar um sistema educacional inclusivo, baseado em todos os movimentos anteriores voltados aos direitos humanos e inclusão social conforme diz seu próprio texto.

“[...] proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de “educação para todos” firmada em 1990 [...] promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem” (Salamanca, 1994, art. 1).

A Declaração de Salamanca estabeleceu critérios de inclusão que até então não havia sido pensado, em que todas as crianças com deficiência devem ser incluídas no âmbito mais amplo da Educação para Todos, que visa à inclusão de todas as crianças que, por qualquer motivo, estão fora da escola. Entre elas estão às crianças em severa situação de pobreza e exclusão social, que sofre de desnutrição crônica, que vivem nas ruas ou que são forçadas a trabalhar, crianças vítimas de guerra ou de catástrofe naturais, crianças incapazes de ir à escola por causa da distância ou por não poderem pagar as mensalidades escolares, todas devem ser inclusas em salas de aula normalmente como qualquer outra criança.

Como cita a própria Declaração de Salamanca referindo-se a inclusão na educação:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceiras com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...)”(SALAMANCA, 1994, p.2).

Uma criança com necessidades especiais educativas precisa de variadas possibilidades de inclusão, entre elas as adaptações físicas e humanas. Os profissionais da educação também precisam deste investimento para melhor se preparar para lidar com este tipo de cliente em sala de aula, inclusive na formação profissional e didática diferenciada.

Após os 10 anos da Conferência Mundial de Educação para todos, em Jomtein, Tailândia em 1990, em que os países membros assumiram importantes compromissos e metas que atendessem as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, de erradicar o analfabetismo e universalizar a escola. A UNESCO em processo de avaliação do cumprimento das metas convocou um Fórum Mundial sobre Educação de Dakar em Abril de 2000 que apresentou marcos importantes, como a universalização da educação básica compreendida como elemento central na conquista da cidadania.

[...] demonstra que houve progresso significativo em muitos países. Mais é inaceitável que no ano 2000, mais de 113 milhões de crianças continuem sem acesso ao ensino primário; que 880 milhões de adultos sejam analfabetos; que a discriminação de gênero continue a permear os sistemas educacionais; e que a qualidade da aprendizagem e da aquisição de valores e habilidades humanas não satisfaçam as aspirações e necessidades dos indivíduos e das sociedades (DAKAR 2000, p. 1).

Os 164 países que assumiram o compromisso de honrar as 6 metas da Educação Mundial, os dados da UNESCO mostram que somente um terço dos países alcançou todas as seis metas de educação estabelecidas há 15 anos para o período de 2000 a 2015. Enquanto ao Brasil chegou a cumprir com apenas duas metas: universalizar o acesso à educação primária e atingiu a meta da igualdade de gênero. O que é questionável o investimento econômico histórico em uma qualidade universalizada da educação brasileira.

Entre essas políticas criadas pela UNESCO vem o reconhecimento da capoeira como Patrimônio Imaterial da Humanidade, a qual passa a ser reconhecida como instrumento de educação inclusiva. Mecanismo informal de inclusão. Assunto desta

pesquisa. O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, instituição da ONU que também trabalha em parceria com governos municipais, estadual e federal, sociedade civil, grupos religiosos, mídia, setor privado e outras organizações internacionais em defesa dos direitos de meninos e meninas brasileiras e de todas as nações membros. Entre as várias ações realizadas pela UNICEF nos últimos anos, está o apoio ao Brasil em reduzir as disparidades regionais, especialmente no que se trata a educação e a saúde nas regiões do Semiárido, região em que o Município em pesquisa, Serra do Ramalho faz parte, comunidades populares e dos centros urbanos.

1.2 ANTECEDENTES DA POLÍTICA NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Conforme dados da Política Nacional de Educação Especial, no Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi.

Prosseguindo com as políticas educacionais, o atendimento educacional que aponta o direito dos “excepcionais” à educação seja ministrado preferencialmente no próprio sistema de ensino é fundamentado pela Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61. O estudante aqui ainda é considerado um sujeito excepcional no sentido ainda pejorativo da palavra. Já LDBNE de nº 5.692/71 considera “tratamento especial” deficiência física, mentais os que encontram em atraso considerável quando a idade regular de matrícula e os superdotados sem desenvolver um sistema de ensino que atenda todos os tipos de necessidades especiais de aprendizagem.

Somente com a nova Constituição Federal de 1988 que se impregna em seu teor a promoção do bem de todos, trazendo uma visão holística dos direitos universais do ser humano. “Promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação” (art. 3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Para reafirmar os documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, determina que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Brasil foi um dos países pioneiros em garantir em sua Carta Magna – Em 1988, numa feliz oportunidade histórica, no artigo 227, o conteúdo da Convenção sobre os Direitos da Criança, que viria a ser aprovada pela ONU em 1989. O UNICEF participou da mobilização que tornou possível a aprovação do artigo que mudou o marco legal dos direitos de meninas e meninos no País.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à Saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 34).

Em 13 de julho de 1990, o Brasil aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, regulamentando os Direitos da Criança e do Adolescente em perfeita consonância com a Convenção sobre os Direitos da Criança adotada, em 1989, pelas Nações Unidas, que retrata o consenso mundial. Como nossa própria constituição assegura, o Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma, apoiados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, todas as crianças e adolescentes tem o direito à vida.

Vida essa que devem ser garantidas de forma igualitária sem distinção de quaisquer que sejam suas limitações. Esses direitos garantem os compromissos internacionais da educação Inclusiva sem exclusão de quaisquer prerrogativas.

Todas as conferências e fóruns mundiais organizados pelas Nações Unidas apresenta a educação como inclusiva promotora do sucesso de todos e de cada um, assegurada em princípios de direitos e não de caridade, igualdade e oportunidades e não de discriminação, também assumida pelas Políticas Nacionais de Educação Especial brasileira. Como assim assegura A UNESCO, através das metas de Educação para Todos, a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais, propõe aprofundar a discussão acerca das práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos, o documento Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais proclama que as escolas comuns representam o meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias ressaltando que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados. (BRASIL, 1997, p. 17 e 18).

Diante das demandas internacionais a respeito da educação inclusiva, a Declaração de Salamanca foi a que mais ampliou a concepção de educação inclusiva no Brasil apresentando o conceito de necessidades educacionais especiais. O pressuposto de que toda criança deve frequentar o mesmo ambiente de aprendizagem independente das características diferente de cada um, tem sido pauta nos documentos relacionados à Educação Inclusiva no Brasil, a partir de 1990.

O Ministério da Educação brasileira fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB 9394/96, legislação que regulamenta o sistema educacional público ou privado do Brasil da educação básica ao ensino superior. Reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal, incluindo a educação inclusiva, assegurando o que rege os direitos humanos no que entende com o

conceito de cidadania, fundamentado no reconhecimento das diferenças que operam na regulação e produção da desigualdade. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

O Brasil como membro signatário da ONU também faz parte do movimento mundial pela Educação Inclusiva em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando da construção de seus direitos de cidadãos. Baseado na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, onde a Educação Inclusiva faz a inserção da educação no próprio sistema educacional brasileiro, de forma obrigatória e gratuita, atendendo as metas da Educação para Todos assumida em Salamanca, por ser um tema de perspectiva fundamentado nos direitos humanos, que constitui a igualdade de direitos e diferenças como valores inseparáveis que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Para tanto, a necessidade da construção de sistema educacional inclusiva a partir dos referenciais históricos e sociais, a organização de ideias de escolas e classes passam a ser repensada, trazendo assim, uma imensa mudança de paradigma cultural para que todos os estudantes tenham suas especificidades atendidas. Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes. Conforme texto da referida Lei será reestruturada a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, e foram instituídos, no Ministério do Trabalho, no Ministério da Saúde e no Ministério da Previdência e Assistência Social, órgãos encarregados da coordenação setorial dos assuntos concernentes às com necessidades educacionais especiais.

Em vias das demandas e adaptações necessárias de construir uma Educação inclusiva, o Brasil elaborou suas Políticas Públicas de Educação Especial – PPEE, através do Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, que define a partir

da LDBEN 9394/96, como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino. Esta definição permite desvincular “educação especial” de “escola especial”. Permite também, tomar a educação especial como um recurso que beneficia a todos os educandos e que atravessa o trabalho do professor com toda a diversidade que constitui o seu grupo de alunos. Reafirmando uma importante demanda da Declaração de Salamanca (1994) que utiliza o termo desafiador de inclusão, “pessoas com necessidades educacionais especiais”, ou seja, pessoas decorrentes de suas características de aprendizagem. Para isso, as PPEE sugerem, “que se desenvolva uma pedagogia centrada na relação com a criança, capaz de educar com sucesso a todos, atendendo às necessidades de cada um, considerando as diferenças existentes entre elas”.

Essa pedagogia pode ter como instrumento a fonte desta pesquisa à capoeira, ela pode ser um grande instrumento de socialização, aprendizagem e inclusão nas práticas educacionais de ensino. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. O IPHAN tem um papel fundamental no processo de preservação e colaboração dos Direitos Humanos, permeados em quase todas as leis brasileiras, entre elas o ECA. Para tanto, o mesmo oficializou a roda de capoeira como Patrimônio Histórico Imaterial da Humanidade em 15 de julho de 2008, em Salvador, capital da Bahia pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do IPHAN. Afirmando que:

O reconhecimento da Roda de Capoeira, pela Unesco, é uma conquista muito importante para a cultura brasileira e expressa a história de resistência negra no Brasil, durante e após a escravidão. Originada no século XVII, em pleno período escravista, desenvolveu-se como forma de sociabilidade e solidariedade entre os africanos escravizados, estratégia para lidarem com o controle e a violência (IPHAN, 2017, p.3).

As instituições até aqui citadas buscam, em certa medida, as funções interpessoais e mesmo intrapessoais colocando o indivíduo dentro de suas capacidades

de pensar, planejar, memorizar e vivenciar sua cultura. A roda de capoeira, hoje considerada um Patrimônio Histórico Imaterial da Humanidade vem confirmar essa regulação através da prática e valorização das tradições culturais.

Ainda em 2003, o UNICEF lançou um estudo que traçava, pela primeira vez, um perfil da condição de vida de meninas e meninos que vivem na região semiárida do Brasil. O documento Crianças e Adolescentes no Semiárido Brasileiro foi o ponto de partida para a grande articulação do UNICEF pela melhoria de vida na região que concentra alguns dos piores indicadores sociais do País. Este documento intitulado Crianças e Adolescentes no Semiárido viabilizaram metas em parceria com os Estados membros de melhoria na condição de vida, cumprido metas nas áreas da saúde, assim como na educação e proteção integral. Na perspectiva de ajudar o Brasil a superar a disparidade social da região e alcançar as metas da educação para todos, o UNICEF articulou o Pacto Nacional – um mundo para a criança e o adolescente do Semiárido brasileiro, assinado em junho de 2007, pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, ministros, governadores dos 11 Estados do Semiárido representados pelos Estados da Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, apoiado por parlamentares, empresários e representantes da sociedade civil.

O Brasil ainda é um dos países do mundo com maior índice de desigualdade social, fruto de uma má educação e falta de políticas públicas coerentes e igualitárias, conforme dados da UNICEF:

De 1990 a 2013, o percentual de crianças com idade escolar obrigatória fora da escola caiu 64%, passando de 19,6% para 7% (Pnad). No entanto, mesmo com tantos avanços, mais de 3 milhões de meninas e meninos ainda estão fora da escola (Pnad, 2013). E essa exclusão escolar tem rosto e endereço: quem está fora da escola são pobres, negros, indígenas e quilombolas. Uma parcela tem algum tipo de deficiência. E grande parte vive nas periferias dos grandes centros urbanos, no Semiárido, na Amazônia e na zona rural (UNICEF, 2014, p. 1).

Através da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Brasil passou a adotar políticas públicas mais severas, implementando até mesmo na

Constituição Federal o teor da Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência, através do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 assegurando maior respeito aos direitos humanos das pessoas com qualquer tipo de deficiência. A partir de então, conscientizando-se assim, por exemplo, de que hoje não é o limite individual que determina a deficiência, mas sim as barreiras existentes nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação, na comunicação e nos serviços essenciais à vida. Sendo assim, cada cidadão, assegurado e observado pelo Estado possa assegurar o respeito a diversidade das pessoas com necessidades educacionais especiais.

A cultura exerce um papel de mediadora na formação da consciência e consequentemente no exercício da cidadania. A capoeira, reconhecida com Patrimônio Cultural, através de sua prática social de construção e reconstrução constantemente de sua filosofia de vida, implicada em sua herança cultural, contribui com o desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo, seja ele consideração hábil em todas as suas funções motoras ou não. Como afirma Vygotsky (1994) “o desenvolvimento é um processo que está intimamente vinculado ao aspecto cultural e biológico para usar a linguagem e outras ferramentas culturais”. Este desenvolvimento perpassa todos os segmentos educacionais da vida humana, desde sua formação familiar, escolar à sua relação social e profissional quando possível.

Diante da necessidade de projetar as metas educacionais assumida nos acordos internacionais, o Brasil elaborou seu Plano Nacional da Educação – PNE que estabelece as diretrizes, metas e estratégias a serem alcançadas no período de 10 anos no Brasil, atendendo as demandas nacionais e as determinações, visando oferecer uma educação de qualidade que assuma e garanta o acesso de maneira universalizada a todos.

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE (PNE, 2014, meta 1).

Ainda da educação básica:

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE (PNE, 2014, meta 2).

A Constituição Federativa Brasileira de 1998, no artigo 5º diz que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” promover o bem de todos sem preconceito de qualquer natureza, e ainda, estabelece a igualdade de condições. As escolas brasileiras devem estar preparadas para atender todas as demandas oriundas da sociedade. Como se concebe o PNE e a Carta Magna do País a igualdade de condições não é de responsabilidade apenas do Estado enquanto instituição pública mais os indivíduos, os quais o constituem. O Brasil assume o propósito de alinhar-se o que diz a Constituição Federal, atendendo os documentos nacionais e internacionais, estendendo e aprofundando a compreensão dos direitos à educação inclusiva.

Ainda atendendo as demandas de uma educação inclusiva voltada para a diversidade cultural, a Lei nº 10639/03 que alterou a LDB 9394/96, que estabelecem diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura Afro-Brasileira”. Trazendo assim a formação, materialidade e trocas de experiências. Com a intenção de promover a interação das diretrizes legais, bem como mapear experiências, estimular e apoiar projetos e ações para combater práticas de preconceito e conseqüentemente a exclusão social. As diversas políticas públicas visa incluir os grupos historicamente apartados, buscando a promoção dos direitos humanos e o reconhecimento dos deveres das diferentes populações. A educação a diversidade, assim como a educação inclusiva visa promover o debate sobre a educação como direito fundamental, que precisa ser garantido a todos sem qualquer distinção, promovendo a cidadania, a igualdade de direitos e o respeito à diversidade de forma inclusiva.

Entre os vários programas do ministério da educação voltado para o atendimento educacional que assegure o direito de igualdade e que possibilite a inserção do sujeito em seu exercício da cidadania está a Bolsa Família, um grupo de pessoas vulneráveis

que recebe atenção especial do Governo Federal. são estudantes beneficiários que tem a frequência escolar como uma das condições para que as famílias de 16,2 milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos tenham direito a receber o benefício. As matrículas desses estudantes representam mais de 40% de todas as matrículas na educação básica nessa faixa etária segundo o portal do Ministério da Educação.

1.3 ESTUDOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Em meados do século XX, as crianças e adolescentes passaram a terem seu reconhecimento como pessoa de direitos através de convenções, fóruns e conferências nacionais ou internacionais. Período em que formularam direitos básicos reconhecendo que eles são seres humanos especiais com características específicas e também de direitos próprios. Essa conquista foi evoluindo mediante a evolução dos direitos humanos promulgada em 10 de dezembro de 1948, pela Declaração Universal dos Direitos humanos que em seu artigo 1º declara que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Este pressuposto de que todos nascem livres e iguais em dignidade e em direito não exclui qualquer que seja os segmentos da espécie humana. Este mesmo documento vai fortalecer a ideia do direito universal constituído e assegurado na Constituição Federativa Brasileira de 1988, elaborada por uma Assembleia Constituinte de 559 parlamentares com diversas crenças políticas, onde restabeleceu a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas como instituiu uma vastidão de preceitos progressista, como a igualdade de gênero, a criminalização do racismo, a proibição total da tortura e direitos sociais como a Educação para todos de forma equitativa. No artigo 5º reafirma que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)”.

Já em 1989, surge uma necessidade maior de universalizar e convencionar o direito da Criança e do Adolescente, com ações e políticas compensatórias, prevendo como meta o desenvolvimento.

Fundada nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e neste instrumento dos Direitos da Criança (1959) a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos promoveu em 1989 a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Até fins de 1996, os termos da Convenção já haviam sido ratificados por 96% dos países (com exceção dos Emirados Árabes Unidos, dos Estados Unidos, das Ilhas Cook, de Omã, da Somália e da Suíça) (4). Ao ratificá-los, esses países tornaram-se obrigados, por lei, a tomar todas as medidas adequadas (determinadas pela Convenção) para dar assistência aos pais ou responsáveis no cumprimento das obrigações para com suas crianças (MARCÍLIO, 1998, p.49).

Como se vê, a discussão e exigência da regulação dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes criaram forças a nível internacional de forma que cada nação pudesse adequar suas constituições à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança que define:

Como Criança qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade (artigo 1), cujos 'melhores interesses' devem ser considerados em todas as situações (artigo 3). Protege os direitos da criança à sobrevivência e ao pleno desenvolvimento (artigo 6), e suas determinações envolvem o direito da criança ao melhor padrão de saúde possível (artigo 24), de expressar seus pontos de vista (artigo 12) e de receber informações (artigo 13). A criança tem o direito de ser registrada imediatamente após o nascimento, e de ter um nome e uma nacionalidade (artigo 7), tem o direito de brincar (artigo 31) e de receber proteção contra todas as formas de exploração sexual e de abuso sexual (artigo 34) [...] (MARCÍLIO, 1998, p.49).

Nessa perspectiva o Brasil no mesmo ano ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança no cumprimento integral das disposições que exigiria uma ação integradora por parte do estado e da sociedade civil no âmbito das políticas públicas cabíveis adaptadas às demandas nacionais no que diz respeito os direitos das crianças. Apesar da Constituição Brasileira (1988) ser anterior à Convenção dos direitos da Criança (1989), o que demonstra o compromisso do Brasil em sintonia com a discussão internacional exigida sobre a normativa para a criança e a adoção de novo paradigma, o que tornou o Brasil o primeiro país a adequar a Legislação interna aos princípios da Convenção das Nações Unidas instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de Julho de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente inspirado nas diretrizes

fornecidas pela Constituição Federativa Brasileira de 1988, a Assembleia Nacional Constituinte referendou a emenda popular que inscreveu na Constituição Brasileira de 1988 o artigo 227, do qual o Estatuto da Criança e do Adolescente é posterior à regulamentação federal.

Segundo dados do IBGE (1990) mais da metade da população infanto-juvenil brasileira (58,2%) era pobre, “os resultados nocivos desta situação de pobreza têm efeito direto sobre a vida das crianças nos seus aspectos mais fundamentais: saúde, nutrição e educação”. Como afirma o Artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) que “a criança e o Adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania (...)” ainda no mesmo artigo, inciso I, assegura a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. O estatuto busca cumprir os preceitos constitucionais assegurando a criança e ao adolescente uma educação integral voltada ao desenvolvimento da pessoa, sempre preconizando o absoluto respeito aos direitos fundamentais. Enquanto que no artigo 11 do ECA, redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016 é assegurado o cuidado voltado à saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

A partir destas perspectivas de que a criança e o adolescente passam a ser considerado um indivíduo especial, com direitos constituídos em suas peculiaridades. O Brasil, através do Ministério da Educação e Secretaria de Educação Especial desenvolveu sua Política Nacional de Educação Especial (1994), na condição da educação inclusiva, visando construir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos, orientando o processo de ‘integração instrucional que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que "(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19).

Para reafirmar as Políticas Nacionais de Educação Especial que não provocou uma reformulação das práticas educacionais, de certa forma manteve o sistema de aprendizagem no ensino comum, a partir de várias discussões de diversos segmentos surgem a atual LDB nº 9394/96, no artigo 59 afirma que os sistemas de ensino

assegurarão aos educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I – currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender as suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para que os que não revelarem capacidades de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Ainda seguindo a perspectiva da educação inclusiva, pensando que a educação não se faz apenas com o aluno, o Ministério da Educação através do Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno com a Resolução de nº 2, de 1º de julho de 2015, artigo 13, § 2º, estabelece que:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direito educacional de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

A formação profissional é um dos fatores primordiais para a efetivação da educação para todos. Além da formação de carreira o professor e toda a equipe escolar deve buscar uma formação continuada que venha atender os interesses da clientela

atendida nas redes educacionais do Brasil observando a diversidade e as orientações regimentais asseguradas em leis brasileiras.

1.4 TESE DE MESTRADO E DOUTORADO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Existem muitos escritos sobre a capoeira em dissertações de mestrados e teses de doutorados que falam da capoeira como luta, como jogo como dança, mais esta pesquisa fundamenta-se na capoeira como ação interventiva no processo educacional da criança e do adolescente portador de necessidades educacionais especiais.

Andrade (2016) em sua tese de doutorado, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutor, apresenta o tema: A Arte do Jogo nas Escolas - a capoeira em diferentes espaços educacionais brasileiros que aborda a inserção da capoeira em escolas brasileiras com o objetivo de realizar uma análise sobre a efetivação dos direitos culturais, no que se refere à cultura brasileira afro-referenciada. Onde este trata de direitos culturais numa realidade pós-colonial passa por revisar a concepção universalista hegemônica acerca dos direitos humanos. Ainda na linha de pensamento do autor, compreende a capoeira como uma prática de conhecimento multifacetada, marcada por diferentes discursos identitários que reivindicam diversos espaços sociais, com destaque para uma inserção qualificada no campo educacional. Esta tese traz uma relevância social de alto impacto onde a pretensão foi contribuir para a existência de uma política cultural emancipatória no contexto escolar.

A efetivação dos direitos culturais referido por Andrade (2016) remete às legislações que atendem a educação inclusiva que tem como meta trazer esta faceta da emancipação de crianças ou adolescente portador de necessidades educacionais especiais e a capoeira é um desses vieses capaz de inserir o indivíduo como sujeito de seus próprios conhecimentos a serem adquiridos na prática de seu cotidiano em sala de aula. Esta tese tem uma imensa relevância científica para o estudo em pesquisa que busca demonstrar a importância da inclusão social como sujeitos de direitos dentro do contexto escolar.

O segundo trabalho que aproxima da pesquisa é uma dissertação de mestrado de Brito (2008) apresentada para obtenção de título de mestre pela Universidade do Porto no ano de 2008, com o tema: Capoeira, um contributo para a melhoria da coordenação motora em indivíduo com Síndrome de Down apresenta o objetivo de avaliar os efeitos da prática da capoeira na coordenação motora de indivíduo com Síndrome de Down, em função do sexo e da idade. Desenvolveu sua pesquisa através da amostra com 20 indivíduos portadores de Síndrome de Down, com deficiência mental moderada, com idade compreendidas entre 8 e 39 anos, dividido em dois grupos: grupo A (8 a 14 anos) e grupo B (15 a 39 anos). Os indivíduos foram submetidos à prática da capoeira duas vezes por semana, durante 14 semanas, com 45 minutos de duração cada sessão. A pesquisa ao comparar os dois momentos de avaliação da coordenação motora ampla, em função do sexo masculino, do sexo feminino, dos indivíduos mais novos, dos indivíduos mais velhos e da amostra total, constata diferenças estaticamente significativas em todos os testes aplicados. Para tanto, demonstra-se que a prática de inclusão não deve apenas ser pensada de forma generalizada e descaracterizada do contexto histórico do sujeito. Daí vem à contribuição do estudo referido em demonstrar que a inclusão deve ser pesada a partir de cada realidade, de cada situação, de cada sujeito de maneira que atenda às necessidades individualizadas de cada educando.

Ainda sobre o papel da capoeira como meio de inclusão no âmbito educacional Jean Adriano Barros da Silva apresentou uma tese de doutorado em 2016 no âmbito do Desenvolvimento Curricular, investiga a capoeira, seus limites e possibilidades como recurso pedagógico na educação formal, considerando a potencialidade das africanidades na construção de alternativas metodológicas que possibilitem um processo educativo compatível com a pluralidade/diversidade dos educandos e consequente empoderamento para o exercício pleno da cidadania.

Para poder realizar a pesquisa, Silva (2016) estabeleceu como objeto de estudo as práticas pedagógicas de matriz africana na capoeira, com o propósito de: i) caracterizar limites e possibilidades no processo de trato com a matriz pedagógica africana, através da capoeira, descrevendo e analisando, coletivamente, seus traços essenciais; ii) analisar as contradições existentes nas proposições em desenvolvimento no trato com a cultura corporal, levantando possibilidades superadoras, capazes de gerar um conhecimento descritivo crítico; iii) compreender as dinâmicas decorrentes do

processo de construção da capoeira como prática pedagógica, com base num caso explorado segundo pressupostos de Investigação-Ação, numa escola pública de Amargosa – BA; iv) identificar quais as principais dificuldades que professores e alunos enfrentam no trato com a história e cultura afro-brasileira e africana, considerando o aprofundamento e construção de conhecimento sobre propostas facilitadoras do processo pedagógico, sustentadas na capoeira.

Em uma das conclusões demonstrada na tese, ele relata as dificuldades encontradas pela falta de conhecimento da própria realidade dos sujeitos em estudo:

Como exemplo destas dificuldades identitárias com africanidades, destacamos: i) a percepção da falta de conhecimento dos estudantes sobre a participação de personalidades afrodescendentes na história do Brasil e ii) a negação indireta da influência na oralidade cotidiana, na culinária, nos jogos, brincadeiras e até mesmo em nossos costumes mais elementares. Neste sentido, a vivência com a capoeira potencializou uma inserção dos indivíduos em sua própria cultura, pois suas cantigas, procedimentos e técnica, exigiam dos participantes uma constante reflexão crítica sobre a história do negro no Brasil (SILVA, 2016, p. 119).

Como é notório, o processo de inclusão social precisa passar pelo reconhecimento dos costumes social, histórico, cultural, religioso e político como opção metodológica e pressupostos da Investigação-Ação, que tem como característica essencial capacitar/empoderar os interlocutores envolvidos no estudo para o desenvolvimento autônomo, focado na exploração da solução do problema identificado. A partir desta opção será possível sistematizar dados suficientes para referendar a relevância da capoeiragem como estratégia para trato com africanidades na escola, enquanto resposta vital à diversidade, descrevendo os traços peculiares dos sujeitos participantes no estudo.

Com base nos resultados, foi possível identificar possibilidades de alternativas educacionais que colaboram com a melhoria do desenvolvimento das pessoas envolvidas, problematizando a realidade da formação de professores, discutindo a ação pedagógica, melhorando as relações plurais pela dialogicidade e, ainda, fortalecendo o exercício da criticidade para a cidadania emancipatória.

Neste sentido, conforme nos assegura Silva (2016) a dialogicidade que implica os educandos com seus próprios contextos foi exercitada pela constante relação estabelecida entre o cotidiano da “roda de capoeira” e a contextualização com a “roda da vida”, ratificando o papel da arte como catalisadora da dinâmica social e empoderamento crítico dos sujeitos. Neste sentido, Delors (2001) diz que, quando o estudante experimenta uma relação dialógica com o conhecimento, este constrói uma nova prática mais imbricada com a realidade e torna-se corresponsável no seu próprio processo de ensino aprendizagem.

Segundo Alves (2009) sobre as aulas de educação física, o processo inclusivo na escola não diz respeito somente à oportunidade em desempenhar as atividades propostas pelo professor em sala, mas também em participar e estruturar uma rede de relações sociais junto aos seus colegas de classe. O objetivo deste estudo é analisar o processo inclusivo de crianças com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física escolar, identificando seus obstáculos e facilidades para acompanhamento dos conteúdos propostos e construção de uma rede social com seus pares. Participaram como sujeitos do estudo alunos com e sem necessidades educacionais especiais de uma escola pública brasileira durante o ano de 2007. Foram realizadas observações sistemáticas das aulas de educação física durante todo o período letivo, bem como a aplicação do teste socio métrico em dois momentos. As observações sistemáticas tinham como meta identificar as facilidades e obstáculos encontrados pelo aluno com necessidade educacional especial em relação aos conteúdos propostos, relações com os colegas e professora e o ambiente de aula. O teste socio métrico buscou avaliar a estrutura social desenvolvida pelo mesmo durante as aulas de educação física. Os alunos com necessidades educacionais especiais não demonstraram dificuldades para compreender e executar as atividades propostas, porém apresentaram dificuldades para estruturação de relações sociais recíprocas com os colegas de classe. Os resultados indicam que o processo inclusivo desses alunos não ocorreu de forma concreta, impedindo que a criança com necessidade educacional especial atingisse plenamente os objetivos e metas educacionais propostos nas aulas de educação física.

Como mostra os resultados da pesquisa sobre o processo efetivo das aulas de educação física de forma inclusiva deve:

Oferecer condições de compreensão e execução das atividades não é suficiente para possibilitar a inclusão do aluno nas aulas. O processo inclusivo não consiste, segundo Alves, apenas em fornecer as condições mínimas necessárias para compreensão e execução das atividades propostas. As adaptações necessárias para concretização do processo inclusivo devem ocorrer em todos os aspectos da aula, com reestruturação do ambiente, objetivos, conteúdos e atividades. (ALVES, 2009, p. 33).

A atividade escolar que não atenda às necessidades individuais de cada aluno representa prejuízos na construção de relações sociais pelos alunos com necessidades educacionais especiais, negando assim a diversidade de sujeitos presentes, sendo as relações restritas em quantidade, com ausência de iniciativa em conversação, limitando a inclusão, apenas ao período de execução das atividades propostas pelo professor. Confirmando a ideia de que se faz necessário uma mudança de paradigma na visão de uma educação inclusiva. Pois a educação inclusiva não vem apenas atender ao aluno com necessidade educacional especial mais a todos que estejam envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, buscando de forma heterogênea dar sentido às atividades desenvolvidas durante o período escolar.

A inclusão é um desafio para todos e exige mudança de paradigma, em que as diferenças são vistas como características relativas à manifestação da espécie humana e de todas as espécies que existem no planeta. Segundo Sasaki (2010) a inclusão é um processo pelo à qual a sociedade se adapta a intenção de colocar, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Como se diz, constitui-se uma sociedade pautada nos princípios da cidadania assegurada nos direitos humanos, acreditando no valor da diversidade humana.

Nas concepções legais de uma sociedade inclusiva, voltada para educação para todos, conforme referenciado nas conferências de Salamanca (1994), Dakar (2000) entre outras, o Brasil adentra na discussão da educação inclusiva mais intensamente, a partir da Constituição Federal (1988), reafirmando os documentos anteriores, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996) vem regulamentar a o sistema de ensino no País, enquanto que o Plano Nacional de Educação (2006 e 2016) traça metas e

estratégias para um período de dez aos visando cumprir com os parâmetros traçados para o Brasil, Plano Nacional de Educação Especial (2007) estreita a relação da Educação para Todos de nível internacional com as legislações educacionais brasileiras para as pessoas com necessidades educacionais especiais. A Declaração de Jomteim (1990) é o marco que fornece definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, tendo em vista estabelecer compromissos mundiais para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, visando uma sociedade mais humana e justa. Conforme afirma e responsabiliza a declaração no artigo oitavo que trata da política contextualizada de apoio:

Políticas de apoio nos setores social, cultural e econômico são necessárias à concretização da plena provisão e utilização da educação básica para a promoção individual e social. A Educação básica para todos depende de um compromisso político e de uma vontade política, respaldados por medidas fiscais adequadas e ratificados por reformas na política educacional e pelo fortalecimento institucional. Uma política adequada em matéria de economia, comércio, trabalho, emprego e saúde incentiva o educando e contribui para o desenvolvimento da sociedade (Jomteim, 1990, p. 6).

No contexto atual em que se discute a construção de uma sociedade inclusiva nos ideais de uma educação para todos, na valorização do indivíduo e o reconhecimento e aceitação das diferenças, a discussão vem permeando todos os segmentos sociais contribuindo no processo formativo e educacional das pessoas que apresentam alguma necessidade educacional diferenciada. Para tal, uma proposta educacional fundamentada nas demandas nacionais e internacionais vem desenhando novas concepções pedagógicas e conseqüentemente novas paradigmas vão surgindo a serem seguidos.

A partir da LDB (1996), através da Resolução do CNE/CEB N° 2 de 2001, institui as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, preconizando a educação inclusiva em que todos os alunos, devem ser inseridos na escola regular, com no mínimo possível de distorção idade-série. Entre os grupos historicamente considerados excluídos e beneficiários da educação inclusiva, destacam os portadores de necessidades educacionais especiais com deficiências sensoriais,

deficiência mental, transtornos severos de comportamento ou condutas típicas, deficiências múltiplas (paralisia cerebral, surdez, cegueira, etc.) e superdotação. Para tanto a inclusão não parte apenas das ditas pedagogias tradicionais mais de novas técnicas de inclusão que atenda às necessidades globalizadas e ao mesmo tempo individualizadas na educação. Além do mais, os grupos historicamente excluídos no Brasil são inúmeros e, incontáveis os sujeitos que estão fora da rede educacional somando altas estatísticas de pessoas analfabetas por falta de uma escola inclusiva e cidadã.

1.5 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Os elementos em que a capoeira será apresentada e trabalhada baseada, na contribuição da Associação de Capoeira Camarada e na prática socioeducativa do processo de ensino aprendizagem, empoderando os adolescentes em situação de risco, a uma prática social mais ativa dentro da escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08, Município de Serra do Ramalho – Bahia levará os docentes a avaliar em sua complexidade as competências e habilidades possíveis de maior inclusão na prática educativa.

A partir do momento que a capoeira passou a ser reconhecida como um Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade fortaleceu-se as possibilidades de intervir nas esferas educacional, social e cultural. Acredita-se que esta pode ser um elemento de interação, cooperação e socialização para indivíduo com Necessidades educacionais especiais, ou até mesmo com dificuldades biopsicossociais, podendo levá-los a ter o desenvolvimento global e, em especial no ensino-aprendizagem; pode assim, inserir determinados grupos historicamente excluídos por questões sociais, econômicos, religiosos, étnicos ou culturais. Muitas vezes o ensino formal pela sua sistematização não consegue atender as demandas dos indivíduos em questão. Baseado neste contexto, a capoeira é capaz de permear nas dimensões da: musicalidade, dança, jogo, luta, educação, disciplina, contiguidade, raciocínio lógico, lateralidade, desenvolvimento da saúde psíquica e física, possibilitando ao indivíduo a reabilitar-se em seu contexto

social, de forma que possa rever seus conceitos correlacionais, adequando sua vivência social de forma que possa criar um novo paradigma de vida.

Com o tempo, com o processo de aprendizagem, com diferentes jogos realizados com amigos e desconhecidos em diferentes rodas, o aprendiz sofre um processo mental e físico - e, quem sabe, espiritual também – que vai modificando sua maneira de ser; vai transformando seu relacionamento com o mundo e com a sociedade (CAPOEIRA, 1992, p. 22).

Conforme Capoeira (1992), a capoeira tem essa capacidade de fazer a transformação na vida do indivíduo de tal maneira que ele deixa de ser ele mesmo para viver a capoeira. É com essa perspectiva que a capoeira aqui é apresentada na condição interventiva nos aspectos biopsicossociais de crianças e adolescentes na condição de uma escola inclusiva que atenda a demanda de Jomtein, Educação para Todos, como uma das formas de auxiliar na inclusão, seja ela para pessoas com necessidades educacionais especiais ou grupos que historicamente foram excluídos do sistema educacional por diversas questões sociais.

A realidade política, econômica e social da população brasileira tem levado a uma reflexão mais aprofundada de sua conjuntura e exigindo das instituições escolares novos patamares de discussão, criando novos paradigmas frente à necessidade de uma educação plural com abordagens de conteúdos historicamente significativos oriundos da diversidade de conhecimentos que constituiu o povo brasileiro. Conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (UNESCO), realizada no segundo semestre de 2013, avaliou um pedido de inclusão da capoeira como Patrimônio Imaterial da Humanidade. Esse processo de reconhecimento e patrimonialização da capoeira é uma tentativa de afirmação de um estado/nação que visa à nacionalização da cultura brasileira e o reconhecimento educacional proporcionando aos praticantes da capoeira o reconhecimento e a valorização enquanto cultura e instrumento de formação na educação inclusiva.

A capoeira como atividade física e considerada como um esporte nacional deve construir relação de aproximação entre os indivíduos e as instituições escolares através

do componente curricular de Educação Física sobre o eixo temático das lutas, além de disciplinar os corpos para o trabalho de maneira planejada, estruturada, organizada e periodizada visa à melhoria da saúde com benefícios bem específicos e dando-lhes mais autonomia em sua vida cotidiana; a dimensão educativa da capoeira com ação interventiva vai além das condições físicas do indivíduo também indicada a pessoas com dificuldades biopsicossociais para melhorar a composição corporal, através do aumento da massa corporal magra e redução da massa corporal gorda, aumentar a força e melhorar a capacidade cardiorrespiratória. Como um Patrimônio Imaterial da Humanidade se encarrega de transpor ao indivíduo o espírito patriótico, do tornar a ser ele mesmo, contribuindo para a formação cívica, imbuindo em sua essência os valores da interação social através da roda de capoeira, sua convivência, sua musicalidade, seus valores presentes na modalidade lutas, jogo e dança da capoeira; como ação interventiva na educação, saúde e cultura, demonstra a desconstrução das relações preconceituosa e, sobretudo, possibilitar a formação consciente e crítica do cidadão dentro de sua própria realidade social, denunciando as diversas formas de exclusão existente na sociedade inserindo o educando como sujeito partícipe de seu viver em cidadania.

1.5.1 Perguntas de pesquisa

P1. Qual é a realidade dos adolescentes do Município de Serra do Ramalho, que estudam na escola Nossa Senhora Aparecida?

P2. Como a Associação de Capoeira Camarada parceira da Escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila contribui para a prática socioeducativa e no processo de ensino aprendizagem de adolescentes em situação de risco?

P3. Nas concepções dos professores que lecionam na Escola Nossa Senhora Aparecida, a capoeira é avaliada como uma prática social que pode levar os adolescentes ao empoderamento?

P4. Quais as condições de adaptação, reabilitação e transformação na vida diária, adolescentes com necessidades educacionais especiais que a capoeira pode ocasionar na

condição de bem-estar psíquico e físico independente da condição, educativa, socioeconômica desses indivíduos?

P5. Como a ação da capoeira pode propor uma inserção e permanência maior de práticas inclusivas de crianças e adolescentes nas escolas públicas de Serra do Ramalho, Bahia-Brasil, imbuída em sua essência os valores da interação social através da roda, musicalidade e valores presentes na modalidade enquanto luta e enfrentamentos, a partir do jogo e dança que é singularidade da capoeira?

1.6 OBJETIVOS DA PESQUISA

A partir da necessidade de esclarecer as perguntas de investigação referida anteriormente e, tendo em vista a importância e a relevância dessa pesquisa para o mundo da educação que se propõe a analisar a capoeira numa perspectiva da educação inclusiva em estudantes do Município de Serra do Ramalho, Bahia – Brasil.

1.6.1 Objetivo geral

Analisar se a capoeira com seus elementos contribui para o empoderamento dos adolescentes em situação de risco do Município de Serra do Ramalho da Escola Nossa Senhora Aparecida.

1.6.2 Objetivos Específicos

- a) Conhecer a realidade dos adolescentes do Município de Serra do Ramalho, que estudam na escola Nossa Senhora Aparecida;
- b) Verificar se a relação da Associação de Capoeira Camarada com a Escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08 contribui para prática socioeducativa e no processo de ensino aprendizagem de adolescentes em situação de risco?

- c) Demonstrar as concepções dos professores que leciona na Escola Nossa Senhora Aparecida, sobre a capoeira como prática social.
- d) Apresentar a contribuição da capoeira como ação interventiva no processo de ensino-aprendizagem.
- e) Propor através de relatório a inclusão da prática de capoeira no currículo das unidades escolares do Município de Serra do Ramalho.

1.7 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Como educador da educação básica no Município de Serra do Ramalho, Bahia – Brasil, desde o ano de 2005 e, como praticante da Associação de Capoeira Camarada, despertou a curiosidade em saber o que faziam os alunos em horário oposto ao seu turno regular escolar em uma perspectiva de verificar que contribuição à capoeira poderia trazer a estes alunos diretamente em sala de aula e conseqüentemente em sua família dentro de sua realidade social. Baseado nessa necessidade é que busquei a formação em Educação Física para melhor conhecer e contribuir com o processo de formação escolar.

A prática de atividade física escolar tem se intensificado no Brasil a partir do século XIX, onde as pessoas começam a visualizar a educação física não somente como uma modalidade que promove a saúde e disciplina a juventude, mais também como uma prática educativa que aponta como dever da educação em articular a promoção da saúde, o desenvolvimento de habilidades fundamentais, do caráter formativo e da preparação vocacional profissional.

A partir da nova Lei de Diretrizes e Base n. 9.394/96, onde a Educação brasileira recebe em seu íntimo constitucional o status de liberdade observada pelos conselhos, professores e escolas, salvaguardando o direito de aplicabilidade de grandes projetos educacionais, entre eles o de que a Educação Física, disciplina de grade curricular obrigatória, programe os eixos temáticos do esporte, jogos e brincadeiras, ginásticas, dança e movimentos expressivos. Com o auxílio da Base Nacional Comum Curricular – BNCC reforça a essência dos conteúdos de forma democrática humanizando e diversificando a prática pedagógica, incorporando as dimensões afetiva, psíquica,

cognitiva e sociocultural do indivíduo. Dentro dos movimentos expressivos, a modalidade luta, especificamente falando da capoeira, motivo desta pesquisa, traz em si uma variante de resistência e mudança de paradigma sociocultural.

A formação humana e educativa surge da necessidade de demonstrar aquilo que a história em todo seu percurso do fazer capoeira tem feito. No País onde a exclusão social tem sido uma realidade desde os mais remotos momentos históricos de nossa história, desde o início da colonização e exploração do território brasileiro com o uso da mão-de-obra escrava, a capoeira tem sido uma proposta de resistência e preservação dos valores a começar dentro e fora das senzalas, nos bairros mais pobres e ultimamente nos grandes centros urbanos envolvendo pobres e ricos independentes de sua classe social.

Este processo em que demonstra a relação de um povo sofrido e excluído dos seus direitos sociais tem feito da prática dos capoeiristas um símbolo de resistência e fortalecimento contra as forças opressoras. Através de diversas estratégias encontradas pelo povo negro e por seus afrodescendentes manifestadas através dos instrumentos, dos toques criados com finalidades únicas, das músicas com letras que transmite informações de denúncias e lamentos, dos movimentos artísticos e acrobatas manifestando seus sentimentos genuinamente pessoal e/ou coletivo, demonstram que a capoeira é um verdadeiro instrumento de inclusão intervenção social, dando-lhe condições de encontrar horizontes e possibilidades de sonhar com a vida.

A capoeira como ação interventiva assegura em sua prática social e cultural momentos que podem levar os indivíduos com necessidades educacionais especiais e dificuldades biopsicossociais a desenvolver habilidades do conhecimento além do seu nível físico/corporal dentro das atividades vivenciada em seu cotidiano, enfrentando as dificuldades encontradas nos problemas sociais em sua vida, possibilitando ao indivíduo a discussão e compreensão de seu contexto social de maneira democrática e inclusiva respeitando os limites pessoais de cada indivíduo.

Para isso, faz-se necessário uma análise minuciosa da realidade pedagógica das escolas do Município de Serra do Ramalho, tentando contextualizar as ações educacionais públicas com as legislações acima apresentadas e discutindo com as possibilidades de práticas inclusivas que a capoeira poderá trazer como benefício para a

educação inclusiva, de forma igualitária e promotora dos direitos humanos legalmente constituídos.

A escola Nossa Senhora Aparecida, localizada da Agrovila 08 representará a base dessa pesquisa, sem excluir a possibilidade de adentrar nos dados municipais da educação inclusiva, tendo o grupo de Capoeira Camarada como referencial, já que o mesmo tem a prática da capoeira na referida escola com todos os níveis de alunos matriculados, professores e membros da comunidade que não mais estudam mais que tem uma estreita relação com a capoeira e a unidade escolar. Sendo que a pesquisa visa identificar a capoeira numa perspectiva de inclusão, especialmente com crianças e adolescentes com dificuldades educacionais especiais.

2 MARCO TEÓRICO

O corpo fala através do tônus da pele, do brilho dos olhos, do balançar dos quadris, do sorriso e do choro. Cada corpo traz consigo uma memória de vida, uma história, uma memória impregnada nos músculos, nos ossos, nos órgãos, no padrão da respiração. Nessa perspectiva que se compreende o corpo como espaço de conhecimento, primeiro espaço para se conhecer e ter o contato consigo mesmo e com o mundo ao seu redor.

É bom abrir as janelas de vez em quando, deixar o ar circular, dar uma arejada. As dobradiças da janela, quando rangem, indicam que estão tendo pouco uso. As nossas dobradiças, também, rangem com pouco ou mau uso. São as articulações, responsáveis diretas pelo bom funcionamento de nossa estrutura básica (as paredes e o teto), o esqueleto. Sabe por quê? Porque as articulações possuem sensores,

receptores sensíveis que “informam” ao cérebro como estão agindo e o que é preciso fazer para mover ossos, músculos e tecidos. Ou seja, elas são diretamente responsáveis por nossa mobilidade. E onde não há movimento não há vida, não há pulsação, não há processos se construindo e se desconstruindo continuamente. É preciso por óleo nessas dobradiças de vez em quando, para restituir-lhes a flexibilidade. Não, não é preciso tomar injeções de lubrificantes. Basta mover-se. (VIANNA, CASTILHO, 2002, p. 20).

A capoeira percorreu todo um processo de consolidação e confirmação para se qualificar como patrimônio histórico imaterial da Humanidade, a qual pretende, através do Movimento da vida solidificar o movimento do corpo a partir de sua fundamentação histórica e cultural. Dando assim ao sujeito praticante da capoeira o conhecimento e a consciência corporal de que precisa para se empoderar de si mesmo como sujeito de sua própria história.

2.1 A CAPOEIRA NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E CULTURAL

Falar sobre a capoeira faz-se necessário entender seu processo histórico de constituição cultural e social. A capoeira tem relatos históricos de origem memorialista ainda no século XIX e início do século XX nas tradições dos povos afrodescendentes. Estes relatos são encontrados em poucas notas de rodapé de jornais brasileiros e descritos por alguns mestres descentes desta época ou que tiveram pais mestres de capoeira que lhes transmitiram essas informações. Vale aqui ressaltar, que documentação que fale explicitamente da prática da capoeira do século XIX são quase inexistentes. Embora os mais renomados pesquisadores que adentraram no mundo da escravidão fizeram seus descritivos com referência a capoeira nos territórios brasileiros. Estes descritivos são mais encontrados em documentos históricos e boletins policiais.

A origem da capoeira ainda é uma verdade não tão clara; é uma arte que tem origem nos povos afrodescendentes e desenvolvida no Brasil ainda escravocrata.

Pesquisadores do mundo inteiro disputam versões para a origem da capoeira, dentre estas, destacamos três principais: A primeira delas afirma que a capoeira é africana, ou seja, foi criada na África e veio já estruturada para o Brasil; A segunda versão afirma que a origem se

deu no território brasileiro por forte influência indígena, minimizando a colaboração cultural africana; A terceira versão aponta para uma possibilidade de origem híbrida, considerando a capoeira uma arte afro-brasileira (SILVA, 2016, p. 52).

Neste caso específico, seguiremos a ideia de uma capoeira híbrida, por se juntar a necessidade de liberdade dos negros escravizados aqui no Brasil com a base cultural africana vindoura em suas raízes tradicionais com os costumes do índio nativo e do colonizador europeu. Conforme relata Oliveira e Leal (2009, p. 44) “A história da capoeira foi marcada por perseguições policiais, prisões, racismo, e outras formas de controle social que os agentes dessa prática cultural experimentaram em suas relações com o Estado brasileiro”. Assim, acredita-se que a história da capoeira se confunde com a história do Brasil. Tendo em vista, serem os negros, vindos da África, os desbravadores das terras e construtores de história econômica do Brasil. Sendo tirado deles os seus costumes, culturas e a própria forma de vida, como relata o Decreto Brasileiro de 1890, excluindo a condição de qualquer atividade provinda da cultura negra.

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal; Pena de prisão celular de dois a seis meses. (DECRETO N°. 847, de 11 de outubro de 1890).

Confirmando a ideia de que a capoeira mescla a cultura negra com a cultura europeia Mello (1996, p. 32) afirma que: “Essa prática se dava de maneira clandestina, pois, uma vez que ela era utilizada como arma de luta, os senhores de engenho passaram a coibi-la veementemente, submetendo a terríveis torturas todos aqueles que a praticassem”. A simbologia de luta, representada pelos escravos, significava uma tentativa de resistir ao sofrimento imposto na lida diária. Mais para o Estado brasileiro representado na pessoa do senhor do engenho passou a ser considerada uma prática de vadios

A capoeira não tem lugar nesta galeria de heróis nacionais. Bêbado, vadio, ocioso, mestiço, baderneiro, desordeiro, vicioso, vadio, era o

paradigma da escória urbana, pior que o preto africano ou que o índio puro. Mas como um fantasma ele percorre em espectro as páginas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lugar privilegiado de construção de uma memória nacional, em uma espécie de elogio invertido, onde a nobre classe dos historiadores do Império usa os subterrâneos dos pés de páginas para dar vazão aos seus instintos mais primitivos. OLIVEIRA E LEAL (2009, p. 18).

Essa demonstração da inoperância dos valores humanos e extravagância do poder político em querer negar aquilo que existia muito fortemente nas grandes fazendas e senzalas, enraizados na prática pessoal de cada negro, carregava em si, Conforme afirma Silva (2016, p. 54) “[...] facto que fez desenvolver inúmeras formas de resistências na manutenção de crenças e costume, como disfarce da capoeira em dança, falso sincretismo entre deuses africanos e santos católicos, a oralidade no processo educativo, dentre outras”. Cada vez que se nega uma verdade que vem de alma, maior ela tende a ser. Foi isso o que se viu na passagem do Brasil Império para o Brasil República, onde diante de tamanhas repressões e perseguições começam a surgir os grupos organizados de capoeira, sejam eles através das maltas que seguiam o lado negativo, ou os grupos de Mestre Bimba e o de Mestre Pastinha que dão um rosto acadêmico à capoeira.

A Luta Regional Baiana, mais tarde apelidada de capoeira Regional, representou a porta de saída para capoeira da marginalidade legal, pois assumiu uma formatação antes nunca feita, com sistematização escrita, aulas em recintos fechados e um mestre que possuía certificado de instrutor de Educação Física, sendo inclusive responsável pela primeira apresentação oficial ao governo (REGO 1968, p. 315, apud SILVA, 2016, P. 55).

A capoeira toma rosto de formação acadêmica, rompendo com o processo de proibição e repressão a partir de então. O então Presidente da República do Brasil, Getúlio Vargas, aproveitando do ensejo da apresentação da capoeira no palácio, librou em todo o território nacional as manifestações populares dos negros, antes criminalizadas e perseguidas pelo Estado.

O momento histórico exigiu que, tanto o Mestre Bimba como o Mestre Pastinha, fizessem alterações adaptativas que destoaram da

capoeira praticada antes de sua época, criando sequências de ensino padronizadas, uniformes, academias, método escrito, padrões ritualísticos, dentre outros, sendo estas manifestações importantes para assegurar o processo de sobrevivência da capoeira até os dias atuais (SILVA, 2016, P. 56).

Esse processo de adaptação da capoeira na sociedade brasileira tira-a da informalidade com a falta de regras e de organização própria, permitindo assim, outra organização em que a expressão de todos seus praticantes é possível. Segundo Araújo (2017, p. 56) “A legitimidade ocorre quando se trata de uma autoridade conquistada, reconhecida e não repressora”. Ainda mais edificante é a confirmação da capoeira ser reconhecida como um Patrimônio Histórico Cultural e Imaterial da Humanidade pelo IPHAN em 2010. Assim como acontece com o carnaval e o samba, a capoeira é rica em expressão da cultura afro-brasileira, tanto no Brasil como no restante do mundo. A capoeira passa a ser reconhecida como meio de ação afirmativa da identidade brasileira, em especial aquela produzida pela experiência do negro no Brasil.

O registro possibilita o desenvolvimento de medidas governamentais de suporte à comunidade de capoeira, a exemplo de um plano de previdência social para os velhos mestres da capoeiragem; programa de incentivo para o desenvolvimento de políticas pelos próprios grupos capoeiras com o auxílio do Estado. (OLIVEIRA E LEAL 2009, p. 44).

Neste contexto de reconhecimento a capoeira pode se projetar no mundo do esporte, da cultura, alimentando sonhos não somente dos afrodescendentes mais de todos que amam a arte de se fazer capoeira no mundo atual. Além do mais, a capoeira passa a ser instrumento educacional interferindo nas práticas de aprendizagem, através, inicialmente da disciplina de Educação Física presente na área de linguagens, orientada anteriormente pelo PCN (1999) e atualmente pela BNCC (2017), descrita no eixo temático de lutas na perspectiva da valorização das lutas brasileiras desde o terceiro ano do Ensino Fundamental até o terceiro ano do Ensino Médio.

Conforme Silva (2016, p. 57) “[...] se esse foi um caminho de aceitação social e saída da marginalidade, com certeza não representou o abandono total de um referencial educativo calcado na oralidade, aprender-fazendo, respeito aos mais antigos, dentre

outros”. Pois a Capoeira passa a contribuir com a prática pedagógica através de sua experiência não somente na teoria como também na prática.

Nesta condição que se busca fundamentar os elementos que caracterizam e contribui na formação da identidade do capoeirista como símbolo brasileiro de justificação de bem cultural, registrado e reconhecido pelo governo brasileiro. Bem afirma Oliveira e Leal (2009, p 45) “A estratégia de argumentação partirá de uma revisão de sua história e dos significados da prática em diferentes espaços e contextos do território nacional” Talvez seja essa a maior contribuição da capoeira na atualidade.

2.2 A CAPOEIRA ENQUANTO FORMAÇÃO DE IDENTIDADE

Conforme Gadelha (2010), somos um conjunto de átomos, dispostos em diferentes formas. A nossa única realidade de percepção está em seu corpo. Por isso, tomar consciência dele é ter chegada ao ser por completo. O sujeito que se identifica e se encontra em si mesmo é capaz de melhor conviver e desenvolver-se socialmente.

A capoeira originada no contexto da economia açucareira, alicerçada na mão-de-obra escrava e africana, trazia em si a dança e sua musicalidade, provinda de variados lugares da África expressando sua religiosidade, tradições e traços culturais. No Brasil essas tradições foram tomando outro direcionamento devido à grande opressão da escravidão, tornando-se dispositivo de resistência física e cultural em meio à violência constante nas relações sociais. Proibidos de manifestar qualquer tipo de luta em território brasileiro, os escravos passaram a utilizar o ritmo e os movimentos de suas danças africanas como um tipo de luta disfarçada de dança. Essa relação de religiosidade, cultura e tradições diversas problematizou as relações identitárias como destaca Silva (2016, p. 119), a participação de personalidades afrodescendentes na história do Brasil; a negação da oralidade, da culinária, dos jogos, brincadeiras e até mesmo dos costumes tradicionais familiares haviam perdido suas raízes tradicionais. Com o advento da capoeira possibilitou uma reinserção dos indivíduos escravizados e seus familiares em sua própria cultura através de suas cantigas, procedimentos e

técnicas, exigiam dos participantes uma constante reflexão crítica sobre a história do negro no Brasil.

Na dissertação de Araújo que trata dos efeitos político-pedagógico produzida pela prática da capoeira no âmbito escolar, no que se trata da disciplina, respeito e convívio, escreve o seguinte:

O treino físico ou o aprendizado da musicalidade requerem a repetição dos movimentos e da reprodução rítmica dos diferentes toques dos instrumentos musicais. Essa repetição em busca do aperfeiçoamento técnico exige atenção e concentração e expressa a parte da “disciplina”, que pode ser observada por quem passa pela aula. A execução dos movimentos durante o jogo, a sua combinação aleatória, as cantigas entoadas, os improvisos rítmicos, os sorrisos durante o canto, passam a ideia de liberdade de expressão (ARAÚJO, 2017, p. 74).

A união do prazer com a disciplina compreendida na prática da capoeira com sua múltipla possibilidade, resulta positivamente na rotina do indivíduo, dando a ele esse ar de partícipe de seu processo formativo e social. Porque torna possível ele entender todas as dimensões de sua vida. Bem como se vê, a “Capoeira atividade física que desenvolve equilíbrio, coordenação motora, percepção do outro, cognição, musicalidade, concentração e cultura; está inserida na Educação Física como conteúdo de lutas” segundo os PCN’s – Educação Física (2004, p.70).

Pesquisando sobre a arte cênica, Bulhões (2009) afirma que a relação entre movimento e imagem corporal está na capacidade da pessoa ser ator criador em desenvolver uma maior consciência de sua corporeidade subsidiando a sua atuação em quanto sujeito de sua própria personagem, de sua própria realidade a assumir no mundo em que vive a partir de suas habilidades motoras e cognitivas. Ter consciência sobre os sentidos de seu próprio corpo é o que dá sentido ao seu próprio eu. Não haveria sentido sem consciência do papel e sentido que o corpo tem na regulação da vida.

Compreender o corpo como um complexo que não se distancia das capacidades cognitivas, mas pelo contrário, é responsável por todas as abstrações, elaborações e concretizações de conhecimento adquirido é uma teorização que já circula nos diálogos escolares, entre gestoras(es), professores(as) e estudantes. Mas transpor esses diálogos

para ações pedagógicas fazendo como que, de fato, se considere o movimento corporal na aprendizagem como elemento fundamental, ainda é um desafio (ARAÚJO, 2017, p. 76).

A capoeira em sua mais genuína natureza visa incluir socialmente e possibilitar a ressignificação da vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, criando condições para um verdadeiro encontro educativo através da vivência de elementos da capoeira em toda sua dimensão educacional. Para isso, a mudança faz-se necessária ser incorporada em todas as realidades escolares, numa perspectiva de tornar-se possível uma educação construtora de uma identidade emancipadora, ressignificando a prática capoeirista de construção de uma identidade genuinamente brasileira.

As mudanças necessitam ser incorporadas não apenas em forma de conteúdo, mas acima de tudo, como ações da dinâmica escolar, alterando comportamentos em prol da valorização de uma diversidade étnica e de processos inclusivos para o exercício pleno da cidadania. Neste sentido, a prática da capoeira nos impulsiona a uma lida constante com o “diferente”. Sob o signo da complementaridade e não da exclusão, pois, em seu ritual, ratifica a importância do papel construtivo de um coletivo heterogêneo em prol de uma causa comum a todos (ARAÚJO, 2017, p. 121).

Neste sentido, a capoeira propõe uma metodologia diferenciada libertadora, substituindo as práticas pedagógicas tradicionais e conteudistas, ressignificando assim, os conteúdos e consequentemente a construção do conhecimento. Conforme Araújo (2017, p. 78) “As pessoas que lecionam Capoeira, [...] carregam valores afro-brasileiros [...], tais como: ancestralidade, memória, oralidade, musicalidade, corporeidade, circularidade, ludicidade, religiosidade, cooperativismo, axé.” Esses mencionados valores, são os mesmos ensinados pelos negros, antes mesmo de serem escravizados que visavam à inclusão de todos os seus familiares em suas práticas sociais, dando-lhe uma identidade pessoal, familiar e cultural.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) apud Silva (2016, p. 122):

A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que fez parte do patrimônio universal da humanidade.

Cabe ao educador e a equipe escolar a partir da realidade local assegurada em seus parâmetros legais e institucionais, por meio da intervenção pedagógica, promover a realização de aprendizagens com o maior grau de significado possível, uma vez que esta nunca é absoluta — sempre é possível estabelecer alguma relação entre o que se pretende conhecer e as possibilidades de observação, reflexão e informação que o sujeito já possui.

Para que a educação usufrua da cultura local, respeitando a cultura da própria comunidade como princípio norteador da formação cidadã, ela precisa voltar o olhar para os movimentos sociais existentes ao seu redor, neste caso específico, a capoeira que deve ser estudada, sistematizada e posta em prática rompendo com os paradigmas ultrapassados, até mesmo dos professores, conforme afirma Silva (2016, p. 124) “reforça que parte do preconceito vem dos próprios professores, fato que dificulta o trato com africanidades na escola, mas também denuncia que a forma que estes conteúdos são trabalhados, ainda sofre forte influência tradicional [...]”, isso não nega a importância do tradicionalismo na prática pedagógica, porém não exclui a necessidade de adequar a realidade e a necessidade da própria comunidade escolar.

O potencial de imersão nas comunidades é marca registrada da Capoeira. Fruto das camadas mais pobres de nossa sociedade, forjada como elemento de resistência dos oprimidos pelo sistema escravista e posteriormente pelo capitalismo, ela dialoga com suas origens quando se insere nas comunidades periféricas de nossa sociedade. O som, a inclusão, o acesso que uma roda de Capoeira promove instigam a participação das famílias nas atividades (ARAÚJO, 2017, p. 80).

Quando se envolve a necessidade interna da comunidade em parceria com a necessidade familiar, acontece à formação conjunta da identidade de um povo e conseqüentemente a emancipação do indivíduo como sujeito dele mesmo, pois a

sociedade lhe acolhe como parte de si, tornando-se assim, uma sociedade inclusiva e emancipadora. Pois, como afirma Araújo, (2017, p. 80) “agrega, disciplina, diverte, inclui. Talvez percebam mais esses efeitos no reflexo das aprendizagens expressos por seus filhos, nas posturas e no conhecimento construído e demonstrado no dia a dia, do que nas ações pedagógicas [...]”. A prática da capoeira seja ela na educação formal ou informal pode gerar encontros, conflitos, diálogos pensamentos e ações que são capazes de transformar concepções pedagógicas de uma pessoa ou grupo, pois ela é uma reinvenção cultural do passado com elementos do presente.

2.3 A CAPOEIRA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nos últimos anos, diversos grupos excluídos, embasados nos direitos humanos e em suas constituições próprias, ganharam importância através de reivindicações por políticas de reparação e chamado “dever de memória”, a garantia por parte do Estado e da sociedade de que suas práticas culturais e religiosas não sejam esquecidas. A capoeira foi um desses movimentos reconhecido pelo IPHAN como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade na perspectiva de assegurar os costumes, valores, tradições e memória de seus antepassados e dos afrodescendentes. Em termos educacionais trata-se de produzir a inserção do alunado na comunidade, de modo que ele identifique como se constituiu um acervo de bens culturais materiais e imateriais que representam uma historicidade própria a esse lugar, associada ao contexto histórico nacional e internacional.

A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem à expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (UNESCO, 1989, p. 2).

A capoeira saiu da marginalização e assumiu as ruas, as praças, os teatros, as escolas e academias de educação física em geral. Sendo ela praticada hoje em quase todos os países do mundo. A capoeira pode ser hoje utilizada como um fundamental recurso educacional, através de seu aspecto cultural e terapêutico. Sua mobilidade recursal possibilita a liberdade de expressão e movimentos sequenciados. Segundo UNESCO (1989) A lógica da exceção, de algo que é produzido a partir de uma representação estereotipada da alteridade moderna, se encontra também na afirmação de que a referida cultura tradicional e popular “deve ser salvaguardada pelo e para o grupo cuja identidade exprime”.

É com base nesse delineamento histórico e suas multifacetadas significações históricas e culturais que esta prática passa a fazer parte do registro dos bens culturais brasileiros, ou seja, a capoeira é tombada como patrimônio da cultura imaterial do Brasil (OLIVEIRA E LEAL, 2009, p. 55).

Segundo Abib (2005), os horizontes começam a se alargar. Muita gente começa a se dar conta da necessidade de olhar para a diversidade de saberes com mais atenção, com mais cuidado. Experiências, escritos, iniciativas, militâncias, protagonismos, mobilizações, inventividades inspiradas nas formas tradicionais e populares têm fomentado a consciência sobre a diversidade das formas de educar, que se apresenta muito maior que a educação que se dá na escola. Apesar de ainda “considerar que as escolas brasileiras ainda carecem de uma visão mais ampliada sobre a importância das referências provenientes do universo da cultura popular” (ABIB, 2004, P. 128), em que ainda tratam os elementos pedagógicos da cultura popular de forma folclorizada e na maioria das vezes de forma preconceituosa.

Segundo Andrade (2016, p. 86) “o registro é entendido, portanto, como um passo inicial a ser seguido por ações como medidas de apoio financeiro, difusão do conhecimento sobre as manifestações e, por fim, proteção à propriedade intelectual”. Essa difusão do conhecimento, entre outras ações, deve ser propagada e assumida pela sociedade como formação de expressão cultural e construtora do conhecimento historicamente construído e a ser construído de forma emancipatória.

Dessa forma, desconstruir a essência homogênea da ideia de povo brasileiro é fundamental para uma política cultural emancipatória. Só assim podem surgir políticas públicas voltadas à realidade específica das práticas de conhecimento para as quais se voltam (ANDRADE, 2016, p. 89).

Desconstruir uma ideia de que a educação é baseada apenas nos currículos prepostos e considerados tradicionais, instrumentalizando assim, a prática pedagógica com ações afirmativas que contextualize a realidade específica do alunado valorizando além dos conhecimentos científicos reconhecidos a cultura e seu patrimônio como fonte de conhecimento a serem instituídos. Sendo de responsabilidade de toda a sociedade em si. Araújo (2017, p. 24) trata da responsabilidade do educador dentro da escola “afirmando que esse deve ter como objetivo de sua ação pedagógica a formação de um cidadão consciente politicamente, que se perceba responsável pelo mundo em que vive e por seus semelhantes”. Essa metodologia de formação deve suscitar no educando o desejo de sentir-se partícipe do processo emancipatório e a vontade de transformar o seu meio social. Anda, “[...] fazendo com que pensemos mais profundamente a respeito do seu alcance cognitivo no interior de um indivíduo que a vivência representa em sua vida íntima, orgânica e social” (TAVARES, 2006, p.72).

Confirmando o que diz Tavares sobre o alcance cognitivo da capoeira na vida do indivíduo:

Portanto, é possível afirmar que sim, onde a Capoeira é curricular, desenvolvida por profissional que é parte do quadro da instituição, o coletivo docente discorre com mais propriedade sobre a temática, estabelecendo ligações relevantes entre a Capoeira, a cultura afro-brasileira, a formação humana e a educação escolar (ARAÚJO, 2017, p. 89).

A inserção da capoeira nas atividades escolares tem em sua genealogia a esportivação e a cultura, como afirma Andrade (2016, p. 97) “o signo do esporte foi o meio pelo qual o racismo estrutural, alicerçado no mito da democracia racial brasileira, permitiu certa visibilidade social à capoeira em oposição ao estigma de atividade marginal”. Essa visão da capoeira representa uma metodologia elitista do início do

século XX e que precisa ser superada a partir da concepção da capoeira como Patrimônio Cultural e Imaterial da Humanidade.

Essas propostas metodológicas para o ensino da capoeira expressavam uma concepção elitista de educação e estavam sintonizadas com os códigos nacionalistas, higienizadores e eugênicos que hegemonicamente impregnavam as propostas e os programas para a educação brasileira do final do século XIX e início do século XX. (FALCÃO, 2004: 158 *apud* ANDRADE 2016, p. 121).

Em oposição a essa perspectiva elitista com ênfase na condição física, que se propõe, a partir do registro da capoeira patrimônio cultural, compreender a capoeira como algo mais complexo, devendo ser abordada a partir da produção e divulgação dos saberes construído em diferentes experiências de forma mais ampla e interdisciplinar comprometida com a transformação social e emancipatória.

A disciplina capoeira, na perspectiva de um complexo temático, deve ser mediada por conhecimento útil, construído em função da transformação da realidade social, com vistas à promoção do homem. E ela somente será útil, se for capaz de contribuir para a formação de profissionais com aguda consciência da realidade em que vão atuar, com adequada fundamentação teórica que lhes permitam ações coerentes e consistentes, e com uma satisfatória instrumentalização técnica que lhes possibilitem ações eficazes. (FALCÃO, 2004, p. 164-165).

A capoeira traz em si mesma uma perspectiva de utilidade, pois tanto a sua musicalidade quanto sua dimensão esportiva do jogo tem efeitos contagiantes que envolvem todos os sujeitos praticantes. Além de trazer sérios benefícios físicos conscientiza-os a serem cidadãos de si mesmos dentro do processo da coletividade desenvolvida em uma roda de capoeira. Este processo envolve não apenas enquanto se pratica mais toda a realidade em que esteja inserido socialmente o sujeito praticante.

Um dos propósitos desse projeto é o fortalecimento da articulação entre a Escola e a Comunidade, pois entendemos que esse é um ponto central na constituição de experiências educacionais que possam dar um sentido mais ampliado à função social da escola. Na medida em

que trazemos a cultura local, através da capoeira, para dentro do ambiente escolar, através da representatividade dos grupos de capoeira e dos mestres da comunidade, essa relação se concretiza e ganha respaldo para a construção de uma escola mais presente na vida da comunidade e vice-versa (ABIB e CASTRO JÚNIOR, 2012:9. *Apud* ANDRADE 2016, p. 176).

É essa a verdadeira dimensão da capoeira de forma inclusiva referenciada por Andrade. Além de trabalhar o corpo como centralidade do ensino e aprendizagem tem a magia de envolver os conteúdos curriculares prepostos a serem trabalhados na prática envolvendo toda a comunidade escolar, desde os discentes, docentes, funcionários em geral e os familiares dos discentes na unidade escolar. Sem considerar a formação acadêmica curricular da capoeira como mera esportivação ou eventos culturais esporadicamente realizados em festividades.

É preciso ter em vista que o tratamento acadêmico da capoeira requer, necessariamente, uma ação pedagógica fundamentada em teorias educacionais, de forma que o ensino não seja confundido com treinamento de academias ou grupos organizados, a pesquisa não seja confundida com levantamento de opiniões e a extensão, com prestação de serviço. E que estes três pilares sejam indissociáveis entre si (conforme prescreve a Artigo 207 da Constituição Federal do Brasil) e iluminados pelos projetos-políticos pedagógicos das instituições em que esta prática se insere (FALCÃO, 2004, p. 336).

A capoeira como Patrimônio Cultural da Humanidade e com suas variadas possibilidades de construção do conhecimento deve encontrar força científica, como referenciada em diversas pesquisas, algumas aqui mencionadas e outras a serem empoçadas dos saberes escolares, para que possam ressignificar as aulas com essas demandas afirmativas da capoeira de forma inclusiva. Pois o ser humano não se desenvolve por parte e sim concomitantemente e está imerso na cultura que lhe dá sentido e significado. Conforme afirma Falcão (2004, p. 339) “A capoeira é essa dinâmica que mexe com o intelecto, mexe com o corpo, mexe com o indivíduo, mexe com a sociedade e mexe com toda a espécie”. Na prática concreta da capoeira intensifica aspectos psicológicos, políticos, culturais, econômicos e da vida em sociedade, ela deve ser experimentada, problematizada, teorizada e reconstruída coletivamente.

A práxis capoeirana reconhece que toda prática cultural é dotada de sentido/significado para quem a realiza. Não se trata de uma doação ou um recebimento, mas de uma construção da qual cada um se apropria de forma distinta e na qual imprime a sua marca, a partir da intensidade da relação que mantém com ela. Daí, que a mediação para essa construção requer, necessariamente, intersubjetividade (FALCÃO, 2004, p. 333).

Em síntese, a capoeira é um complexo de saberes que experimentados na prática e fundamentados em sua teoria, construídos através da experiência vivida pelos afrodescendentes e pelos pesquisadores que se apropria de maneira distinta cada diferença, cada possibilidade de forma afirmativa a marca da inclusão social a partir de sua relação de intensidade que lhe é apropriada.

3 MARCO METODOLÓGICO

Querem que vos ensine o modo de chegar à ciência verdadeira?
Aquilo que se sabe, saber que se sabe; aquilo que não se sabe, saber que não se sabe; na verdade é este o saber.

Confúcio

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Neste capítulo, pretendem-se demonstrar os procedimentos metodológicos, caminhos que seguirá o passo a passo desta pesquisa, demonstrando o enfoque de abordagem qualitativa, a triangulação entre os teóricos referenciados, o desenho, o parecer ético e a concepção bibliográfica de renomados estudiosos da metodologia. As demandas da educação na perspectiva da capoeira como atividade interventiva no processo biopsicossocial de adolescentes em situação de risco no Município de Serra do Ramalho visam propor diálogos, intervenções pedagógicas, o enriquecimento metodológico na prática docente através das dissertações, teses e livros lidos. Sendo assim, possibilitou a relevância científica ao marco metodológico desta pesquisa.

Assim o estudo está distribuído em duas partes: primeiro, foi feita uma revisão de literatura, de alcance descritivo e explicativo com abordagem qualitativa baseado na lógica do processo indutivo onde se explora, descreve para posteriormente gerar perspectiva teórica; tendo o recorte temporal entre 2016 a 2018, a coleta de dados, foi extraída de bases eletrônicas: Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra (FEUC), Universidade do Minho – Instituto da educação (UMIE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sobre a análise de dados das teses foram trabalhadas na perspectiva de conteúdo de Bardin (2011), essa análise constituiu-se as categorias e eixos temáticos, para fazer a triangulação com os objetivos, metodologias, resultados e conclusões das dissertações utilizadas.

Segue no quadro um (1) abaixo as categorias e eixos temáticos para a culminância dialógica

QUADRO 01 - CATEGORIAS E EIXOS TEMÁTICOS DAS DISSERTAÇÕES

o	CATEGORIA	EIXO TEMÁTICO	DISSERTAÇÃO/ TESE
---	-----------	---------------	----------------------

	Capoeira	A contribuição da capoeira na inclusão de adolescentes das escolas do Ensino Fundamental anos finais de Serra do Ramalho, Bahia.	Tese de doutoramento. Fonte: Universidade de Coimbra, 2016 - estudogeral.sib.uc.pt
	Biopsicossocial	A importância da capoeira nos fatores biopsicossociais de adolescentes matriculados nas escolas do Ensino Fundamental anos Finais.	Tese de doutoramento. Fonte: Universidade do Minho – Instituto de Educação, 2016 - repositorium.sdum.uminho.pt
	Adolescentes	Enfrentamentos dos adolescentes no espaço educacional.	Tese de doutoramento. Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 20017 - lume.ufrgs.br

Fonte: Elaboração própria do pesquisador, 2018.

No segundo quadro foram expostos os tópicos: tema, autores e objetivos para confecção dos eixos temáticos, onde o ponto principal foi o objetivo geral, pois favoreceu o melhor entendimento sobre as categorias, levando a construir passo a passo que culminou em transformar sobre os problemas do estudo.

QUADRO 02 - ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES

Nº	TEMA	AUTORA	OBJETIVO
1	A Arte do Jogo nas Escolas - A capoeira em diferentes espaços	Bruno Amaral Andrade, 2016.	O objetivo de realizar uma análise sobre a efetivação dos direitos culturais, no que se refere à cultura

	educacionais brasileiros		brasileira afro-referenciada.
2	Capoeira: limites e possibilidades – um processo pedagógico criativo a emancipar a cidadania inclusiva	Jean Adriano Barros da Silva 2017.	Investiga a capoeira, seus limites e possibilidades como recurso pedagógico na educação formal, considerando a potencialidade das africanidades na construção de alternativas metodológicas que possibilitem um processo educativo compatível com a pluralidade/diversidade dos educandos e consequente empoderamento para o exercício pleno da cidadania.
3	Os efeitos político-pedagógicos produzidos pela prática da capoeira no contexto escolar: a compreensão dos coletivos docentes de duas escolas da RME-POA.	Maira Lopes de Araújo 2017.	A dissertação apresenta reflexões a partir das informações construídas, as quais expressam uma multiplicidade de impressões e de significações atribuídas a essa manifestação da cultura popular afro-brasileira na compreensão dos coletivos docentes. Sustentam o referencial teórico, especificamente relacionado à educação escolar, os conceitos: histórias e culturas afro-brasileiras; currículo e poder; contra cultura escolar.

Fonte: Elaboração própria do pesquisador, 2018.

No terceiro quadro foram apresentados a metodologia, os resultados e conclusões, esse momento, possibilitou a triangulação dos autores das teses, o

pesquisador e os teóricos que corroboraram para o fechamento da primeira etapa metodológica compreendendo o processo histórico percorrido enquanto capoeira arte; modalidade capoeira enquanto esporte e as políticas públicas voltadas à educação com inserção da capoeira nos tempos atuais. Promovendo as mudanças que poderão ocorrer com a prática da capoeira como forma interventiva na educação formal. Para tanto, propondo uma mudança de paradigma na perspectiva da educação inclusiva nos modos da capoeira.

QUADRO 03 - CONSIDERAÇÕES DAS DISSERTAÇÕES

Nº	RESULTADOS	CONCLUSÃO	RECOMENDAÇÃO
1	Esta tese pretende contribuir para a existência de uma política cultural emancipatória no contexto escolar, para o quê observa na ecologia de saberes proposta por Boaventura de Sousa Santos um importante recurso metodológico e epistemológico.	Configura-se nestes espaços a lógica do mercado de ensino privado que institui barreiras significativas à subversão das estruturas coloniais constitutivas da política epistemológica no campo educacional	Esta tese pretende contribuir para a existência de uma política cultural emancipatória no contexto escolar, para o quê observa na ecologia de saberes proposta por Boaventura de Sousa Santos um importante recurso metodológico e epistemológico.
2	Foi possível identificar possibilidades de alternativas educacionais que colaboram com a melhoria do	Foi possível identificar possibilidades de alternativas educacionais que colaboram com a melhoria do desenvolvimento das	Desta forma, defendemos a “capoeirização” da escola como processo pedagógico criativo, transitório, para emancipar a cidadania inclusiva.

	<p>desenvolvimento das pessoas envolvidas, problematizando a realidade da formação de professores, discutindo a ação pedagógica, melhorando as relações plurais pela dialogicidade e, ainda, fortalecendo o exercício da criticidade para a cidadania emancipatória.</p>	<p>pessoas envolvidas, problematizando a realidade da formação de professores, discutindo a ação pedagógica, melhorando as relações plurais pela dialogicidade e, ainda, fortalecendo o exercício da criticidade para a cidadania emancipatória.</p>	
3	<p>É avaliada como um elemento educacional de relevância sociocultural por sua história de resistência, em especial à escravidão brasileira, bem como uma atividade que promove a acessibilidade e a igualdade, em que as relações interpessoais se constituem de forma horizontal, respeitando os diferentes saberes. Entretanto, também é avaliada como atividade que perturba o ambiente</p>	<p>Os efeitos produzidos provocam desconfortos ideológicos, sugerindo a revisão de princípios educacionais tradicionais e inovações nas práticas pedagógicas com ações individuais e coletivas.</p>	<p>A Capoeira afirma-se como um elemento fundamental para a necessária quebra de paradigmas educacionais. Porque ela ousa, transforma, desconstrói e reconstrói perspectivas sociais e “certezas” ideológicas ao se apresentar forte, imponente, pedagogicamente relevante em um espaço que não lhe foi ofertado e que, por necessidade, ela ocupou: a escola brasileira.</p>

	escolar, desconcentrando as crianças e os(as) adolescentes, prejudicando a aprendizagem dos conteúdos “de sala de aula”.		
--	---	--	--

Fonte: Elaboração própria do pesquisador, 2018.

3.2 ANÁLISE DAS TESES ELEGIDAS PARA TRIANGULAÇÃO DAS CATEGORIAS E UNIDADES TEMÁTICAS

A tese intitulada *A Arte do Jogo nas Escolas - A capoeira em diferentes espaços educacionais brasileiros* de Andrade (2016), com objetivo de realizar uma análise sobre a efetivação dos direitos culturais, no que se refere à cultura brasileira afro-referenciada. Sendo a capoeira considerada um campo educacional estratégico e um campo de conhecimento multifacetado possibilitando ser um instrumento pedagógico a contribuir no processo da efetivação dos direitos culturais garantindo a emancipação no contexto social e escolar, tendo a sociedade o reconhecimento do ser humano de forma bem homogênea de caráter liberal e eurocêntrica encontra, segundo Araújo (2016, p. 16) “esta universalização, legitimada pelas estruturas dominantes de poder, se apresenta a partir de um não reconhecimento, ou uma exclusão deliberada por parte do Ocidente em relação a seus “outros””. A prática efetiva de professores pode e deve contribuir pelo resgate e promoção dos valores até então configurado como universais pode ser a possibilidade da emancipação do sujeito enquanto indivíduo composto de direitos individuais e conseqüentemente sujeitos sociais.

Como segunda tese de doutoramento de Silva (2016), com o tema *Capoeira: limites e possibilidades – um processo pedagógico criativo a emancipar a cidadania inclusiva* tem o objetivo de investigar a capoeira, seus limites e possibilidades como

recursos pedagógicos na educação formal, considerando a potencialidade das africanidades na construção de alternativas metodológicas que possibilitem um processo educativo compatível com a pluralidade/diversidade dos educandos e consequente empoderamento para o exercício pleno da cidadania. A capoeira como instrumento pedagógico busca atender as necessidades biopsicossociais de adolescentes em situação de risco e consequentemente auxiliar na ação inclusiva como sujeitos de sua própria história.

A investigação demonstrou que a capoeira pode contribuir apoiando a construção de teorias pedagógicas que contemple o trato com as diferenças na perspectiva da construção coletiva e exercício pleno da cidadania crítica, contudo, também ficou evidenciado que todo o sistema educativo carece de uma mudança de paradigma estrutural sobre valores e sociedade, [...] (SILVA, 2016, p. 162).

Apesar de saber que a capoeira pode e dever contribuir no processo de construção e conhecimento como prática pedagógica no exercício pleno da cidadania, ainda há certa rejeição enquanto manejo e adaptação dos novos paradigmas que precisam ser assimilados e postos em prática como instrumentos politicamente aceitos e possíveis de melhoramento das condições biopsicossociais de adolescentes em ambiente escolar.

Enquanto que Araújo (2017) com sua dissertação de mestrado, tendo como tema: Os efeitos político-pedagógicos produzidos pela prática da capoeira no contexto escolar: a compreensão dos coletivos docentes de duas escolas da RME- POA, tem por objetivo identificar quais são os efeitos político-pedagógicos produzidos pela prática da capoeira no contexto escolar na compreensão dos(as) professores(as) colaboradores(as), criando uma síntese argumentativa a respeito da presença dessa manifestação da cultura popular no contexto escolar. Para tanto, sugere-se uma análise a partir da visão dos docentes sobre os adolescentes que praticam a capoeira dentro das unidades escolares em estudo, visando um ambiente educacional sociocultural de relevância que promove a acessibilidade e a igualdade nas relações interpessoais respeitando os diferentes saberes de forma democrática e inclusiva.

[...] Teve e tem a oportunidade de se apropriar da história da Capoeira, de seus aspectos sociais, culturais, políticos, educacionais, pois visualiza e compartilha cotidianamente esta vivência em seu ambiente de trabalho e, por isso, afirma que ela é político-pedagógica em si mesma [...] (ARAÚJO, 2017, p. 85).

Como se percebe, há a confirmação de que a capoeira representa um efeito político-pedagógico no contexto escolar de relevância positiva no processo cotidiano e vivência educacional, dialogando com diversas áreas de conhecimento como resultado da concepção da capoeira.

3.3 ENFOQUE EPISTEMOLÓGICO DA PESQUISA

A pesquisa científica envolve variados métodos, divergindo conforme a linha a ser percorrida, para tanto, essa pesquisa se orienta pelos autores referenciados no marco teórico, que nortearão a epistemologia do conhecimento aqui construído. De início, faz-se necessário compreender a visão de pesquisa aqui apresentada. Segundo os dicionários da Língua Portuguesa, entende-se por pesquisa um conjunto de ações que visam à descoberta de novos conhecimentos em uma determinada área, e que pode partir da busca de algo em pesquisa para solucionar algum problema, de uma pergunta dada, de um mistério ou simplesmente ser motivada pela curiosidade da pessoa e o prazer de aprender.

Qualquer processo que envolva uma pesquisa científica deve-se constituir de uma investigação detalhadamente minuciosa, com metas e objetivos bem definidos, que exige rigorosidade, seriedade e método, buscando assim, melhor caracterizar o fenômeno em pesquisa:

[...] considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se

trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou “objetos sociais” apresentam (MINAYO, 2002, p. 24-25).

Tendo-se em vista a necessidade inerente do ser humano de pesquisar constantemente com finalidade de se obter informações rumo ao crescimento pessoal, desbrava-se a realidade, procurando estabelecer as relações de causa e efeito que a compõe um conjunto de atividades como investigar o assunto e compreendê-lo, buscar informações em fontes diversas e distintas, comparar ideias de diferentes autores, selecionando-as sobre uma visão crítica e, finalmente, obter as conclusões obtidas, assim, poder aplica-las como conhecimento científico.

Sampieri *et. al.*, (2013) descreve sobre a necessidade de se aprender a pesquisar e sua utilidade na vida do pesquisador e da sociedade:

A pesquisa é muito útil para diferentes finalidades: criar novos sistemas e produtos; resolver problemas econômicos e sociais; situar-se no mercado, elaborar soluções e até avaliar se fazer algo corretamente ou não. E até mesmo para abrir um pequeno negócio familiar é conveniente utilizá-la (SAMPIERI, *et. al.*, 2013, p. 21).

Dessa forma, a pesquisa não pode ser um processo qualquer. Ela deve seguir todo um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que foram propostos de forma que obedeça a critérios bem específicos para dirigir a investigação da verdade do fato em pesquisa, fornecendo as técnicas, os instrumentos e os objetivos para um melhor desempenho e qualidade de um trabalho científico.

Assim, só é aceito como conhecimento científico aquele que provém de uma pesquisa que respeitou a determinados métodos estabelecidos e que é possível comprovar a validade dos resultados alcançados, conforme Oliveira (2011). Por outro lado, a ética do pesquisador inclui um conjunto de deveres derivados de valores éticos especificamente científicos, como forma de seu compromisso com a própria finalidade de sua pesquisa. A pesquisa deve comprovar sua validade numa perspectiva de

contribuir para o patrimônio coletivo como integridade da pesquisa e conseqüentemente à ciência.

Os caminhos da pesquisa obedecem a métodos científicos, sejam eles quantitativos, qualitativos ou misto. Neste caso específico, segue-se a pesquisa de enfoque qualitativo, mais que tem o método científico como parâmetro fundamental para validar a pesquisa e ter os resultados corretamente aceitos como construção coletiva e com integridade.

O conhecimento científico é produzido pela investigação científica, através de seus métodos. Resultante do aprimoramento do senso comum, o conhecimento científico tem sua origem nos seus procedimentos de verificação baseados na metodologia científica. É um conhecimento objetivo, metódico, passível de demonstração e comprovação. O método científico permite a elaboração conceitual da realidade que se deseja verdadeira e impessoal, passível de ser submetida a testes de falseabilidade. Contudo, o conhecimento científico apresenta um caráter provisório, uma vez que pode ser continuamente testado, enriquecido e reformulado. Para que tal possa acontecer, deve ser de domínio público (FONSECA, 2002, p. 11).

Para Tartuce (2006) o método científico é o caminho lógico e racional na elaboração conceitual da realidade sistematizada, através de argumentos que tem por finalidade informar, descrever ou persuadir um fato usando para isso termos, conceitos e definições em busca de uma verdade científica.

Esta investigação se constitui instrumento de pesquisa científica por se apoderar de fatos, fenômenos e paradigmas através de procedimentos metodológicos que refletem um objeto em estudo na perspectiva de objetivar um conhecimento científico a partir da indagação. Pois como se sabe, investigar é uma atividade que obriga a disciplinar o pensamento e a ação. Pressupõe o desenvolvimento de refinado equilíbrio entre a aplicação de normas pelo método adotado de pesquisa previamente estabelecido com uma aguçada dose de criatividade e originalidade.

Para tanto, numa pesquisa científica é notável a busca por autores que propoem caminhos para a busca do conhecimento, que respondem e discutem as questões de investigação levantadas através da problemática. Para que a pesquisa se intitule como

“científica”, foi desenvolvida de forma organizada e sistemática, seguindo um planejamento previamente estabelecido pelo pesquisador.

A pesquisa trilha os caminhos bibliográficos porque se fundamenta de um referencial teórico com renomados autores que discutem a capoeira e a inclusão em diversas facetas; procura reconhecer as contribuições culturais e científicas relacionadas ao tema, e justifica a pesquisa em si e a relevância histórica e social da própria pesquisa.

A pesquisa bibliográfica: a) amplia o grau de conhecimentos em uma determinada área, capacitando o investigador a compreender ou delimitar melhor um problema de pesquisa; b) serve de base na fundamentação ou na construção de um modelo teórico explicativo de um problema, isto é, como instrumento auxiliar para a construção e fundamentação de hipóteses; c) descreve o estado da arte, daquele momento, pertinente a um determinado tema ou problema (KOCHE, 1997, P. 122).

Segundo Sampieri, *et. al.*, (2013, p. 100), é necessário verificar o alcance que a pesquisa deve alcançar, ou seja, os tipos de pesquisa, porque, mais do que ser uma classificação, eles são um contínuo de “causalidade” que um estudo pode ter, como exploratório, correlacional, descritivo e explicativo. Esta pesquisa em si, está voltada para os tipos descritivo e exploratório, no sentido de envolver análise documental, estudos de campo e levantamentos de dados.

[...] os estudos descritivos buscam especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos, ou qualquer outro fenômeno que se submeta a análise. Ou seja, pretendem unicamente medir ou coletar informação de maneira independente ou conjunta sobre os conceitos ou as variáveis a que se referem [...] (SAMPIERI, *et. al.*, p. 102, 2013).

Dessa forma, a investigação em que dispõe esta pesquisa, utiliza as seguintes técnicas: A investigação com o intuito de pesquisar e intervir na realidade pesquisada; pesquisa bibliográfica nas fontes documentais em teses, dissertações, documentos escolares; questionários com questões reflexivas semiestruturadas e abertas aos sujeitos envolvidos em sala de aula, da escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08 no

Município de Serra do Ramalho, Bahia; coleta de dados em documentos disponibilizados pela escola, Secretaria Municipal de Educação, grupo de capoeira Camarada existente na comunidade em que possibilitarão uma melhor compreensão dos apontamentos em investigação.

Neste tipo de estudos, o pesquisador deve ser capaz de definir, ou pelo menos visualizar, o que será medido (quais conceitos, variáveis, componentes, etc.) e sobre o que ou quem os dados serão coletados (pessoas, grupos, comunidades, objetos, animais, fatos, etc.). Por exemplo, se vamos medir variáveis em escolas, precisamos indicar quais tipos teremos de incluir (públicas, particulares, administradas por religiosos, laicas, com determinada orientação pedagógica, de gênero ou outro, mista, etc.) (SAMPIERI, *et. al.*, 2013, p. 102).

As variáveis aqui em pesquisa versam sobre uma escola pública de cunho laico em todos os âmbitos, sejam eles políticos, religiosos ou sociais sobre os adolescentes de escola inclusiva de Serra do Ramalho, Bahia no ano de 2018. Pois, se pesquisa porque ainda não sabe, por não saber se pesquisa para conhecer e proporcionar o conhecimento ao coletivo em vista da melhoria social.

Segundo Sampieri, *et. al.*, (2013) a pesquisa qualitativa se baseia em uma lógica de processo indutivo, explora e descreve para depois gerar perspectivas teóricas. Essas perspectivas são baseadas nos métodos científicos para analisar o problema abordado, tem em vista uma coleta de dados, neste caso específico, mais indutivo que dedutivo para comprovar a veracidade dos fatos. A coleta de dados tem enfoques não padronizados nem totalmente determinado, mais consiste em obter as perspectivas e os pontos de vista dos participantes da pesquisa mais de forma subjetiva.

O método corresponde a um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que permitem alcançar um objetivo com segurança e economia, na medida em que traça um caminho a ser seguido, detecta erros e auxilia as decisões de um cientista. (LAKATOS; MARCONI, 2010) e conforme MINAYO (2008) a ciência é a forma hegemônica de construção desse conhecimento.

Dessa forma, a pesquisa em ação, representa uma pesquisa de cunho científico porque parte de uma investigação que vai além de dados empíricos, entendida como um

conjunto de processos sistemáticos, ao mesmo tempo é, dinâmica e evolutiva, na condição de ser melhorada no decorrer do tempo, recorrendo todas as possibilidades de respostas inerentes e levantadas na problemática e nas perguntas de investigação, sem querer esgotar as possíveis possibilidades existentes.

3.4 TIPO DE ESTUDO

O presente trabalho visa observar o ambiente e indivíduos e, que pode ser considerado ao mesmo tempo um estudo individualizado por ter sido respondido individualmente, porém representa sua coletividade por representar a unidade escolar Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08 e a Associação de Capoeira Camarada. Tendo o investigador com um posicionamento ativo em relação ao objeto investigado uma vez que interferiu no processo de formação do sujeito em estudo. Prefigurando assim, o tipo de estudo de pesquisa-ação de cunho participativo.

3.4.1 Campo de Pesquisa: Município de Serra do Ramalho – Bahia

O Município de Serra do Ramalho, localizado no Estado da Bahia, Região Nordeste do Brasil. Tem uma história muito especial. Em 1973, a região do Médio São Francisco foi decretada prioritária para desapropriação pelo Governo Federal Brasileiro, em vista da construção da represa do Sobradinho e da necessidade de reassentar os moradores desalojados pela obra. A partir de março de 1976, o povoamento da região foi intensificado pelo afastamento das populações desalojadas. O projeto de assentamento intitulado Projeto Especial de Colonização de Serra de Ramalho recebeu as famílias oriundas dos povoados de Pau-a-Pique, Bem-Bom, Intas e Barra da Cruz, todos localizados no município de Casa Nova. Posteriormente Serra do Ramalho recebeu população para serem assentadas de quase todos os Estados do Brasil, tornando-se assim, uma população miscigenada e multicultural. Estas famílias foram assentadas por povoados denominados de Agrovilas, tendo cada família um casebre e

um lote de 20 hectares. Segundo o projeto original, as agrovilas concentrariam as casas dos colonos com uma média de 250 famílias.

Além do projeto de Colonização do Governo Federal nessa região, há vestígios históricos e pré-históricos da presença indígena que seriam do tronco linguístico Macro-jê, também habitada pelas populações ribeirinhas e, em sua maioria, remanescentes de quilombos. Ainda hoje, a economia do Município gira em torno da agricultura familiar, rendas públicas e o comércio local.

Em 1989, Serra do Ramalho foi municipalizado, elegendo a Agrovila 09 como sede entre as 23 Agrovilas e diversos povoados do Município, através da Lei Estadual de Nº 5.018 de 13 de junho de 1989.

Serra do Ramalho tem como localização geográfica: Região oeste do Estado da Bahia, na microrregião do Médio São Francisco, margem esquerda do rio São Francisco; com limites: Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Malhada, Santana e São Félix do Coribe. Com uma distância relativa de Salvador, capital da Bahia de 964 km; representando uma altitude média de 497 metros; com as coordenadas geográficas de 13°37 de latitude sul e 43°34 de longitude oeste, representando uma área total de 2.677 km².

A rede educacional do Município de Serra do Ramalho consta hoje com apenas uma (01) escola estadual, uma (01) escola particular, e quarenta (40) escolas da rede municipal. Com um quantitativo em média de sete mil seiscentos e cinquenta e dois (7.652) alunos, sendo que dois mil trezentos e sessenta e dois (2.362) alunos pertencentes ao Ensino Fundamental dos anos finais. Trabalhando com esse quantitativo de alunos dos anos finais do Ensino Fundamental cento e quarenta e dois (142) professores. Entre as 40 escolas municipais, apenas 18 delas receberam recursos do Governo Federal para a aplicabilidade da educação inclusiva e, no ano de 2018 três delas tem diretamente o Atendimento Educacional Especializado AEE e as outras devem fazer o acompanhamento na sede do Município.

3.4.2 A Escola Nossa Senhora Aparecida

Esta pesquisa tem por base a escola Nossa Senhora Aparecida, Localizada na Agrovila 08, a qual tem o atendimento de um grupo de capoeira da Associação de Capoeira Camarada que atende em parceria com o corpo docente e gestão escolar todos os alunos que optam a praticar a capoeira livremente. Sendo que a prática da capoeira não tem ligação com o Centro de Atendimento Especializado do Município, mais executa um trabalho de formação da arte e da cultura de forma inclusiva e educativa dentro da escola e comunidade.

Segundo Informações do Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola Nossa Senhora Aparecida (2016, p. 9) a Agrovila 08, iniciou-se com 318 casas para os colonos no ano de 1977, além de lavanderias e refeitórios. Na mesma época foi constituído um grupo escolar que visava atender as demandas educacionais dos colonos e seus filhos. O nome da escola surgiu por causa do início das aulas que ocorreu na segunda semana do mês de outubro do ano 1977, sendo que no dia 12 do mesmo mês houve uma missa no pátio da escola, em comemoração a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil e da comunidade. Está localizada na rua T, S/N Agrovila 08. Com o decreto de criação – Lei Municipal 077/97 de 30/06/1997 Conselho Municipal de Educação - CNE 007 / 2005 – Autorizada 27/07/2005. Tendo atualmente como gestora eleita democraticamente a professora Quêila Débora da Silva e tem como secretária a senhora Cristiane Reis Oliveira Pereira.

Ainda segundo o PPP da escola, o perfil socioeconômico é bem diversificado, mas a maior parte dos alunos encontra-se situada na renda mínima, 60% dependem de programas da bolsa escola e ajuda na aquisição de materiais subsidiados. O processo educativo na Unidade de Ensino mostra interesse significativo em acompanhar e participar das inovações educacionais. É perceptível esse processo de ensino- aprendizagem de acordo com documentação existente na Unidade Escolar (PPP, R.E e o Estatuto da Escola). (APARECIDA, 2016. P. 9).

Em 2018, a escola atende alunos com média de 3 a 20 anos de idade, sendo uma média de 219 alunos matriculados, distribuídos em: 36 da Educação Infantil, 86 do Ensino Fundamental anos iniciais e 97 do Ensino Fundamental anos finais. Sendo que 8 são portadores de necessidades educacionais especiais; recebeu recursos para a

aplicação da acessibilidade escolar até o ano de 2016, atendendo assim as demandas da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que trata da inclusão escolar. Além do mais, a maioria dos moradores e alunos da referida comunidade são descendentes de quilombolas e ribeirinhos, o que justifica a pesquisa da educação inclusiva. A escola apresenta uma estrutura física com adequações, mas não suficiente para um atendimento adequado a essa clientela.

A escola Nossa Senhora Aparecida tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho, funcionando sem finalidade lucrativa. Funciona em prédio próprio e dispõe de 9 salas de aula, 1 biblioteca, 1 secretaria, 1 sala de professores, 1 cozinha, 3 banheiros, 1 almoxarifado, 1 palco, 1 laboratório de informática. Conta com uma equipe composta por 23 profissionais na área de educação, todos efetivos e 1 contratado, atendendo desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental anos Finais nos turnos matutino e vespertino.

3.4.3 Associação de Capoeira Camarada

A Associação de Capoeira Camarada, desde seus primeiros passos, enquanto instituição organizada esteve com um olhar clínico voltada às questões sociais, especialmente para as crianças e adolescentes mais vulneráveis. Tendo como sede da Associação na Cidade de Santa Maria da Vitória sob a coordenação geral dos mestres Gilvan Batista de Oliveira e Josenito Batista de Oliveira, ambos formados em Educação Física que exercem um trabalho de formação social desde o ano de 1994 na cidade e região; no Município de Serra do Ramalho, através da pessoa do professor de capoeira e pesquisador Reginaldo Neves Martins, também formado em Educação Física e Filosofia. Como funcionário público, como professor de capoeira, como cidadão é que busco compreender e tentar responder a capoeira como ação interventiva no processo de ensino de forma democrática e inclusiva.

3.4.5 Participantes do Estudo

O público alvo diretamente dessa pesquisa é a comunidade escolar da Escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08, contudo, foi possível triangular informações da pesquisa com mestres, sendo que os mestres são categorizados como professores no questionário de pesquisa, professores, alunos atendidos diretamente pela Associação de Capoeira Camarada e alguns capoeiristas próximos da vida acadêmica do pesquisador. Podendo assim, separá-los em dois grandes grupos, sendo o primeiro de mestres e professores com acesso às atividades relacionadas ao segundo grupo, que são o restante da comunidade escolar como sujeitos da aprendizagem.

Essa triangulação entre esses dois grupos se deu por uma necessidade de se observar possíveis conexões entre a prática na educação escolar em parceria com a educação inclusiva com a ação sofrida pelos sujeitos da aprendizagem numa perspectiva de inclusão, questão central dessa investigação. Nesse sentido, dividiu-se o público alvo entre professores e alunos.

O quantitativo de pessoas envolvidas na pesquisa da comunidade escolar consta de 219 pessoas indiretamente; desse quantitativo foi escolhido para amostra por conveniência representativa que responderam o questionário apenas os alunos participantes do projeto de capoeira camarada na Escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08, mestres e professores que direta e indiretamente estão ligados aos trabalhos pedagógicos e a prática da capoeira Camarada através do Grupo de Capoeira. Sendo que 20 pessoas representadas pelo quantitativo de alunos do Ensino Fundamental e 20 representantes dos professores que atam com os mesmos enquanto professores da educação formal e professores e mestres da capoeira representando a educação informal com a prática da capoeira com os alunos da unidade escolar, totalizando a amostra de 40 sujeitos da pesquisa.

3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E SUA JUSTIFICAÇÃO

Baseado nos aspectos desta investigação que se utiliza da análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2011), tendo como característica a manipulação das mensagens, tanto do seu conteúdo quanto da demonstração desse conteúdo, para colocar em

destaque números que permitam entender sua realidade que não é a mesma da mensagem, através de três etapas: pré-análise; exploração do material ou codificação; e por último o tratamento do resultado – interferência e interpretação.

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p.47).

Bardin resume o terreno, o funcionamento e o objetivo da análise de conteúdo em um conjunto de técnicas sistemática e parcial, mas complementares, que visa explicar e sistematizar o conteúdo e sua mensagem por meios de significados e interpretações lógicas fielmente justificadas. Reforçando a ideia de Bardin, Sampieri *et. al.*, (2013) apresenta variadas técnicas para construir esse caminho a seguir conforme citação abaixo:

O enfoque qualitativo pode ser pensado como um conjunto de práticas interpretativas que tornam o mundo “visível”, o transformam em uma série de representações na forma de observações, anotações gravações e documentos. É *naturalista* (porque estuda os objetos e os seres vivos em seus contextos ou ambientes naturais e cotidianos) e *interpretativo* (pois tenta encontrar sentido para os fenômenos em função dos significados que as pessoas dão a eles) (SAMPIERI, *et. al.*, 2013, p. 35).

Como bem cita Sampieri, a pesquisa de abordagem qualitativa possibilita um aprofundamento da realidade a se descobrir, construir e interpretar mesmo que de forma subjetiva, aprofunda nos aspectos da realidade para compreender e interpretar o fenômeno em pesquisa. Ela se preocupa com os aspectos da realidade do sujeito que não podem ser quantificados, centra-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais de caráter individual e/ou coletivo.

Conforme segue o procedimento da pesquisa científica, todos os membros envolvidos foram contactados antecipadamente para serem informados através do

Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos - TCLE (veja apêndice B) com o objetivo de se proceder a pesquisa e convidá-los oficialmente e, a Escola Nossa Senhora Aparecida através de sua gestora na perspectiva de obter dados que venha a ser transformados em informações.

A partir de então, começou-se as visitas previamente agendadas para o proceder da investigação dentro da unidade escolar com observações sistemáticas do ambiente físico com suas peculiaridades; o ambiente social com sua forma de organização e o grau de interação entre seus pares; ações individuais e de grupos realizadas pelos sujeitos envolvidos na pesquisa além de seus artefatos utilizados para a prática pedagógica; participação em reuniões e eventos para melhor compreender a prática educativa dos envolvidos na pesquisa. Como afirma Sampieri *et. al.*, (2013, p. 419) “Não é uma mera contemplação (“sentar-se para ver o mundo e tomar notas”). Implica entrarmos profundamente em situações sociais e mantermos um papel ativo, assim como uma reflexão permanente, estarmos atentos aos detalhes, acontecimentos eventos e interações”. Nessa perspectiva que foram realizadas todas as visitas de observações e compreensão do fenômeno pesquisado.

Além da função de observador que permitiu um maior aprofundamento do ponto de vista interno do fenômeno, utilizou-se o método da entrevista em que serve de instrumento para a efetivação da mesma.

Nas entrevistas estruturadas o entrevistador realiza seu trabalho tendo como base um roteiro de perguntas específicas e se limita exclusivamente a ele (instrumento indica quais perguntas serão feitas e em qual ordem). Já as entrevistas semiestruturadas se baseiam em um roteiro de assuntos ou perguntas e o entrevistador tem a liberdade de fazer outras perguntas para precisar conceitos ou obter mais informações sobre os temas desejados (isto é, nem todas as perguntas estão predeterminadas). (GRINNELL e UNRAU, (2007), citado por SAMPIERI *et al.*, 2013, p. 425-6).

A entrevista de caráter semiestruturada, utilizada nessa pesquisa, proporcionou trazer dados da realidade no contexto individual ou social, detectando informações do entrevistado para quantificar na condição de representatividade numérica através de tabelas e, posteriormente qualificar e aprofundar as informações adquiridas do

fenômeno, os quais possibilita visualizar pontos fortes e fracos na perspectiva de responder os objetivos propostos a serem investigados.

Posteriormente a esta fase foi realizada as entrevistas com os alunos, instrutores, professores e mestres da capoeira que direta e indiretamente estão ligados às atividades escolares. Durante a entrevista buscou-se a aplicação de questionários (ver apêndice A) com questões direcionadas à educação inclusiva e a capoeira em que contemplasse todas as informações possíveis que respondessem à investigação, desde dados práticos, éticos e teóricos que demonstrasse significados e expectativas da educação em si. A entrevista conforme Marconi e Lakatos (2011, p.80) “é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Essas perguntas semiestruturadas foram feitas sobre experiências, opiniões, valores e crenças, emoções, sentimentos e histórias de vida dos sujeitos pesquisados e o entrevistador cuidadosamente buscou transcrever as reflexões apresentadas, os pontos de vistas defendidos e conclusões preliminares.

Além das entrevistas realizadas dentro da escola com os alunos e professores envolvidos na pesquisa, foram feitas as mesmas entrevistas com instrutores, professores, contramestres e mestres de capoeira que direta e indiretamente estão ligados à prática da capoeira camarada voltada à realidade da escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08, em especial e, dos jovens praticantes da arte da capoeira em Serra do Ramalho, Bahia – Brasil envolvidos com o grupo Camarada de Capoeira, sendo que, há roteiros específicos para alunos, e roteiros específicos para os instrutores de capoeira e suas hierarquias superiores e aos funcionários da escola pesquisada.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva. (MINAYO 2001, P. 57).

A entrevista realizada através de questionários semiestruturados foi apoiada em teorias e hipóteses com o tema da pesquisa que ao terminar todo o processo de saturação

do fenômeno o pesquisador teve um material valioso que foi catalogado e preparado para a análise qualitativa dos dados onde prevalece o foco do pesquisador sobre a educação inclusiva e a ação contributiva da capoeira para a educação.

3.6 TRIANGULAÇÃO METODOLÓGICA: DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA DO TIPO DE DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

A triangulação metodológica corresponde à utilização de diversas fontes e métodos de pesquisas, os quais fundamentam o plano de ação oferecendo uma ampla riqueza e profundidade no processo. Essa pesquisa parte da realidade da Escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08 do Município de Serra do Ramalho, no Estado da Bahia e a prática da Associação de Capoeira Camarada. Utiliza a pesquisa de campo como caminho primeiro e a pesquisa bibliográfica como fundamentação teórica.

A triangulação é uma técnica que possibilita combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vistas, que segundo Sampieri *et. al.*, (2013, p. 446), “na idagação qualitativa, os dados podem oferecer uma maior riqueza, amplitude e profundidade oriundas de várias fontes e quando as formas de coletá-los são as mais variadas”.

A pesquisa qualitativa tem como papel essencial receber os dados de forma não estruturadas possibilitando ao pesquisador estruturá-los com o objetivo de organizar as unidades, as categorias e descrever as experiências, compreender o contexto e, encontrar sentido nos dados no contexto dos problemas apresentados em uma perspectiva de corregionalizar os resultados. Para tanto, definir os princípios da coerência e coesão como pesquisa científica, dando precisão no estudo.

O objetivo da triangulação metodológica é construir coerência e coesão na pesquisa empírica, e assim produzir um conhecimento científico, dando a precisão no estudo de determinado caso. Observando os princípios éticos e confidencialidade, resguardando todos os direitos dos sujeitos pesquisados.

O caminho desse processo triangular perpassa além da observação *in loocus*, pela entrevista através de questionários e análise de documentos da educação inclusiva. Conforme relata Sampieri *et. al.*, (2013, p. 497) o termo desenho adquire significados

diferentes no enfoque qualitativo, porque as pesquisas não são minuciosamente planejadas e estão sujeitos às circunstâncias de cada ambiente ou cenário da pesquisa. Portanto, o desenho desta investigação não equivale a um único modelo de pesquisa fixado mais representa o desejado.

FIGURA 01 – TRIANGULAÇÃO – O DESENHO DA INVESTIGAÇÃO.

DOCUMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



Os elementos da triangulação busca direcionar e responder o problema da investigação como um plano de ação, permite discutir os dados observados e coletados através da imersão no ambiente da pesquisa de forma mais específica possível, em consonância com os objetivos na perspectiva de responder as perguntas de investigação.

O desenho, assim como a amostra, a coleta dos dados e a análise vão surgindo desde a formulação do problema até a imersão inicial e trabalho de campo, e claro, passando por modificações, mesmo que seja mais uma forma de focar o fenômeno de interesse. Dentro do âmbito do desenho são realizadas as atividades mencionadas até agora: Imersão inicial e profunda no ambiente, permanência no campo, coleta dos dados, análise dos dados e geração de teoria (SAMPIERI *et. al.*, 2013, p. 497).

Conforme bem descreve Sampieri acima, essa imersão inicial corresponde à leitura inicial da realidade do problema da pesquisa, ou seja, as observações o

referencial teórico como uma das fases iniciais; a pesquisa bibliográfica fundamentando o tema, estabelecendo as variáveis como discussão das ideias dos autores referenciados no Marco Teórico.

Um segundo momento equivalente à permanência no campo e coleta dos dados, de acordo com a natureza da pesquisa qualitativa, determinou as técnicas utilizadas e na definição da amostra que foi representativa, mais que foi válida e suficiente para validar as conclusões dos dados pesquisados.

Por último, toda pesquisa precisa ter um caráter científico. Para isso, as fontes bibliográficas fundamentam a coleta dos dados, os quais devem levar a um resultado através das técnicas de registros, sejam eles impressos ou digitais para tornarem fontes futuras de pesquisa.

Segundo Sampieri *et. al.*, (2013, p. 403) “As primeiras ações para escolher a amostra acontecem a partir da própria formulação e quando selecionamos o contexto, onde esperamos encontrar os casos que nos interessam”.

O estudo de campo dessa pesquisa tem como amostra a escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08 e a Associação de Capoeira Camarada, partindo do levantamento bibliográfico, observações e determinações de técnicas de coleta de dados, a definição de técnicas para o registro e a análise dos resultados com a abordagem qualitativa de caráter descritivo e explicativo.

De forma semelhante Marconi e Lakatos, enfatizam que a investigação de campo é realizada após o estudo bibliográfico, para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, definir qual é o meio de coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados (MARCONI & LAKATOS, 1996, p.75).

O meio utilizado como pesquisa de campo, possibilitou um maior aprofundamento, sendo realizado primeiramente o estudo bibliográfico, para que tenha mais condição de tomar decisões de cunho científico, mediante resultados de análise de dados coletados da realidade e dos sujeitos envolvidos na investigação, compreendendo diferentes aspectos de determinada categoria ou realidade.

A pesquisa aqui em ação, descrita pela triangulação metodológica, desenvolvida através da observação, aplicação de entrevistas através dos questionários e análise de documentos da educação inclusiva de abordagem qualitativa e indutiva com múltiplos olhares sobre o mesmo objeto de pesquisa. A capoeira como ação interventiva na escola Nossa Senhora Aparecida e a Associação de Capoeira Camarada.

A observação é formativa e é o único meio sempre utilizado em todo estudo qualitativo. Podemos decidir utilizar entrevista ou sessões focais, mais não podemos prescindir da observação. E mesmo quando nossa ferramenta principal de coleta de dados qualitativos for, por exemplo, a biografia, nós também observamos (SAMPIERI *et. al.*, 2018, p. 425).

A observação é um instrumento de pesquisa que necessariamente recorre à entrevista e ao questionário de investigação permitindo a triangulação, observando as discordâncias, as confluências, perguntas, dúvidas, falseamento ou não para chegar a possíveis resultados conclusivos.

Ainda, segundo Sampieri *et. al.*, (2013, p. 425), “a entrevista é de caráter mais íntimo, flexível e aberta; é definida como uma reunião para conversar e trocar informações”. Pois é através dessa troca de informação que o pesquisador toma posse dos significados a respeito do sujeito pesquisado. O questionário a ser realizada com os adolescentes e funcionários da escola Nossa Senhora Aparecida no povoado da Agrovila 08, Estado da Bahia em comparação às práticas da capoeira inclusiva da Associação de Capoeira Camarada, permitiram classificar e descrever dados quantificados de forma representativa pelos objetivos dessa investigação.

Além das fontes bibliográficas, a observação, a entrevista com aplicação de questionários semiestruturados, ainda se utilizou dos documentos que são fontes muito valiosas de dados que serve para que o pesquisador conheça os antecedentes, as experiências e situações do ambiente e sujeito pesquisado. Os documentos utilizados são: da escola e associação *in lócus*, documentos da educação inclusiva nacional e internacional citados nos antecedentes a que venha comprovar a veracidade das informações reforçada pelas fontes bibliográficas tidas como base da pesquisa.

Assim, a escolha do tipo de investigação, e dos objetos de investigação, bem como as técnicas que são utilizadas demonstra ser pertinente para que a discussão aborde as questões levantadas na problemática da capoeira como uma ação interventiva empoderando adolescentes e praticantes como Educação Inclusiva.

3.7 AS UNIDADES DE ANÁLISE

A análise de dados é um processo essencial para perceber a importância de se estruturar os dados coletados dessa pesquisa que teve dois enfoques principais, que são as pesquisas bibliográficas que fundamentam a discussão aqui relatada e os questionários em forma de entrevistas que traz as estatísticas da realidade *in locus*. Para que possa construir esses dados, há necessidade de seguir um processo sistêmico de pesquisa, bem como afirma Sampieri *et. al.*, (2013, p. 447), “Para satisfazê-los devemos organizar e avaliar uma grande quantidade de dados coletados (gerados), para que as interpretações decorrentes do processo sejam direcionadas para a formulação do problema”.

A coleta de dados teve uma visão eclética na perspectiva de conciliar diversos pontos de vistas e, ao mesmo tempo, sistemático, obedecendo a determinados princípios da pesquisa em si para que possa ter valor científico. Além de observações e das fontes bibliográficas teve os questionários semiestruturados com questões abertas e outras fechadas; as entrevistas realizadas com os professores, mestres e adolescentes que participam da pesquisa; a análise dos dados coletados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Serra do Ramalho e da própria escola; análise da ação inclusiva e educativa da Associação de Capoeira Camarada dentro e fora da escola referenciada.

Quando após analisarmos vários casos já não encontramos informações novas (“saturação”), a análise termina. Mas, se notarmos que há inconsistência ou se o problema apresentado não pode ser entendido claramente, então retornamos ao campo ou contexto para coletar dados (SAMPIERI, 2013, P. 448).

A pesquisa não deve se esgotar apenas no fato pesquisado, mais foi demonstrado e compreendido de forma rigorosa, obedecendo critérios de fidedignidade fente as posições tomadas na investigação e a qualidade dos registros obtidos. Dessa forma, essas atividades aplicadas para esse tipo pesquisa são chamadas de categoria de trabalho de campo: questionários, entrevistas e análise de fontes documentais.

O que se buscou neste, foi obter dados de maneira aprofudada nas próprias formas de expressão dos grupos ou indivíduos pesquisados para que possa ser analisados, compreendidos, e assim, responder ou não as questões de investigação transformando em conhecimento científico. Como Afirma Sampieri *et. al.*, (2013, p. 417) “[...] o pesquisador que, utilizando diversos métodos ou técnicas, coleta de dados [...] ele não só analisa como também é o meio de obtenção de informação”.

Esta pesquisa teve como grupo de estudo alunos do Ensino Fundamental anos finais e professores da Escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08, Serra do Ramalho – Bahia em contrapartida com o papel do pesquisador e membros da Associação de Capoeira Camarada que atua como projeto de capoeira dentro da referida escola numa perspectiva de auxiliar no processo de prática pedagógica de educação inclusiva e emancipatória.

De início, se buscou especificar as características e os perfis das crianças e adolescentes envolvidos no processo educacional na perspectiva de compreender melhor os fenômenos individuais, os processos organizacionais e as políticas da sociedade relacionadas à capoeira de forma empírica e que utiliza da entrevista para entender a forma e os motivos do estudo em ação. Também de alcance correlacional por ter a finalidade de correlacionar as variáveis da educação inclusiva com a prática da capoeira na realidade da educação em Serra do Ramalho, especialmente na Escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08 e, fez uso dos questionários semiestruturados aliados a professores e profissionais da educação que estão diretamente ligados ao processo da referida escola para correlacionar as variáveis em análise, além de confirmação em fontes bibliográficas referenciadas no marco teórico.

3.8 RISCOS E BENEFÍCIOS

Ao convidá-los para participar da pesquisa, todos os participantes foram informados sobre os procedimentos adotados na coleta de dados de que as informações individuais seriam cuidadosamente resguardadas, considerando assim, seu caráter confidencial, privacidade, proteção de imagem e não estigmatização dos sujeitos envolvidos. Sendo assim, o procedimento metodológico e seu potencial de causar danos aos participantes resultam dos existentes na vida cotidiana, em consonância com o caráter processual e dialogal dessa pesquisa. Nenhuma das informações foi utilizada em benefício pessoal ou em prejuízo das pessoas, isso foi garantido mediante assinatura, em duas cópias, do Termo de Consentimento de Livre Esclarecido (ver Apêndice B), que teve por função justificar os procedimentos que foram utilizados na pesquisa, os desconfortos e os riscos possíveis, garantia de esclarecimentos, antes e durante o curso da pesquisa e, sobre a metodologia utilizada, dentre outros aspectos.

3.9 COMITE DE ETICA - VALIDAÇÃO DO ESTUDO INVESTIGATIVO

Esta pesquisa atende todos os fundamentos éticos e científicos da Resolução de nº 510 de 07 de abril de 2016 que trata das prerrogativas da ética na pesquisa científica. A mesma contempla elementos que respeitam o participante em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não na pesquisa.

Todo processo de investigação visa apresentar um trabalho de qualidade que tenha o rigor da metodologia de pesquisa qualitativa, geralmente artrelada a fatores internos e externos. Sendo os fatores internos voltados à coerência entre os resultados da investigação e a realidade dos envolvidos na pesquisa; enquanto que os fatores externos relacionam com a capacidade de se replicar os resultados em outros grupos, obedecendo a critérios que estabeleça confiabilidade, validade e objetividade.

A confiabilidade da pesquisa como afirma Sampieri *et. al.*, (2013, p. 479) “envolve as tentativas dos pesquisadores de capturar as condições mutáveis de suas

observações e do desenho de pesquisa”. Seja ele como fator interno ou externo. No campo da educação é necessário um cuidado redobrado, pois existem muitas variáveis de sujeitos, campo de atuação e toda a subjetividade dos objetos de pesquisa. Enquanto que a validade refere-se a se o pesquisador captou o significado completo e profundo das experiências dos participantes da pesquisa relacionado ao problema investigado. Ser objetivo nos detalhes da pesquisa sobre sua perspectiva teórica e do desenho utilizado.

Para aplicação dos questionários e das entrevistas foi observado a relevância do conteúdo apontando a necessidade de se comprometer toda a dinâmica da pesquisa com os diversos autores referente ao objeto de investigação. Os questionários semiestruturados obedecem às questões abertas e também questões fechadas abordando objetivos específicos propostos para esta investigação.

Para dar consistência ao corpo do texto argumentativo, praticidade e eficácia procurou-se sistematizar um referencial teórico problematizador contextualizando a realização do trabalho, garantindo ao sujeito da investigação um papel transformador da realidade ao longo de todas as etapas do processo. Para tanto, para colaborar nessa sistematização e na validade do estudo investigado, faz-se uma triangulação das fontes pesquisadas com teorias recorrentes ao tema, as quais se estruturam nesse referencial metodológico. Assim confirma Sampieri *et. al.*, (2013, p. 484) “As longas permanências no campo, a triangulação, a auditoria, a checagem com os participantes e a reflexão sobre os julgamentos, crenças, e concepções do pesquisador nos ajudam a fornecer informações sobre a confirmação”.

Essa confirmação vem da utilização de diferentes técnicas metodológicas em torno do objeto, garantindo uma triangulação fundamental na investigação, discussão da problemática e sistematização de dados. Os questionários e as perguntas direcionadas para as entrevistas estão em apêndices dessa pesquisa voltada para a temática da investigação. A utilização dos mecanismos citados acima auxiliará na qualidade para a planificação dos resultados atestando credibilidade e efetivando o potencial metodológico desse trabalho na transformação da realidade.

Neste sentido, foi submetida à proposta de questionários e entrevista a Doutora pesquisadora Professora Rozângela Conceição Oliveira experiente na área do objeto de estudo, onde fez suas valiosas ponderações indicando pequenas alterações e validando

os instrumentos adotados como pertinentes à realidade da pesquisa em questão. Foi realizado também um pré-teste em que foram levantadas possíveis dificuldades de interpretação das questões com um mestrando Odair Ledo, ampliando a segurança para a aplicação deste instrumento.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a análise e a discussão dos resultados, baseado na perspectiva de Bardin (2006), as quais já foram especificadas na fase de análise de documentos onde e como seria feita a análise; na fase exploratória foram definidas as categorias e identificou as unidades de registros a partir dos significantes e, nesta fase das interpretações, das inferências com as descrições analíticas da pesquisa. Dessa forma, a análise de conteúdo é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores, permitindo a realização de inferências de conhecimento. Nesse caso específico, foi obtida através de questionários semiestruturados aplicados a alunos e professores, sendo 20 alunos e 20 professores como amostra indicativa, da escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08, no município de Serra do Ramalho, estado da Bahia, no período de junho e julho de 2018, na perspectiva de identificar a capoeira no processo biopsicossocial de adolescentes do Ensino Fundamental.

O objetivo deste capítulo é tabular em forma de dados, gráficos, percentagens, tabelas de dados, relatos de resultados e categorias representadas nos questionários e das análises de documentos disponibilizados pela escola e Associação de Capoeira Camarada, Secretaria Municipal de Educação, que versam sobre a visão e experiências dos professores da referida escola e dos alunos envolvidos na prática da capoeira camarada, na expectativa de apontar os resultados sobre a contribuição da capoeira como instrumento da educação inclusiva.

4.1 COMO VOCÊ COMPREENDE A CAPOEIRA?

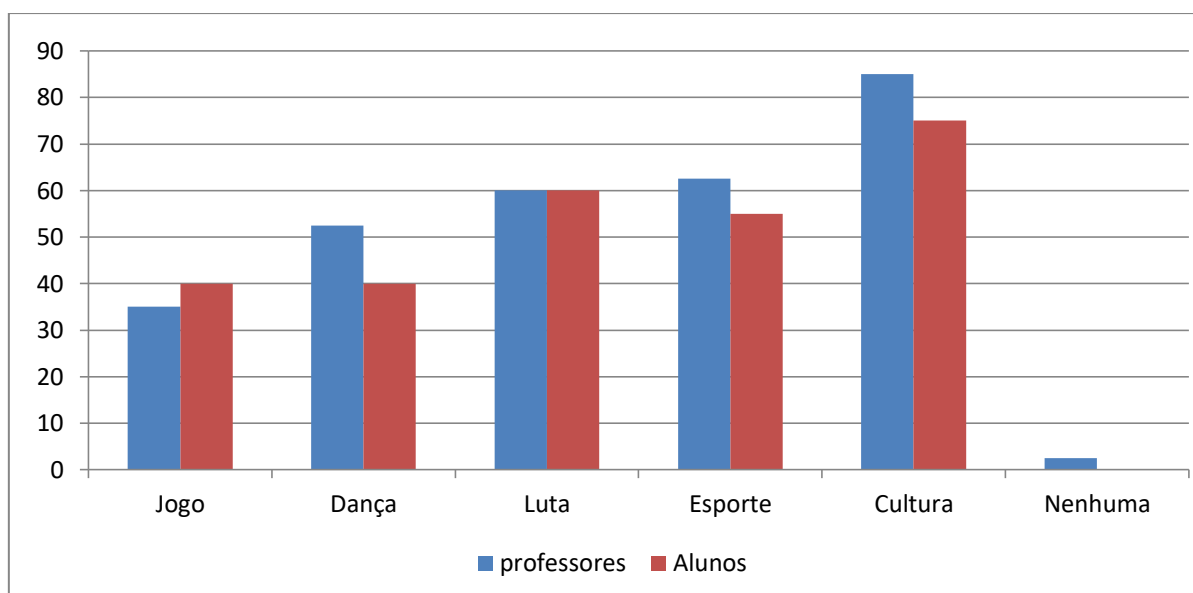
Essa pergunta foi direcionada no intuito de compreender a visão que os professores e alunos tinham em conhecer a realidade da educação inclusiva através da prática da capoeira. A tabela a seguir demonstra a visão geral das categorias jogo, dança, luta, esporte e cultura (TAB. 1):

Tabela 1 - Visão geral dos professores e alunos sobre a capoeira

Nº	CATEGORIA	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	TOTAL
1	JOGO	18	45%
2	DANÇA	21	52,5%
3	LUTA	24	60%
4	ESPORTE	27	62,5%
5	CULTURA	34	85%

Fonte: Dados levantados do questionário aplicado aos professores e alunos, 2018.

Os dados expressos na tabela anterior (TAB. 1) em forma das categorias, quantitativo de 40 sujeitos pesquisados e a porcentagem por categoria também estão descritos no gráfico seguinte para efeito de comparação¹.

Gráfico 01 – visão geral dos professores e alunos sobre a capoeira

Fonte: Dados levantados do questionário aplicado aos professores e alunos, 2018.

¹ A coleta de dados foi feita com 40 pessoas entre professores e alunos, sendo que uma professora optou por não marcar nenhuma categoria.

4.1.1 O potencial biopsicossocial da multidisciplinaridade da capoeira

Como se percebe, a maioria dos sujeitos pesquisados fez a opção de descrever a capoeira com mais de uma categoria. Sendo que a menor quantidade de compreensão da capoeira como jogo, com o percentual de 45%, ou seja, mais da metade não consegue conceber a parte do jogo na prática da capoeira, o que ainda demonstra a falta de conhecimento do segmento jogo. Enquanto que 85% a vê como cultura.

É relevante observar que apesar da relação capoeira e jogo ter abarcado o menor potencial, as categorias posteriores – dança, luta, esporte e cultura – podem ser condensadas dentro dos pressupostos mais profundos e abrangentes que constituem os preceitos dos jogos pedagógicos. Por seu turno, observando os correspondentes teóricos e práticos, é coerente deduzir que a capoeira se ajusta ao sentido universal e não estrito de jogos. Existem algumas obras como, por exemplo, *Homo Ludens* de Huizinga, que são contributos de reforço ao argumento apresentado na frase anterior. Conforme analisa Châteu (1987), o jogo didático é senão uma estratégia que pode ser usada em qualquer nível ou modalidade da educação, pois não há restrições neste sentido, dados os múltiplos universos que os jogos abrangem. Entretanto, apesar desse aspecto multidisciplinar e aberto, alguns educadores, por não terem conhecimento suficiente da extensão e dos benefícios, preferem prescindir dos jogos na sala de aula.

Para a autora, todo jogo, por mais simples que se apresente à primeira vista, traz consigo, preliminarmente, um propósito educacional. E é por esse motivo que, embora sejam estruturados com regras e padrões, os jogos possuem em si mesmos e nas orientações que advém dos docentes um agregado de pré e pós-reflexões, de símbolos, representações e apropriações abstratas e lógicas do que foi vivenciado no percurso para alcançar a meta. Ao fim e cabo o mais importante nos jogos aplicados na sala de aula é a interiorização do conteúdo, tendo em vista que é dele que o aluno vai extrair o desenvolvimento da criatividade, de habilidades comunicativas, aprimoramentos de várias ordens, crescimento e assimilação das ideias que os estruturam.

De acordo com a definição de Friedmann (1996, p. 48) “[...] um jogo é uma atividade com regras e objetivo que funciona como instrumento de diversão”. Empiricamente, este argumento pode ser atestado nos dizeres que a Professora Santinha

explana sobre sua visão de capoeira: "[...] porque as pessoas que participam se divertem e aprende com a capoeira respeitar o próximo e as regras predominantes na capoeira."

Para a mesma autora sua ênfase deve estar no triunfo da comunicação sem levar tanto em conta o rigor sintático. Friedmann (1996) distingue dois tipos de jogos: os competitivos – aqueles que jogadores ou equipes competem para ser os primeiros a atingirem o objetivo – e cooperativos – aqueles que jogadores ou equipes trabalham juntos em direção a um objetivo comum.

Para dar sequência à noção lúdica do jogo, pode-se citar Elkonin (1984, p. 75): “o jogo é uma manifestação social que consiste reconstruir, no todo ou em parte, qualquer fenômeno da vida real devidamente acompanhado do seu verdadeiro propósito prático”.

Abordando a capoeira a partir desse panorama, parece possível a existência de um discurso de caráter multidisciplinar, que justifica a importância de produzir representações dinâmicas frente às modalidades educativas que se preocupam com as novas práticas inclusivas. Nesse sentido, a capoeira ganha uma feição particularmente caleidoscópica, pois assume riquezas próprias dos jogos pedagógicos em sua natureza mais profunda e extensa. A interpretação de capoeira demonstrada pela Professora Cris legitima esta leitura. A entrevistada discorre que "a capoeira é conhecida como dança, mas quem estudou a história da escravidão sabe que é luta, pode ser considerada todas as opções acima, além de um ótimo exercício físico".

É exatamente a abrangência da capoeira que vai conseguir qualificá-la para assumir o posto de restauradora das funções sociais centradas no teor biopsicossocial. Em última análise, a capoeira corresponde ao revigoramento do seu processo histórico gerador ou, em outras palavras, das suas tradicionais perspectivas e formas. Porque conforme contemplado ao longo do trabalho, não é possível querer libertar a capoeira de sua própria história que define sua forma e a relação que esta estabelece com os indivíduos e instituições na atualidade. Longe de querer imprimir contornos ideológicos, mas não se pode separar contexto gerador, sujeito e desdobramentos.

4.1.2 Traços multifatoriais favorecendo o engajamento biopsicossocial dos adolescentes

Todo exercício, por mais elementar, alia-se de modo "quase" indissociável à sua matriz, significando que a capoeira mantém seu modo de atuação e não está totalmente afastada do que se esperava dela naqueles tempos. Por mais que, certamente, seguindo as trilhas de todo fenômeno histórico, sua legitimidade e propósito tenham sofrido duros questionamentos.

Nesse sentido, a despeito do teor contemporâneo impresso nos argumentos que compõem este estudo, é fato que existe uma preocupação clara em retomar os propósitos da capoeira desde a sua origem, especialmente para lembrar que ela é na sua própria matriz uma alternativa de inclusão, pois que respondia aos anseios de inclusão, ainda que esta começasse dentro do grupo cujos códigos sociais equivalentes. Nesse diapasão, Costa (1963 apud MACHADO; NUNES, 2011) explica um pouco deste aspecto sócio histórico:

Os negros escravos exploravam ao máximo sua capacidade capoeirística para poderem empreender suas fugas com sucesso e para que estivessem preparados era necessário que se praticasse a capoeira o máximo possível e essas práticas ou treinamentos ocorriam muitas vezes dentro das senzalas, nas plantações e também aos domingos que era o dia dado aos negros para o descanso do trabalho árduo que estes realizavam. Também, eram aos domingos se realizavam os folguedos, a religião negra também teve uma grande importância, pois além de praticar sua religiosidade o escravo também se utilizava delas para poder em suas reuniões e praticar a capoeira. (COSTA, 1963 apud MACHADO; NUNES, 2011, p. 9).

Por outra ótica, a escolha percentualmente satisfatória da categoria cultura, mais uma vez, coloca-nos dentro de uma perspectiva prismática, pois os outros indicadores jogo, dança, luta, esporte, a exemplo de jogos, analisado anteriormente, remete ao requisito da condensação, tendo em vista que todos figuram como práticas culturais. No entanto, por outro lado, tem-se que pensar que a qualificação prática sociocultural tem início na promoção dos valores que esta transmite. No que se refere à capoeira, tomando como norte os resultados, nota-se que os valores incorporados em suas dimensões

alcançam abrangência avançada, sobretudo, por não se encaixar numa única categoria. Não que a capoeira esteja isenta de vigilância categórica, ética e epistemológica. Ao contrário disto, ela, distante do restrito e estático, compõe um corpo de investigações dinâmico e aberto. O educador preocupado com o aumento da conscientização no processo pedagógico visa utilizá-la como orientação das ações inclusivas.

Este traço multifatorial é assinalado por Machado e Nunes (2011) em seu estudo:

A capoeira representa uma parte muito importante da cultura brasileira, sendo ela tratada como, luta, dança esporte, ou simplesmente brincadeira ela assume característica ímpar, quando comparada a outras práticas corporais. Sua verdadeira origem e/ou início ainda é tema gerador de muitas discussões e estudos. O desenvolvimento, socialização, interação entre outros que a prática da capoeira proporciona, tem na escola e/ou locais de ensino dessa arte uma excelente aceitação por parte de seus praticantes. (MACHADO; NUNES, 2011, p. 6).

A categoria esporte, que apresenta o maior índice no *ranking* das categorias escolhidas, demonstra o vigor cultural que o esporte possui no Brasil. Assim, pode-se interpretar que a capoeira é um significativo mecanismo de interação social para os adolescentes que já nascem inseridos dentro de um contexto onde o esporte, especificamente o futebol, é um signo cultural enraizado no grupo de interesses de boa parte dos brasileiros. Machado e Nunes (2011) analisam o quesito da interação social na capoeira. Os adolescentes estudados pelo pesquisador apontam a capoeira como matéria na confecção das relações sociais.

Ao contrário do que muitos imaginam, o ensino da capoeira no ambiente escolar pode contribuir para o estreitamento das relações de amizade entre os alunos, além de promover um clima agradável, menos sério ou agressivo. Ela desenvolve no indivíduo a necessidade do contato com o outro por meio da convivência e do respeito mútuo. A capoeira é uma atividade física na qual o grupo social possui grande importância. (MACHADO; NUNES, 2011, p. 23).

O aluno entrevistado, Carraspana (2018), analisa que a capoeira é uma espécie de coleguismo e parceria ensejados pelas dinâmicas de uma atividade que invoca traços

dos jogos, da dança, da roda e da cultura. Analisando a resposta de Carraspana (2018) conclui-se que a capoeira é um lugar de abertura onde muitos sentimentos podem ser incorporados sem receio ou limitações. Quer dizer, possui estreitos laços com o acolhimento das diversidades.

Examinando dessa vertente, as práticas esportivas sempre favoreceram as interações entre os agentes sociais, tendo em conta que constitui um dos signos culturais mais fortes do Brasil, sendo referência no mundo todo pelo seu apreço e desempenho futebolístico. Resguardadas as especificidades universais de cada esporte, a capoeira abarca inúmeros indicadores desportistas, dentre os quais o movimento e a perspectiva de aproximação entre dois universos, neste caso específico, individuais. Campos (2001 apud MACHADO; NUNES, 2011) afirma que a capoeira é compreendida como:

[...] elemento importantíssimo para a formação integral do aluno, desenvolvendo o físico, o caráter, a personalidade e influenciando nas mudanças de comportamento. Proporciona, ainda, um autoconhecimento e uma análise crítica das suas potencialidades. (CAMPOS, 2001 apud MACHADO; NUNES, 2011, p. 23).

4.1.3 A polissemia da capoeira nas disposições pedagógicas biopsicossociais

Embora não se possa falar de consenso sobre o que é capoeira, não é incongruente afirmar, pautados nos resultados, vistos como relativamente equilibrados, que a capoeira possui interpretação polissêmica e os dados obtidos expressam este ângulo polissêmico confirmado tanto nos questionários dos professores quanto dos alunos.

Bourdieu (1990 apud MACHADO; NUNES, 2011) reforça a asserção de que o esporte a exemplo da capoeira assume múltiplos sentidos e percepções, conforme o praticante. E a indeterminação parcial que não dispõe a capoeira dentro de um único módulo é justamente o que qualifica suas diversas aplicações, dentre as quais de instrumento de inclusão biopsicossocial. Por outro lado, parte dos fundamentos, delineamentos e definições da capoeira mesclam-se com o ambiente, capoeirista e

expectadores, pois sua essência prismática e abarcante – dança, luta, esporte e brincadeira – abre mundos, unindo espaço particular e universal.

Por sua vez, Campos (2001) interpreta que a capoeira vista como dança e arte se faz presente através das manifestações da música, ritmo, canto, instrumentos, dança expressão corporal, criatividade e liberdade de movimentos. Desse ponto de vista, vale lembrar a grandiloquência da fusão entre música e capoeira, já que reunidas com suas margens extensas de desdobramentos híbridos e tonalidades dinâmicas, assumem status de bem cultural. Sendo assim, com acesso irrestrito às suas práticas e conhecimentos que se abrem a todos que estejam predispostos. Valores intrínsecos e extrínsecos associados à cultura e às tradições de um povo possui por sua própria composição histórica este caráter irrestrito.

Por outro lado, é importante observar o elemento de tradição e de manutenção cultural inerente à capoeira, que pautada no exercício híbrido de sua permanência preserva seus traços constituintes, a despeito das mudanças constantes que vêm ocorrendo nas preferências musicais da população em função do desenvolvimento tecnológico – demolidor de algumas tradições – e da grande influência que os meios de comunicação exercem sobre toda a sociedade. Sendo assim, se decomposta as partes da capoeira, encontramos na música típica a possibilidade de intervenção educativa e uma ferramenta de comunicação, ampliação da linguagem, compreensão, apreensão e transformação do mundo, o que fatalmente, invoca os princípios da educação inclusiva.

Segundo Kester Carrara (2004), uma das formas de introduzir a música na sala de aula é através de jogos, brincadeiras de roda, trabalhos corporais, ou, ainda, pela vivência do ritmo, da melodia, e da harmonia, da percepção, de cantos e de canções.

Nessa mesma esteira, Saccol, Schlemmer e Barbosa (2011) ajudam na compreensão dessa interpretação equilibrada do que a capoeira representa para os atores pesquisados. Ao se apropriarem de uma interpretação híbrida, sem apresentar consistentes discrepâncias, os entrevistados efetivam os diálogos com os autores discutidos neste estudo, como no caso de Canclini (2001), que qualifica a capoeira, principalmente, como matéria da diversidade cultural pontuada por hibridismos que facilitam seu trânsito e uso em diversos contextos para inúmeros fins e propostas. Mesmo que o professor do ensino fundamental não seja um mestre ou capoeirista, ele

pode se valer de vários requisitos da capoeira para fins de aprendizado, socialização, expressão, habilidades motoras, espaciais, temporais e cognitivas.

Em outras palavras, os benefícios que a capoeira traz e seu valor educativo ultrapassam as dimensões lúdicas e corporais. E é essa isenção classificatória e riqueza polissêmica que amplia as possibilidades de encaixar a capoeira em diversas matérias pedagógicas. Caso interpretado como desporto, por exemplo, ela inevitavelmente se restringirá em função das características intrínsecas às práticas esportivas, que, conseqüentemente, pelo mérito da clareza, coloca diversos sujeitos em desvantagem em relação aos incluídos nas atividades esportivas que primam pela forma física e requisições técnicas. A capoeira possui os conjuntos de técnicas que promovem um encadeamento de movimentos, contudo, sua concepção é menos restritiva, já que abre alas para uma diversidade de práticas que viabilizam o exercício da inclusão biopsicossocial. É exatamente desta forma irrestrita, extensiva, englobante e inclusiva que o aluno Seresteiro (2018) se sente quando pratica capoeira:

A partir do momento que a pessoa pratica capoeira, ela se envolve e descobre as várias faces dessa atividade, porque a capoeira não é só uma forma de luta, ela também é arte, cultura, dança e também esporte, onde o mesmo pode aprender não movimentos, mais também, músicas e o principal de tudo a sua história. (SERESTEIRO, 2018).

Essa polissemia de significados presente na prática da aula de capoeira, seja ela como disciplina formal ou como um eixo temático da disciplina de Educação Física, incrementará o vocabulário o fazer pedagógico do educador e conseqüentemente o interesse e a aprendizagem do educando que se faz sujeito desse processo de ensino-aprendizagem.

4.1.4 Professores e alunos e suas especificidades como matéria de integração, aceitabilidade, inclusão e construção de significados.

Se o educador não é um praticante, ele pode se tornar um investigador que considera o fato de que a capoeira não é feita para atletas nem no sentido informal e

tampouco no sentido institucional. Ao contrário das práticas de competição que acolhe uma minoria, precisa-se compreender que numa dinâmica de ensino-aprendizagem todos são agentes inclusive as pessoas que aparentemente testemunham o fenômeno. "No jogo de capoeira os movimentos são livres, sem coreografias, dentro das possibilidades de cada um. Há o respeito aos limites do outro" (ANTUNES, 2003, p. 2).

Antunes (2003), que realizou um estudo na Escola Estadual Santo Agostinho, afirma que a capoeira produziu mudanças benéficas à interação e inclusão. O motivo é que a atividade serviu de motor na sensibilização em favor do antirracismo, oriunda do fortalecimento de laços decorrentes dos jogos de capoeira. Prova disso, de acordo com o autor, é a mudança de percepção e de comportamento de alguns alunos que apresentavam durante o recreio, entradas e saídas atitudes violentas, preconceituosas e grosseiras com alunos negros. Tal afirmativa é transparente na afirmativa da Professora Nina (2018) "(...) a capoeira traz aos seus participantes, integração social, onde os preconceitos de raça, cor, religião e distinção social são esquecidos. A capoeira faz esta ligação". Conteúdo similar é encontrado na resposta da entrevistada Professora Onica (2018), para a qual a capoeira é um espaço dinâmico onde os limites são reconhecidos e o respeito à alteridade é assimilado e consolidado por meio da obediência às regras. Dito de outra forma, a capoeira na situação de mediadora é uma via disciplinar que se articula dentro dos moldes educativos.

A respeito do papel, visão e postura dos professores, os resultados obtidos e apresentados na tabela 1 e gráfico 1, que representam a somadas bases teóricas adquiridas com as vivências em campo assinala a importância de articular as atribuições dinâmicas da capoeira em benefício das metodologias de ensino-aprendizagem. Enquanto método inclusivo a capoeira oferece uma extensa arena para construção, desempenho e negociação de significados, normas e valores culturais. Como espaço de trocas dinâmicas, ela se torna base de uma crescente conscientização da necessidade de dividir códigos que tornem acessíveis questões sociais mais profundas. Nesse sentido, partindo do princípio que é o desrespeito às diferenças que polarizam e esgarçam o tecido social, as respeitabilidades advindas dos códigos compartilhados e respeitados geram um alinhamento que suscitam a prática da inclusão.

Diante das dificuldades que a inclusão encontra, um aspecto central da sociologia da capoeira é oferecer a oportunidade de cessar rupturas por meio da abertura de campo onde os alunos podem identificar suas próprias responsabilidades e habilidades usando-as para estabelecer interfaces comprometidas e respeitáveis com outros alunos e professores. Sobre este princípio o entrevistado Professor Mestre (2018) argumenta o seguinte: "A capoeira engloba todo um contexto cultural inclusivo e educativo, que faz o indivíduo que pratica pensar com responsabilidade perante a sociedade". A partir desta leitura, infere-se que as práticas associadas aos mecanismos de educação inclusiva perpassam obrigatoriamente interconexões entre diferentes contextos e sujeitos distintos em suas escolhas e padrões internos e externos.

A capoeira é uma mola propulsora da educação inclusiva porque carrega na base da sua própria constituição marcada por códigos de abertura, portanto, de inclusão e acolhimento, e oposta aos parâmetros de todo esquema de exclusão. Em vista disto, se concebe reforço nos processos de quebra das fronteiras sociais que acomoda a inclusão dentro de uma categoria dinâmica e não estática e discursiva.

A construção da inclusão social através da capoeira pressupõe muitos aspectos e traços peculiares. Dentro desta gama de singularidades, consta a identidade muitas vezes esquecida ou escondida em suposições comuns. Portanto, é importante que o professor tire a capoeira do campo do entretenimento para enquadrá-la em um determinado lugar onde os fins estejam definidos.

Qualquer das classificações que a capoeira assuma no processo de educação inclusiva a enquadra como parte fundamental da construção da identidade dos adolescentes, já que transmite um sentido intenso da alternância e compartilhamentos que envolvem o binômio eu-outro. A aluna Branquinha (2018) pontua em sua resposta as competências da capoeira que a qualificam como marco na edificação da identidade: "A capoeira é um jogo criativo que nele envolve dança, luta, esporte e cultura é um aprendizado que levamos para nossa vida e ajuda na educação e no desenvolvimento do adolescente e da herança". Desse ponto de partida, a identidade do adolescente é interpretada em suas múltiplas esferas de amadurecimento assistidas e animadas no exercício da capoeira, aqui entendida como uma composição integrativa que dialoga

continuamente com estes sujeitos que ela ajuda construir e reconstruir nas arenas sociais e no decorrer de suas histórias.

4.1.5 O contexto da antiviolença e da interação pacífica arraigados nas matrizes inclusivas e biopsicossociais da capoeira

A capoeira entendida como luta, emplacando o terceiro lugar com 60% das preferências remonta a noção de Callois (2000) sobre jogo. O autor infere que os jogos são, na realidade, uma máquina de conversão do instinto natural em social e cultural, já que traduz e desenvolve disposições psicológicas que podem constituir importantes fatores de civilização. Ainda segundo o autor, o interesse do indivíduo pelo jogo tem sua origem em suas disposições internas para a socialização. O jogo mostra as estreitas relações entre seus mecanismos constituintes com os da instituição social.

Desse modo, a capoeira configura como atividade descomprometida com o ganho, ao contrário das lutas, pois preserva sua natureza de entretenimento, cujo trunfo é o prazer de praticar. Distinta da capoeira, algumas lutas estão circunscritas dentro dos limites de resultados adquiridos em um tempo e espaço específicos. Divergindo parcialmente dessa leitura, Antunes (2003) interpreta que a capoeira se caracteriza como luta e dança que contribui significativamente para o desenvolvimento social do indivíduo, levando em consideração que, enquanto jogo, propicia momentos de interação, de afeto, contato de toque.

Fica evidente o cuidado com o outro, pois não há vencedores e o importante é o jogar. É necessário expor-se para jogar, e para isso é imprescindível a auto aceitação. No jogo de capoeira os movimentos são livres, sem coreografias, dentro das possibilidades de cada um. Há o respeito aos limites do outro (ANTUNES, 2003, p. 1).

A visão da aluna Chorona a respeito de capoeira retém os pressupostos apresentados acima, posto que esteja orientado nas entrelinhas pela empatia motivada pelos aspectos sociais e históricos.

Eu marquei: luta por que nós não lutamos pra atingir o próximo mais sim se defender. Esporte por que ela faz parte do nosso dia a dia e ela e considerada como um esporte. Cultura: por que pra mim capoeira e uma cultura popular que faz parte da vida dos escravos e bom saber que acapoeira foi uma forma de se defender para os escravos e hoje podemos botar em prática o que foi criado a muitos anos atrás por povos sofredores e que batalhou a sua vida toda em busca de liberdade. (CHORONA, 2018).

Machado e Nunes (2011) citando Vieira (1998) interpretam capoeira enquanto uma modalidade de luta animada por cânticos e instrumentos musicais. Os autores estabelecem um paralelo entre a concepção de capoeira enquanto luta e os seus registros mais antigos no século XVII, período que os holandeses invadiram o nordeste brasileiro. Entretanto, Machado e Nunes (2011) citam que a forma primitiva de capoeira chegou ao Brasil com os negros bantos, originários da África Ocidental.

Esta fase inicial deve ter sido uma espécie de dança ritual [...], entretanto, essa denominação surge pela primeira vez nos escritos da Guerra dos Palmares (século XVII) onde se aproveitando da invasão dos Holandeses, milhares de escravos escaparam das fazendas. (COSTA, 1962 apud MACHADO; NUNES, 2011, p. 9).

Por sua vez, Costa (1993) afirma que na contraparte da violência, a capoeira permite que os praticantes façam negociações pacíficas na esfera sensorial, onde ela pode ser experimentada como jogo adornado por objetos referenciais e regras que ajudam compreender que as coisas se relacionam entre si e com o meio ambiente sem colidirem de modo agressivo. Os materiais com fins sensoriais obrigam os adolescentes a usarem todos os sentidos para compreender o mundo. Esses materiais são projetados para evoluir do simples para o complexo fornecendo uma ampla variedade de experiências que aprimoram e ampliam as habilidades linguísticas que são o artefato da comunicação bem-sucedida. O refinamento dos sentidos leva à aquisição de inúmeros componentes que constituem o instrumental que auxilia na assimilação de conceitos abstratos.

4.1.6 Aspectos subjetivos, históricos e sociais: o apaziguamento das diferenças e sua função inclusiva.

Analisando separadamente os professores dos alunos, podem-se perceber relevantes diferenças nas categorias apresentadas. Dos (20) vinte professores entrevistados, apenas (01) um não marcou/optou por nenhuma categoria. Veja a tabela a seguir (TAB. 02):

Tabela 2 – Visão geral dos professores sobre a capoeira

Nº	CATEGORIA	QUANTIDADE DE PROFESSORES	TOTAL
1	JOGO	7	35%
2	DANÇA	11	55%
3	LUTA	8	40%
4	ESPORTE	14	70%
5	CULTURA	18	90%

Fonte: Dados levantados do questionário aplicado aos professores e alunos, 2018.

Comparando o resultado geral com a visão dos professores, pode-se perceber uma queda na concepção de que a capoeira é um jogo, diminuiu 10%; enquanto luta, diminuiu 20%; já a concepção da capoeira como uma cultura aumentou 5%. Isso configura a falta de conhecimento por parte dos professores em relação às categorias de jogo e luta.

Questionados, 08 (oito) professores descrevem a capoeira positivamente por sua musicalidade, seus ritmos, sua ginga, os instrumentos musicais e a harmonia entre suas categorias. O Professor NAN-NÁ (2018), afirma: “Considero um jogo, pois existe uma disputa entre os dois participantes da ‘roda’. A musicalidade faz com que exista um bailado de forma alegre e contagiante”. E ainda, a professora Gomes (2018) reitera “[...], pois engloba o jogo, a dança, a luta e esporte como uma magia onde é praticada com alegria, harmonia e malícia”.

Araújo (2017) destaca que a capoeira chama atenção pelo poder atrativo que exerce sobre as pessoas. Para a autora, "os participantes se envolvem de tal forma que, mesmo aqueles que não são adeptos do treinamento físico dos movimentos, permanecem na atividade por outros motivos" (ARAÚJO, 2017, p. 10). Enquanto produto da cultura popular brasileira, a capoeira desempenha um papel crescente no desenvolvimento e apaziguamento de expressões e grupos diferentes. Araújo (2017) examina que a apropriação desse formato cultural enfatiza as "raízes" africanas, abrindo campo para reflexões históricas e sociais acerca da sociedade escravista brasileira.

[...] ocorre uma forte identificação cultural dessas pessoas com a arte da Capoeira. Desenvolvida durante o período escravista, com adesão predominante dos sujeitos escravizados, ela se constituiu como uma manifestação cultural genuinamente brasileira, de resistência física e simbólica aos maus tratos a que eram submetidos os negros e as negras. (ARAÚJO, 2017, p.10).

Dentro desse quadro, a capoeira assume a categoria de debate que levanta questões mais amplas relativas à continuidade cultural e, no que se refere ao tratamento oferecido aos negros, uma mudança no contexto social de cunho escravagista. A reação positiva dos docentes grifa a relevância do uso de tradições africanas para uma reintegração dos grupos sociais brasileiros distintos em suas caracterizações sociais, étnicas, ideológicas e outras, produzindo semelhanças no campo da prática e apreciação de um objeto de arte.

Por outro lado, a capoeira atesta os benefícios incontestes da extensão das continuidades culturais em países assolados pelo racismo, estimulando o fim das negligências com os mecanismos usados para compensar a perda de tradições. A esse respeito, Araújo (2017) explica a importância da capoeira na retomada do cenário histórico que a produziu e, conseqüentemente, repensar os pontos de divergência:

A luta pela sobrevivência e pela liberdade se fazia necessária e a Capoeira foi um instrumento utilizado contra os desmandos do sistema escravista, desumano e opressor. Na base da construção social brasileira estão a dizimação africana, ocorrida nos navios negreiros, a exploração da mão de obra escrava dos povos africanos e indígenas e a dizimação das comunidades indígenas para a apropriação de terras,

constituindo, assim, uma sociedade excludente marcada pela desigualdade social. (ARAÚJO, 2017, p. 10).

Dito de outro modo, o africano se despede desse cenário escravo para assumir a posição legítima de ícone da cultura popular brasileira, tão legítima que pode vislumbrar o cumprimento de aspirações no que toca fornecer identidade para as suas audiências, deixando sobressair seu lado nas equações sociais onde sempre esteve em desvantagem, de modo que minimiza por meio desta articulação a complexidade do processo histórico.

Sob a luz dessa baliza, reacende o debate sobre a formação da cultura escrava e das influências africanas que estão indubitavelmente ligadas à política de identidade no câmbio dos argumentos sobre a importância da herança cultural originária da África. Se os escravos foram outrora despojados de sua cultura, a ponto de seu passado africano ser reduzido ao pó do esquecimento, a capoeira entra como contributo no redirecionamento das perspectivas e a redução da negação progressiva da importância da contribuição africana. Para tanto, numa modalidade metonímica, é efetuado um chamado para dar parte ao cenário histórico completo e a remodelação das esferas e interações sociais. Araújo (2017) mostra que a capoeira, espaço dinâmico de comunicações socioculturais, continua hoje como foi na sua formação, matéria de redução dos pesos históricos e sociais com os quais os negros ainda são alvejados.

Portanto, não é cabível negar que a inserção da capoeira nos programas e exercícios de inclusão é indispensável, posto que sua utilização traga um aproveitamento humano na tentativa de traçar conceitos e ações que se estendem por todo tecido social. No propósito de compreender os fatores implicados, os professores precisam rever suas acepções, observando criticamente como a capoeira é entendida nos dias de hoje, percorrendo sua trajetória evolutiva desde o surgimento, admitindo, assim, uma delimitação de seus significados e propósitos. Desse modo, pelo viés inclusivo, as perplexidades da cruzada entre agentes sociais que se hostilizam começam com a própria noção de que acolher a cultura de um grupo é acolher seus membros e, por conseguinte, suas singularidades.

Pensando a capoeira em um contexto mais amplo e, considerando o fato de a capoeira ser reconhecida como um Patrimônio Cultural e Imaterial da Humanidade, deve-se ponderar as dimensões em que permeiam a capoeira, entre elas a política que:

[...] é fundamental considerar a componente política vinculada à reivindicação de sentidos e espaços de cidadania por parte dos protagonistas da manifestação. Ao contrário do argumento levantado por Peixoto, a capoeira está presente em seus diversos formatos em diferentes contextos sociais brasileiros, ou seja, a sua “função social” de prática cultural agregadora e fomentadora de valores e práticas pedagógicas se encontra verificada na realidade empírica (ANDRADE, 2016, p. 93).

Nota-se que as atividades culturais não são vistas como politicamente neutra, já que de forma implícita o estão ancoradas em algum ponto de vista cultural. Em toda sociedade forte, os projetos de arte e atividades culturais são destacados como importante para o desenvolvimento cultural, social, político e subjetivo.

A dimensão política da capoeira reforça sua prática no mundo empírico, em que o professor pode apoderar-se do conhecimento em seus diversos formatos e em diferentes contextos, entre eles o escolar que:

[...] todo e qualquer tipo de expressão artística ou esportiva, quando está presente na escola e se identifica com a cultura local, pode ser um fator motivacional interessante para que as comunidades que compõem essas instituições sintam prazer em estar ali, produzindo e trocando conhecimento. (ARAÚJO, 2017, p. 52).

Quando há o domínio da demanda, há também uma produção e troca de conhecimento, em consequência dessa troca, há a valorização do mesmo, proporcionando a relação teoria e prática em sua realidade local. Como afirma a professora Nina (2018) “a capoeira engloba todos os aspectos abordados, pois traz aos seus participantes integração social, onde os preconceitos de raça, cor, religião e distinção social são esquecidos. A capoeira faz esta ligação”. Na fala do aluno Guga (2018) a capoeira é compreendida como “uma cultura que serve para você sair da solidão, a capoeira te acolhe como um filho(a)”. Ainda questionado sobre a mesma pergunta sobre a concepção da capoeira, o aluno Mamão (2018) “Acapoeira ensina as

peças e muda o seu modo de ser uma pessoa melhor. A capoeira é uma cultura que ensina as pessoas”.

4.1.7 Escola e capoeira: uma fusão necessária ao exercício inclusivo de natureza biopsicossocial.

Os sujeitos do estudo demonstraram em várias falas que a capoeira pela sua própria organização, constituição e atributos dinâmicos fortalece a posição da escola enquanto espaço público e não isolado dos contextos humanos mais abrangentes. Em outras palavras contextualiza o centro educativo no sentido de torná-lo uma diretriz ativa nas práticas de inclusão.

Araújo (2017) compreende que o isolamento da escola representa o isolamento das próprias ações pedagógicas descoladas da realidade social em que vivemos alheias ao processo democrático, conservadoras de um autoritarismo e de uma ordem que já não comportam as reflexões que a sociedade contemporânea suscita por necessidade. No entendimento do autor: [...] vivemos em um contexto político conturbado, mas, ainda assim, temos possibilidades de lutar pela garantia de espaços para discutir e transformar esse cenário com base em princípios democráticos. (ARAÚJO, 2017, p. 51).

A autora classifica de isolamento o temperamento pedagógico que restrito aos temas abordados nas salas de aula que, muitas vezes, limitam-se aos conteúdos engessados há mais de cinco ou seis décadas, às metodologias de ensino, que se mantêm com um formato tradicional, conservando a figura do(a) professor(a) como pessoa que sabe mais, ou que não deve ser questionado(a) quando afirma algo. O isolamento revela-se quando a escola tem barulho, tem música, tem batucada e alguns(as) professores(as) reclamam do incômodo causado por essas práticas, sem ao menos verificar se há um processo de ensino-aprendizagem nelas (ARAÚJO, 2017).

A capoeira, com efeito, entra na contrapartida do padrão ensino petrificado, e se coloca disponível para os educadores que encontram nela uma gama de explicações sociais e individuais. Andrade (2016) acredita que o primeiro passo é superar as análises prescritivas que implica conceber a capoeira como algo interdisciplinar comprometido com a transformação social emancipatória.

Quando se fala de uma educação emancipatória, deve-se ter em vista aquilo que a aluna Branquinha (2018) afirma sobre sua visão da capoeira dizendo que “é uma maneira de você se divertir e fazer o que você gosta ao mesmo tempo”. O fato de a aluna perceber que se aprende fazendo o que se gosta direciona a possibilidade que a capoeira concede como prática educacional com suas variadas dimensões de vivenciá-la dentro do contexto escolar, dando sentido àquilo que se aprende divertindo, entendendo que as regras estabelecidas pela convivência social dentro das variadas possibilidades descritas nas dimensões da capoeira levarão o sujeito a tornar-se autônomo e construtor de seu próprio conhecimento.

A tabela dos dados a seguir expressa a visão dos alunos sobre a capoeira. Dos 20 (vinte) alunos entrevistados, todos responderam a tabela a seguir (TAB. 3):

Tabela 3 – Visão geral dos alunos sobre a capoeira

Nº	CATEGORIA	QUANTIDADE DE ALUNOS	TOTAL
1	JOGO	8	40%
2	DANÇA	8	40%
3	LUTA	12	60%
4	ESPORTE	11	55%
5	CULTURA	15	75%

Fonte: Dados levantados do questionário aplicado aos professores e alunos, 2018.

Tabela 4 – Categorias dos professores e quantidades

Manifestação cultural, cultura brasileira	7	Integração, ligação, respeito, distinção social, malícia	6	Instrumentos musicais, musicalidade, Ritmo, ginga, harmonia.	8
Inclusivo, educativo, aprender	4	Regras	4	Exercitar, divertir, magia, alegria	8

Fonte: Dados levantados do questionário aplicado aos professores e alunos, 2018.

Tabela 5 – Categorias dos alunos

Defender, movimento, benefícios, roda	7	Ensina, aprende, conhecimento, descobre, educação	8	Pessoa muda, se envolve, acolhe, sai da solidão, conhecer pessoas, responsabilidade	8
Diversão, fazer o que gosta, alegria, liberdade	7	Cultura popular, antepassados, costumes, patrimônio	8	Axé, musica	2

Fonte: Dados levantados do questionário aplicado aos professores e alunos, 2018.

A capoeira como uma ação interventiva nos aspectos biopsicossociais de adolescentes em situação de risco das escolas de educação inclusiva no Município de Serra do Ramalho/BA pode trazer diversos benefícios como instrumentos pedagógicos de inclusão, além da desenvoltura que o mesmo pode desenvolver em sua interação social, como habilidades e competências satisfatórias para possíveis soluções de problemas relacionados ao seu cotidiano inserindo-o como sujeito de direito. A prática da capoeira pode ser desenvolvida por crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais, de tal forma que os benefícios corpóreos e mentais gerem condições de adaptação, reabilitação e transformação em sua vida diária, demonstrando uma satisfatória condição de bem-estar psíquico e físico independente da condição biopsicossocial, educativa ou cultural em que o indivíduo esteja inserido?

Os professores que compreendem a capoeira como método interventivo manejam com alguma destreza as teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano com ênfase, especialmente no desenvolvimento biopsicossocial da e criança do adolescente. Não que as teses acerca da aprendizagem e do desenvolvimento expliquem necessariamente o funcionamento universal da máquina humana e mesmo que assim nos pareça, é imprescindível apontar que todo estudo concernente ao ser humano está em constante expansão e reformulações. Contudo, apesar de não nos estarmos nos limitando aos aspectos epistêmicos do funcionamento da mente, das interações sociais e biológicas não é possível negar que o conhecimento acoplado à prática fortalece e legitima ambos.

A literatura especializada mostra vários aspectos do funcionamento da mente humana, do corpo e do sujeito social cuidando de estabelecer conexão entre estes e as teorias de aprendizagem. Sem cabedal para traduzir os vários modelos de aquisição de conhecimento que por um lado se desmembram e por outro se integram aos espaços educacionais, o professor sequer consegue criar um modelo comparativo entre tais correntes que, estruturalmente, aceitam em seu bojo teórico a concatenação entre seus preceitos e a capoeira. Longe de reduzir a multiplicidade da capoeira ao enquadramento prescritivo ou classificatório, faz-se necessário o atravessamento da teoria na prática, pois, dentre tanto ajuda inserir os aspectos biopsicossociais da capoeira e as reflexões e ações decorrentes do seu exercício dentro nas diversas áreas que ela abrange. Em outras palavras, quanto mais professores compreenderem a capoeira como modelo pedagógico sistematizado e balizado em princípios sólidos, mais fácil se torna sua inserção nos âmbitos educacionais e investigativos.

Lembrando que se denominam teorias da aprendizagem não apenas na pedagogia, mas em suas múltiplas aplicações e diversos padrões como em psicologia que visa explicar o processo de aprendizagem no âmbito psíquico que não necessariamente contraria a instância física de aquisição de conhecimento. A capoeira entra no encaixe destas leituras oferecendo sinergicamente um funcionamento integral e holístico que alcança as diversas esferas humanas criando entre elas um processo integrativo, inclusivo e não-excludente, dado seu temperamento complementar, social e somático.

Longe de absolutismos imperiosos, pois toda técnica tem seu próprio arsenal de limitações, mas em matéria de formação do conhecimento e desenvolvimento integrado, a capoeira favorece as matérias de teorias da educação, posto que se manifeste de forma multifacetária irrompendo alguns divisores que retardam a evolução da educação inclusiva.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo relata as considerações finais e as conclusões da investigação. Lembrando que esta pesquisa remonta minha trajetória de formação durante os 13 anos de capoeira em que fui aperfeiçoando o olhar para as estruturas de poder que confirmam a exclusão e a subalternização do sujeito, o que me proporcionou observar a realidade escolar em Serra do Ramalho - BA a partir de uma Educação Inclusiva. O acesso ao estudo acadêmico e teórico possibilitou traduzir a linguagem prática em ciência fornecendo instrumentos analíticos e metodológicos adequados para compreensão e enfrentamento do problema da inclusão enquanto processo educacional a partir da perspectiva da capoeira.

5.1 REALIDADE DOS ADOLESCENTES

Os Adolescentes vivem em uma realidade socioeconômica de grande vulnerabilidade. Sendo que, as famílias, em sua maioria, vivem dos benefícios do Governo Federal oriundas do programa bolsa Família e aposentadoria. Alguns pais e raros alunos tem uma estreita relação com a agropecuária, pois a crise pluviométrica e

hídrica no sertão não possibilita seu desenvolvimento. Muitos desses adolescentes vivem com seus avós ou com pais separados, porém apresenta uma excelente relação social em vossas comunidades, o que, possibilita um melhor envolvimento dos responsáveis na vida escolar dos mesmos. Sendo que todos os envolvidos na pesquisa são regularmente frequentes e assíduos nos estudos, apresentando baixo índice ou quase nada de reprovação ou abandono escolar no Ensino Fundamental oferecido em suas respectivas localidades.

5.2 A RELAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA CAMARADA COM A ESCOLA NOSSA SENHORA APARECIDA.

A Associação de Capoeira Camarada através de sua prática efetiva de capoeira dentro da Escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08, do Município de Serra do Ramalho tem demonstrado um avançado contributo na ação pedagógica e nas relações socioculturais dos adolescentes, de forma que se tornou visível nas falas dos professores e dos próprios alunos que a capoeira é um verdadeiro instrumento de interação e formação humana que possibilita um envolvimento na vida social e escolar tornando-os partícipe e sujeitos de suas trajetórias pessoais e coletiva na construção da identidade de grupo organizado através da capoeira. Os professores puderam presenciar a prática das aulas de capoeira e observar a metodologia de empoderamento do ensino-aprendizado e relação professor/alunos que favorece a independência através da metodologia ativa utilizada pela Associação de Capoeira Camarada.

5.3 A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES QUE LECIONAM NA ESCOLA NOSSA SENHORA APARECIDA SOBRE A CAPOEIRA COMO PRÁTICA SOCIAL

Em seus relatos foram evidenciados valores positivos e práticas efetivas de sensibilização e motivação pessoal utilizada pela Associação de Capoeira Camarada. Através das aulas de capoeira que influencia no desenvolvimento psico-sócio-cultural do adolescente que vem a contribuir na prática pedagógica dos professores dentro da

regência em sala de aula e, conseqüentemente na vida social do educando. Em sua maioria vê a Capoeira como uma soma que precisa ser valorizada e incentivada aos educandos em parceria com unidade escolar.

5.4 A CONTRIBUIÇÃO DA CAPOEIRA COMO AÇÃO INTERVENTIVA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.

O educando que pratica a capoeira tem demonstrado desenvoltura, desenvolvimento maior na comunicação interpessoal, empoderamento de si, autoestima elevada, envolvimento nas atividades socioculturais realizadas pela escola e pela comunidade, de forma que fica visível a diferença dos alunos envolvidos na prática da Associação de Capoeira Camarada para os que não estão inseridos em alguma prática esportiva ou cultural. Portanto, pode-se evidenciar que a capoeira é um instrumento de intervenção e contribuição no processo de ensino-aprendizagem.

5.5 A INCLUSÃO DA PRÁTICA DE CAPOEIRA NO CURRÍCULO DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO.

A partir da experiência vivenciada, pesquisada e comprovada através da pesquisa de campo realizada na Escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08 do Município de Serra do Ramalho – BA pode-se aplicar a metodologia e a usabilidade das múltiplas dimensões que a Associação de Capoeira Camarada trás em seu fazer capoeira, como a musicalidade, instrumentalidade, a dança, o jogo, a luta e a contribuição sociocultural como instrumento curricular de ensino-aprendizagem em todas as unidades escolares do Município, pois os resultados são seriamente positivo.

5.6 CONCLUSÕES GERAIS

Os resultados esperados foram alcançados no que se refere à pesquisa de campo e confirmada na pesquisa bibliográfica e metodológica. Enquanto que as metas previstas em relação à educação inclusiva pode-se afirmar que ainda está em fase de finalização, aja vista que as possibilidades de conclusões são infundáveis.

Se a educação é um direito de todos, a educação inclusiva é apenas mais uma forma de possibilitar o direito garantido por lei. Apesar de se pensar a educação inclusiva como sinônimo da modalidade educação especial, a educação inclusiva vai muito mais além, ela perpassa todas as dimensões educacionais desde a educação infantil até a última etapa de formação humana, seja ela educacional ou não.

Enquanto se fazia a pesquisa, foi possível compreender melhor o processo da educação inclusiva como tal, pois através da aplicação dos questionários e da observação da prática docente dentro da escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08, no Município de Serra do Ramalho - BA aconteceu momentos ímpares de integração, aprendizagem, formação e socialização de ideias voltadas ao mundo da capoeira a partir da experiência implantada de educação escolar. Momento em que professores aprenderam ao mesmo tempo em que ensinavam; momento em que o aluno aprendia, ao mesmo tempo ensinava com sua vivência do mundo da capoeira implantada pela Associação de Capoeira Camarada através da pessoa do Professor pesquisador Reginaldo Neves Martins.

Sem deixar de vivenciar a prática inclusiva dentro da unidade escolar, durante o período de aplicação dos questionários, essa pesquisa buscou reduzir ao máximo a violência simbólica que segundo Bourdieu exerce uma relação de escuta ativa e metódica, tão afastada da pura não intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário. (BOURDIEU, 1997, p.69). O fato de estar presente na prática da capoeira dentro da escola possibilitou mais condições de afirmar que a educação inclusiva como direito de todos e para todos, ainda estar longe de se concretizar, pois faltam meios e possibilidades pedagógicas diversificadas que atenda a diversidade de gostos e vontade pessoal dentro da coletividade.

Para os educandos que estavam envolvidos nas atividades de capoeira, sejam eles da escola ou não, tinham uma visão maior de inclusão, pois a prática da capoeira em si já possibilitava esse processo de inserção dos sujeitos dentro da fundamentação

histórica e metodológica da Associação de Capoeira Camarada que em sua prática lhes impõe como realidade. Enquanto que os alunos que não interagem com essa prática pedagógica denominada de capoeira, ficava de certo modo, excluído dos meios que, por excelência, deveriam lhes incluir. Ainda foi detectada, certa elevação da autoestima dos educandos que participam da prática escolar e das aulas de capoeira realizada dentro da unidade escolar; além de demonstrar uma maior perspectiva de vida com projeções futuras, ou seja, o empoderamento de seu papel como partícipe de uma sociedade de forma inclusiva. Sobre a presença nas atividades físicas através das aulas de capoeira ficou nitidamente claro que contribui para o desenvolvimento motor, social e cognitivo de forma em geral, pois permite maior participação e posicionamento pessoal em relação à coletividade presente na simbologia da capoeira.

A associação de Capoeira Camarada, encabeçada pelo mestre Gilvan Batista de Oliveira e seu irmão, também mestre de capoeira Josenito Batista de Oliveira, os quais nasceram em berço inclusivo. Vossa mãe, conhecida como Mãe Vina, dona de um terreiro de umbanda, consolidou na vida de seus filhos a prática da caridade e, conseqüentemente a arte da capoeira com suas raízes no terreiro de umbanda e em seus ancestrais, negros oriundos da África que foram escravizados aqui no Brasil, mas que resistiram todos os meios de exclusão e se auto incluíram a partir do resgate de sua cultura, através da religião umbanda e a capoeira como forma de luta, esporte, cultura e, ao mesmo tempo, a mais genuína arte de interagir e manter viva aquilo que os ligavam aos seus ancestrais. Esta experiência enraizada na vida dos mestres possibilitou passar aos seus seguidores esses valores de inclusão, a partir da prática da capoeira, fundamentando nas músicas de capoeira com suas letras históricas; nos fundamentos do jogo da capoeira regional de Mestre Bimba, incentivando o respeito pelo outro na sequência de entrar e sair sem ofender e nem ser ofendido; no sentido de ser um esportista onde prevalece à participação como resultado final sem prevalecer o sistema capitalista de incentivo e mérito ao ganhador. Na Roda de capoeira não existe o melhor e nem o pior, e sim, o sujeito construtor de sua própria experiência e aprendizagem. Assim ficou expresso na pesquisa que a Associação de Capoeira Camarada com sua prática capoeirística vem contribuindo na condição social de crianças, adolescentes e adultos que praticam a capoeira, favorecendo a aprendizagem socioeducativa, retirando-os do risco da exclusão e incluindo-os como sujeitos construtores de sua própria história

a partir de exemplos e vivências exclusiva da capoeira contribuindo assim no ensino e aprendizagem formal dentro da escola Nossa Senhora Aparecida da Agrovila 08 e consequentemente em todo o Município de Serra do Ramalho - Bahia.

O professor pesquisador Reginaldo Neves Martins é um desses seguidores dos mestres da Associação de Capoeira Camarada que há 13 anos pratica capoeira pela referida Associação, e que, faz jus à história, a cultura e a dinâmica inclusiva de inserir crianças, adolescentes, jovens e adultos na sociedade voluntariamente com seus ensinamentos apreendidos na sua vida acadêmica e com a experiência da capoeira camarada. Os alunos da Escola Nossa Senhora Aparecida de Agrovila 08, além dos alunos da Agrovila 09, do povoado de Água Fria e Vila Boa Esperança, sentem-se partícipe do processo de sua formação escolar, social e, consequentemente de uma sociedade mais justa e igualitária de direito a partir da prática da capoeira realizada no Município de Serra do Ramalho em parceria com toda a capoeira Camarada praticada em várias regiões do Brasil com os alunos, professores e mestres da Associação de Capoeira Camarada que, observando os avanço da Confederação Brasileira de Capoeira e a Confederação Baiana de Capoeira sem perder de vista as raízes de Mestre Bimba e Mestre Pastinha que impuseram a identidade da capoeira genuinamente Baiana, e que, posteriormente passa a ser reconhecida como Patrimônio Histórico Cultural e Imaterial da Humanidade.

Segundo o gráfico da tabela 04 - categoria dos professores aplicada a partir do questionário de pesquisa que revelam a capoeira como uma manifestação cultural, de interação, de ligação, de respeito, de distinção social, de malícia que impõe regras influenciando a inclusão e a aprendizagem através dos instrumentos musicais e sua musicalidade, da ginga, do ritmo, exercitando e divertindo com muita magia e alegria. Todas essas categorias são didaticamente instrumentos de inclusão social e, consequentemente instrumentos de aprendizagem que deveriam ser aplicados na prática educativa de todas as escolas nas mais variadas áreas de conhecimento e, especificamente falando da escola em estudo, a qual se compromete em apoderar-se do conhecimento aqui apreendido.

Na concepção dos professores, ficam implícitos, que a capoeira é um Instrumento de Formação e uma possibilidade de envolvimento como forma de

incentivo para que os educandos se sintam mais envolvidos na prática docente e no Processo de Ensino e Aprendizagem. Conforme diz a professora Santinha (2018) “Pois através da capoeira se aprende e ensina, há uma troca de conhecimento”. Podendo reiterar com a fala do aluno Coruja (2018) “Sim, porque aprendo a jogar e brincar. Nós também temos nossas regras e disciplina; como ser bom aluno na escola. Aprender lidar com os nossos problemas e aprender a lidar com que vemos no nosso dia a dia.” Perguntada a Professora Ninha (2018) se a capoeira poderia ser uma disciplina como currículo escolar, ela respondeu: “Acredita-se que cada aluno tem habilidades diferentes, com a capoeira sendo uma disciplina escolar, estará dando oportunidades de desenvolvimento na aprendizagem, não só por obrigação, mas por prazer”. Talvez seja essa dimensão do prazer que seja a chave da inclusão. Quando o educando tem o direito e o potencial de fazer aquilo que se gosta há mais chance dele se envolver no processo.

Questionado sobre a diferença dos alunos praticantes da capoeira e os não praticantes, o Professor (2018) respondeu: “São mais empolgados, estimulados e até mais felizes, isso é perceptível a ele”. Esse empolgamento nos remete ao empoderamento constituído em seu fazer diário e na aprendizagem escolar. A professora Santinha (2018) reitera a mesma ideia propondo: “eles obtêm autoconfiança, autocontrole, pois vivem sobre as regras e o bom comportamento, sabe agir melhor perante a sociedade”. Podendo assim confirmar o objetivo que apresenta a contribuição da capoeira como ação interventiva no processo de ensino-aprendizagem.

Observando as dimensões apresentadas pelos alunos pesquisados sobre a prática da capoeira em que eles concebem a capoeira como uma prática defensiva que gera movimentos e benefícios; que ensina, aprende e se descobre levando a pessoa a mudar, evoluir, se envolver e sair da solidão conhecendo novas pessoas e aumentando a responsabilidade com diversão, alegria, liberdade através da cultura popular de nossos antepassados revelando os costumes, o axé, a musicalidade e o patrimônio da humanidade. Todas essas categorias estão disseminadas na roda de capoeira e na vivência entre seus membros participantes. O Professor Varão (2018) “a capoeira inclusiva é feita para quebrar preconceitos, enfrentar as barreiras que essas pessoas encontram. Estimulando uma cultura de paz”. Essa cultura de paz que precisa semear a diferença pedagógica na prática docente, possibilitando o respeito às diferenças e a tolerância no processo individual do ensino-aprendizagem.

A ideia de inclusão deve ser compartilhada entre os membros da instituição, pois é papel do educador e de todos os sujeitos da educação buscar elementos que o desenvolva, valorizando o trabalho coletivo, inserindo o conhecimento de todos e para todos. De certa forma ter a tolerância como princípio fundamental diante das diferenças, sejam elas físicas, cognitiva, econômica ou social. Isso é inclusão. Nas palavras do Mestre Nitinho (2018) “Porque somos educadores e não devemos fazer ações isoladas devemos socializar as ideias para que o ambiente que trabalhamos possa melhorar”. Concordando com o mestre, enquanto não haver um consenso de que a inclusão não pode ser uma ação isolada, e sim, um projeto de vida não apenas da escola enquanto instituição de ensino, mas um projeto de vida de todo ser humano. Tendo como exemplo meu mestre de capoeira que faz de sua vida uma prática inclusiva, o mestre Gilvan (2018) “ao participar das atividades propostas pelo professor percebemos uma mudança significativa de comportamento para melhor; a relação entre eles fica mais respeitosa, eles começam a se comunicar melhor e agir com naturalidade”.

5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

✓ Tendo a capoeira como instrumentos de saúde física e mental que contribui para o processo educacional.

A capoeira é uma expressão cultural e educacional genuinamente brasileira que expressa em sua fundamentação às artes marciais, a música com sua instrumentalidade, acrobacias e dança na realização dos movimentos em forma de golpes simples ou complexos que exige do sujeito praticante uma grande quantidade de força, raciocínio lógico e flexibilidade corporal. Dessa forma, o sujeito capoeirista desenvolve uma boa forma física e bem-estar tornando-os seres ativos e donos de seus próprios fazeres e seres.

A capoeira desenvolve no educando as habilidades de coordenação motora e cognitiva que vão além das capacidades físicas, pois se pode trabalhar de forma lúdica, utilizando das brincadeiras e métodos próprios da capoeira, impregnando nos alunos a consciência de seu próprio corpo aperfeiçoando o crescimento e o desenvolvimento

cognitivo, afetivo e social. Estimulados pela instrumentalização e a musicalidade da capoeira diferenciando capoeira do trabalho intelectual predominante na prática docente no ambiente escolar e provoca sensações diferentes daquelas que tem na escrita e na leitura, pois a musicalidade tem sua dimensão pedagógica ligada diretamente aos sentimentos. Portanto, a capoeira utiliza de diversos instrumentos e de diversas maneiras; usando das brincadeiras através da ludicidade, letras das músicas resgatando tradições e valores familiares e sociais; a instrumentalização utilizada com suas características peculiares; as acrobacias e coreografias educando o corpo físico; aulas de história com seus valores e os valores dos antepassados; a defesa pessoal além das atividades físicas, entre outras. Mas para isso o profissional tem que estar capacitado, e acima de tudo amar o que ele ensina.

✓ A motivação dos autores em trazer um olhar no sentido de transcender os benefícios já conhecidos da prática da capoeira, foi evidenciada nos estudos;

Sendo o capoeirista dono de seus próprios fazeres são também pessoas mais confiantes de si e com elevada autoestima, pois além de melhorar a forma física, desenvolve e constrói uma sensação de coragem no decorrer da dominação dos movimentos e golpes apreendidos, tornando mais consciente de si e do meio que o cerca de forma bem esclarecida. A capoeira como cultura popular, como arte e também como esporte utilizado como ferramentas que permite resgatar a essência do ser humano, seja ele criança, jovens, adultos, idosos, mulheres despertando valores que fazem mudar o olhar pessoal e, conseqüentemente desenvolve mais o respeito, a empatia, a compaixão, o empoderamento de si mesmo e do meio social em que estar inserido. Sendo assim, os adolescentes em situação de risco, além das atividades pedagógicas curriculares tradicionais podem usufruir de mecanismo da capoeira para atender suas peculiaridades e suas diferenças sociais.

✓ O Brasil por ser um país afrodescendente ainda carece de mais incentivo a respeito das manifestações culturais.

A capoeira remonta do período colonial brasileiro a partir dos escravos trazidos de diferentes regiões da África com costumes e tradições diferentes que no Brasil foram homogeneizadas, sob a opressão da escravidão, e se tornaram dispositivos de resistência física e cultural. Coibidos de praticar suas tradições e qualquer tipo de luta, os escravos passaram a utilizar o ritmo e os movimentos de suas danças africanas como um tipo de luta. Já dizia o mestre Patinha que a capoeira é uma mandinga de escravo negro e ânsia de liberdade, uma coisa vagabunda. O Brasil foi e ainda é um país escravocrata, pois, mesmo depois de tantos movimentos de libertação o negro ainda tem raras oportunidades de se expressar e evoluir de igual para igual. Para tanto, a capoeira é uma expressão de resgate da cultura, da identidade e dos valores daqueles que ajudaram a construir a base e o desenvolvimento do Brasil.

✓ A capoeira é para preto e branco, rico e pobre, para todos que querem brincar, se divertir, aprender e ensinar, ou seja, para todos que tem “AXÈ”.

Baseado na ideia do mestre Bimba de que a capoeira é para todos e nem todos são para a capoeira que se afirma que criança, jovens, homens, mulheres e idosos tem seu lugar na capoeira, basta apenas encontrar seu lugar dentro da mesma. Dentro da roda de capoeira, que significa o mundo em sua circularidade tem espaço para quem observa e, para quem admira para quem critica para quem toca e canta para quem joga e dança, ou seja, a capoeira é para todos que dela queira se servir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIB, Pedro R. J. **Capoeira angola**: cultura popular e o jogo dos saberes na roda. Campinas, SP. Unicamp/CMU; Salvador: EDUFBA, 2005.

ALVES, Maria Luiza Tanure et al. **As aulas de educação física escolar**: uma análise do processo inclusivo. 2009. 43 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP.

ANDRADE, Bruno Amaral. **A Arte do Jogo nas Escolas** - A capoeira em diferentes espaços educacionais brasileiros. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra. 2016, p. 269.

ARAÚJO, Maira Lopes de. **Os efeitos político-pedagógicos produzidos pela prática da capoeira no contexto escolar**: a compreensão dos coletivos docentes de duas escolas da RME-POA. 2017. 160f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

ANTUNES, Celso. **O jogo e a educação infantil: Falar e dizer; olhar e ver; escutar e ouvir**. Editora Vozes Limitada, 2017.

APARECIDA, Escola Nossa Senhora. **Projeto Político Pedagógico**. Serra do Ramalho - BA. P. 59. 2016.

BARBOSA, Jorge. SACCOL, Amarolinda Zanela, SCHLEMMER, Eliane. M-Learning e U-Learning: **Novas Perspectivas da Aprendizagem** Movele e Ubiqua. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Compreender**. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 693-732.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: 1990.

_____. Governo Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação - necessidades educacionais especiais**: subsídios para atuação do ministério público brasileiro. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088. **Centro de Atenção Psicossocial**. Brasília, DF. De 23 de dezembro de 2011.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.

_____. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

_____. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura**. LEI Nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

_____. 1. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação física / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 96p.

BRITO, Andreyson. **Capoeira, um contributo para a melhoria da coordenação motora em indivíduos com Síndrome de Down**. Porto, Portugal. 2008.

DE BULHÕES, Barbara Gomes. **Consciência do movimento segundo Angel Vianna: uma prática para o ator-criador**. 2009.

CABRAL, Arlinda. A construção da escola democrática. Uma reflexão com base em Jacques Delors et al., Licínio Lima e Jaume Carbonell Sebarroja. **Revista Lusófona de Educação**, n. 9, p. 181-185, 2007.

CAPOEIRA, Nestor. **Capoeira: Os Fundamentos da Malícia**. Editora Record, Rio de Janeiro, RJ, 1992.

CALLOIS, R. **Os jogos e os homens:** a máscara e a vertigem. Trad. José Garcez Palha. Lisboa: Cotovia, 2000.

CAMPOS, Maria Célia Rabello Malta. **A importância do jogo na aprendizagem.** São Paulo: USP, 2001.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2001.

CARRARA, Kester. (Org.). **Introdução à psicologia da educação:** seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.

CHÂTEAU, J. **O jogo e a criança.** São Paulo: Summus, 1987.

COSTA, Reginaldo da Silveira. **Capoeira:** o caminho do berimbau. Brasília: Thesaurus, 1993.

DE DAKAR, O. MARCO DE ACÇÃO. **Educação para todos:** atingindo nossos compromissos coletivos. Texto adotado pela Cúpula Mundial de Educação, Dakar, Senegal–26 a, v. 28, 2000.

ELKONIN, D. B. **Psicologia do jogo.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

FALCÃO, José Luiz Cirqueira. **O jogo da capoeira em jogo e a construção da práxis capoeirana.** Tese de Doutorado em Educação. Salvador: UFBA. 2004, p. 250.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. **SILVEIRA, DT; CÓRDOVA, FP A pesquisa científica. Cap,** v. 2, p. 31-42, 2016.

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar:** crescer e aprender – o resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 1996.

GADELHA, Maria I. C. T.; DOMINE, Mônica B. M.; PEIXOTO, Jacqueline R.; AQUINO JÚNIOR, José T. **O Corpo Cênico do ator-dançarino:** uma apreciação sobre Percepção Corporal. Anais: Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, Palmas, Tocantins, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas 2010.

IBGE, **Crianças e Adolescentes.** Indicadores Sociais, Rio de Janeiro, IBGE, 1992, vol. 4, p. 11.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 20ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, J. R. M.; NUNES M. V. S. **245 jogos lúdicos:** para brincar como nossos pais brincavam. Rio de Janeiro: Walk, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Técnicas de pesquisa: planejamento e Execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A lenta construção dos direitos da criança brasileira.** Século XX. Revista USP, n. 37, p. 46-57, 1998.

Mello, A. S. (1996). **Esse nego é o diabo, ele é capoeira ou da motricidade brasileira.** Revista Discorpo, São Paulo, n. 6, p. 29-39.

MENESES, Doutora Maria Paula; RIBEIRO, Doutor António Sousa. **A Arte do Jogo nas Escolas.** A capoeira em diferentes espaços educacionais brasileiros.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **Capoeira Identidade e Gênero: ensaios sobre a história social da Capoeira no Brasil.** Editora EDUFBA: Salvador – BA, 2009.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração.** Catalão: UFG, 2011.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Normas para Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência.** 20 de Dezembro de 1993.

PEDROSO, Cristiano et al. **Caminhos da inclusão: o modelo da educação inclusiva para alunos com necessidades educacionais especiais no município de Barueri, SP.** Dissertação de Mestrado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, p. 66. 2012.

PIOVESAN, Flavia. **Ações afirmativas e direitos humanos.** Revista USP, n. 69, p. 36-43, 2006.

SAMPIERI, Roberto Hernández; et al. **Metodologia de Pesquisa.** 5ª. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 5ª ed. McGraw-Hill. São Paulo - SP, 2013.

SILVA, Jean Adriano Barros da. **Capoeira: limites e possibilidades—um processo pedagógico criativo a emancipar a cidadania inclusiva.** Tese de doutorado pela Universidade do Minho – Instituto de Educação, Campus de Gualtar - Braga – Portugal, p. 238. 2017.

SASSAKIRK. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** In: Vivarta V (coord). **Mídia e deficiência.** Brasília, Andi/Fundação Banco do Brasil, p. 160-165. 2003.

TARTUCE, T. J. A. **Métodos de pesquisa**. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006. Apostila.

TAVARES, Luiz Carlos Vieira. **O corpo que ginga, joga e luta: a corporeidade na capoeira**. Salvador, 2006.

UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. **Salamanca**: Espanha, 1994.

_____. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. **Jomtien**, 1990.

_____. UNESCO (1989). Recomendação para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. **Paris**, 1989.

VIANNA, Angel; CASTILHO, Jacyan. **Percebendo o corpo**. In: GARCIA, Regina Leite (org). O corpo que fala dentro e fora da escola. Rio de Janeiro, DP & A., 2002. p. 17-34.

VIGOTSKI, L. B. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

REFERENCIAS DO PROJETO

AREIAS, Almir das. **O que é capoeira?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARNEIRO, E. **Candomblé da Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

CAPOEIRA, Nestor. **Capoeira: Os Fundamentos da Malícia**. Editora Record, Rio de Janeiro, RJ, 1992.

CONDE, Bernardo Velloso. **A Arte da Negociação: a Capoeira como Navegação Social**. Editora Novas Ideias: Rio de Janeiro – RJ, 2007.

GAARDER, Jostein, HELLERN, Victor, NOTAKER, Henry. **O livro das religiões**. Tradução: Isa Mara Lando; revisão técnica e apêndice Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Campinas das Letras, 2005.

HOLLOWAY, Thomas. **O ‘saudável terror’**: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX. *Estudos Afros-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 16, 1989.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Gilvan batista de. **Capoeira inclusiva**: Santa Maria da Vitória, BA, 2017. (no prelo).

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana (Org.). **Políticas Públicas e Educação**: regulação e conhecimento. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Fino Traço. 2011.

SOUZA, S. A. R.; OLIVEIRA, A.A.B. **Estruturação da capoeira como conteúdo da educação física no ensino fundamental e médio**. Revista da Educação Física/UEM. Maringá, v.12, n.2, p.43-50, 2001.



FICS - FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

TEMA DO ESTUDO: A capoeira como instrumento de empoderamento de adolescentes em situação de risco do Município de Serra do Ramalho, BA.

OBJETIVO GERAL: Analisar se a capoeira com seus elementos contribui para empoderamento dos adolescentes em situação de risco do município de serra do ramalho da Escola Nossa Senhora Aparecida.

Dados sócios demográfico do sujeito da pesquisa para coleta de dados

JUSTIFIQUE:

5. Descreve como seria a aula de capoeira caso ela fosse uma disciplina/matéria obrigatória.

Teoria Prática Teoria e prática Interdisciplinar

JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA

APENAS PROFESSORES, MESTRES e GESTÃO

6. Qual a sua visão de educação inclusiva? Sim Não.
Justifique sua resposta.

7. Na sua concepção, a capoeira pode ser um instrumento de educação inclusiva?

Sim Não. Justifique sua resposta.

8. Como você vê a relação das crianças e adolescentes que participam do projeto capoeira Camarada na Escola em relação aos demais alunos? Justifique:

Igual Diferente Não percebo

9. Você compartilha ideias de inclusão com seus colegas de trabalho?

Sim Não As vezes

Justifique

APENAS EQUIPE GESTORA

10. Como você concebe e desenvolve a prática da educação inclusiva na escola?

11. Na sua concepção, qual a visão de educação inclusiva dos funcionários da escola?

12. Existem programas, estudos e práticas da educação inclusiva dentro da escola?

JUSTIFIQUE.



FICS - FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TCLE) DIRECIONADO**

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada A capoeira no processo biopsicossocial de adolescentes do Ensino Fundamental anos finais no Município de Serra do Ramalho, Bahia - Brasil.

A pesquisadora responsável pelo referido projeto é a professora Rozângela Conceição Oliveira. Com ela poderei manter contato pelo telefone listado abaixo.

O objetivo geral do estudo é: “A contribuição da capoeira como ação interventiva no processo de ensino aprendizagem em uma perspectiva de prover mudanças nos aspectos biopsicossociais de crianças e adolescentes de forma inclusiva no município de Serra Ramalho – Bahia-Brasil”.

Os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos serão retornados ao sujeito da pesquisa.

Será garantido o sigilo do seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, a pesquisa tentará preservar o máximo de sua privacidade.

Caso concorde e se sinta esclarecido (a) para participar desta pesquisa assinará em duas vias, sendo uma delas ficará com o pesquisador e a outra do(a) o(a) participante da pesquisa. Ao participar desta pesquisa eu estarei contribuindo com informações importantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme o conselho de ética, pesquisa em Educação Resolução 466/12. Sendo assim fica afirmado que: você foi informado (a) de que pode recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo.

Os pesquisadores envolvidos com o referido projeto são: Rozângela Conceição Oliveira, professora orientadora da pesquisa (Contato: 021(75) 9981764647) Reginaldo Neves Martins, mestrando do Programa de Mestrado em Educação Contato: (77) 999881702.

Bom Jesus da Lapa, _____ de _____ de 2018.

Nome e assinatura do sujeito da pesquisa

Nome e assinatura do pesquisador responsável



FICS - FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

APENDICE C – CARTA DE INFORMAÇÃO À INSTITUIÇÃO

REGINALDO NEVES MARTINS

ESCOLA NOSSA SENHORA APARECIDA

Esta pesquisa tem como objetivo geral: Analisar se a capoeira com seus elementos contribui para o empoderamento dos adolescentes em situação de risco do Município de Serra do Ramalho da Escola Nossa Senhora Aparecida.

Optou-se, na pesquisa, pela escolha da metodologia de coleta de dados, a partir de uma entrevista semiestruturada e questionário, com base qualitativa, definido como uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante

e pesquisador, com viés participante e que será dirigida de acordo com os objetivos específicos supracitados no projeto.

O número de sujeitos que irá compor o quadro de entrevistas a determinado a *priori*, visto que dependerá da qualidade das informações obtidas em cada entrevista realizada, bem como da profundidade e do grau de recorrência e divergência das informações contidas nas falas de cada sujeito pesquisado.

Para tanto, solicito a autorização desta instituição para a triagem de colaboradores e para a aplicação dos instrumentos de coleta de dados. O material e o contato interpessoal não oferecerão riscos de qualquer ordem aos colaboradores e à instituição.

Os indivíduos não serão obrigados a participarem da pesquisa, podendo desistir a qualquer momento. Tudo o que for falado será confidencial e usado sem a identificação do colaborador. Quaisquer dúvidas que existem agora ou depois, poderá ser livremente esclarecido, bastando entrar em contato conosco através do telefone abaixo mencionado.

Assim, de acordo com os termos supracitados, solicita a V. Srs. Que assine este documento, que foi impresso em duas vias. Uma via ficará com a instituição e outra com o pesquisador.

Responsável pela instituição

Responsável pela pesquisa
(77) 999881702



FICS - FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ANEXO 01

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL E
DELEGAÇÃO DE PODERES PARA O ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO
POR TERCEIROS**

Eu, Rozângela Conceição Oliveira, R.G. nº 1.294.271-52, declaro que assumo total responsabilidade da dissertação de mestrado, abaixo citada, cujo protocolo ocorreu após aprovação do comitê de Ética em pesquisa da Faculdade Afirmativo, em consonância com a Plataforma Brasil sob o parecer (protocolo nº CAAE 491305819418.5.0000.54546), que teve como processo título: **A capoeira no processo**

biopsicossocial de adolescentes do Ensino Fundamental anos finais no Município de Serra do Ramalho, Bahia – Brasil.

Por ser verdade firmo o presente em Bom Jesus da Lapa, 15 de julho 2018.

Assinatura